

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Letícia Pena Silveira

**Um estudo das construções [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}]_{arg} e [V1_{acabar} V2_{gerúndio}]_{arg}
no gênero notícia**

Belo Horizonte

2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS LINGUÍSTICOS

Letícia Pena Silveira

**Um estudo das construções [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}]_{arg} e [V1_{acabar} V2_{gerúndio}]_{arg}
no gênero notícia**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, como um dos pré-requisitos para obtenção do título de Doutora em Linguística.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva

Linha de pesquisa: Estudo da variação e mudança linguística.

Orientadora: Prof^a Dr^a Sueli Maria Coelho

Belo Horizonte

2025

S587e

Silveira, Leticia Pena.

Um estudo das construções [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}]_{arg} e [V1_{acabar} V2_{gerúndio}]_{arg} no gênero notícia [manuscrito] / Leticia Pena Silveira. – 2025.

1 recurso online (121 f. : il., grafs., color.) : pdf.

Orientadora: Sueli Maria Coelho.

Área de concentração: Linguística Teórica e Descritiva.

Linha de Pesquisa: Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Tese (doutorado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras.

Bibliografia: f. 114-121.

Exigências do sistema: Adobe Acrobat Reader.

1. Língua portuguesa – Gramática – Teses. 2. Língua portuguesa – Verbos – Teses. 3. Língua portuguesa – Orações – Teses. I. Coelho, Sueli Maria. II. Universidade Federal de Minas Gerais. Faculdade de Letras. III. Título.

CDD : 469.5

05/06/2025, 14:08

SEI/UFMG - 4164892 - Folha de Aprovação



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FOLHA DE APROVAÇÃO

Um estudo das construções [V1 acabar Preppor V2 infinitivo] arg e [V1 acabar V2 gerúndio] arg no gênero notícia

LETÍCIA PENA SILVEIRA

Tese submetida à Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, como requisito para obtenção do grau de Doutor em ESTUDOS LINGUÍSTICOS, área de concentração LINGUÍSTICA TEÓRICA E DESCRITIVA, linha de pesquisa Estudo da Variação e Mudança Linguística.

Aprovada em 28 de abril de 2025, pela banca constituída pelos membros:

Prof(a). Sueli Maria Coelho - Orientadora
UFMG

Prof(a). Diogo Oliveira Ramires Pinheiro
UFRJ

Prof(a). Raquel Meister Ko Freitag
UFS

Prof(a). Daniela Mara Lima Oliveira Guimarães
UFMG

Prof(a). Helcira Maria Rodrigues de Lima
UFMG

Belo Horizonte, 28 de abril de 2025.

05/06/2025, 14:08

SEI/UFMG - 4164892 - Folha de Aprovação



Documento assinado eletronicamente por **Helcira Maria Rodrigues de Lima, Professora do Magistério Superior**, em 09/05/2025, às 14:33, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sueli Maria Coelho, Diretor(a) de unidade**, em 12/05/2025, às 08:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Diogo Oliveira Ramires Pinheiro, Usuário Externo**, em 12/05/2025, às 10:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raquel Meister Ko Freitag, Usuária Externa**, em 13/05/2025, às 09:10, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Cristiane Landulfo registrado(a) civilmente como Cristiane Maria Campelo Lopes Landulfo de Sousa, Usuária Externa**, em 27/05/2025, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Mara Lima Oliveira Guimaraes, Professora do Magistério Superior**, em 28/05/2025, às 15:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4164892** e o código CRC **6B3B748F**.

Aos alunos queridos que, além de darem significado à profissão (tão desgastada), possibilitaram a descoberta do objeto de pesquisa deste estudo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me dar força e coragem quando já não as tinha.

A meus pais, por me ensinarem o valor da educação e por terem investido sempre na minha formação.

A minha irmã, por apoiar todas as minhas decisões.

Ao Raphael, pela paciência, pelo amor e pela ajuda na parte matemática.

A Mel, Laila, Clô e Pretinho, por serem meu porto-seguro e meu refúgio.

A Sueli, por, desde a graduação, me inspirar e me orientar, mostrando o caminho certo a seguir.

Aos colegas de doutorado, Ana, Lucas e Luiz, por sermos o suporte um do outro em um contexto tão individual.

Aos meus alunos que, mesmo sem saberem, me forneceram o objeto de estudo desta pesquisa.

Aos demais envolvidos, obrigada por estarem comigo neste processo.

“Põe tudo o que és na mais pequena coisa que faças”

(Fernando Pessoa)

RESUMO

Esta pesquisa teve como objeto de estudo as construções de verbo auxiliar (Anderson, 2006) de incidência indireta [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] e de incidência direta [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] (Barroso, 1944). Para o desenvolvimento do estudo, partiu-se da investigação de Travaglia (2004), que discutiu a gramaticalização de *acabar*, encontrando um valor de resultatividade quando nessas construções. O objetivo geral foi analisar as duas construções eleitas para o estudo à luz de teorias da Gramática de Construções (Lakoff, 1974; Paul Kay, 1984; Fillmore, 1985; Langacker, 1987; Fillmore, 1988; Goldberg, 1995; Croft, 2001; Traugott e Trousdale, 2013; Palomanes, 2007) e da perspectiva argumentativa da língua (Ducrot e seus colaboradores, 1988; 1989; 1990; 1999; 2005; 2009; Adam, 2019). Contrariando estudos anteriores (Rodero, 2010; Rafael, 2023), que constataram um valor aspectual da construção, explorou-se a tese de que as construções estudadas conferem ao discurso um valor funcional de operador argumentativo. O *corpus* foi constituído de 320 ocorrências extraídas do gênero notícia e coletadas no *site Corpus do Português*, nos séculos XX e XXI. Elegeu-se tal sincronia porque, para esses períodos, a base de dados apresenta uma maior amostragem de dados do português brasileiro (PB), variedade eleita para este estudo. A análise quantitativa desta pesquisa apontou uma maior frequência de uso da construção [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] no PB. Além disso, notou-se que as construções não evocam cenas semânticas, não podendo ser, portanto, consideradas Construções de Estrutura Argumental nos termos de Goldberg (1995). Os dados analisados acusaram que, nas sequências argumentativas e nas sequências narrativas, as construções estudadas exercem função de operador argumentativo, ou de marcador discursivo, ao evidenciarem a ação expressa por V2 aparente na conclusão da sequência argumentativa e no desfecho ou na resolução do conflito, em sequências narrativas. Não possuem, porém, a função de hierarquizar argumentos, em sequências argumentativas, tendo em vista que, como já dito, aparecem apenas ao final das sequências. Confirmou-se tratarem de construções com funções pragmáticas distintas, em sequências argumentativas, já que as conclusões introduzidas pela [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] não são passíveis de contra-argumentação, enquanto as introduzidas pela construção [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] o são.

Palavras-chave: Construções de verbo auxiliar; verbo *acabar*; Gramática de Construções; resultatividade; operador argumentativo/marcador discursivo.

ABSTRACT

This research had as its object of study the auxiliary verb constructions (Anderson, 2006) of indirect incidence [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] and direct incidence [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] (Barroso, 1944). To develop this study, we started with the investigation by Travaglia (2004), who discussed the grammaticalization of *acabar*, finding a value of resultativity when in these constructions. The general objective, in this sense, was to analyze these constructions in the light of theories of Construction Grammar (Lakoff, 1974; Paul Kay, 1984; Fillmore, 1985; Langacker, 1987; Fillmore, 1988; Goldberg, 1995; Croft, 2001; Traugott e Trousdale, 2013; Palomanes, 2007), and from the argumentative perspective of language (Ducrot and his collaborators, 1988; 1989; 1990; 1999; 2005; 2009; Adam, 2019). Contrary to previous studies (Rodero, 2010; Rafael, 2023), which found an aspectual value to the construction, the thesis was explored that the constructions studied, being part of different constructional patterns, give the discourse a functional value as an argumentative operator. The corpus was made up of 320 occurrences taken from texts available on the *Corpus do Português* website, from the 20th and 21st centuries, since, for these periods, a larger sample of data from Brazilian Portuguese is presented, the variety chosen for this study. The quantitative analysis of this research found greater productivity for construction [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] in Brazilian Portuguese. Furthermore, regarding the resultative notion, it was noted that the constructions do not evoke semantic scenes and cannot, therefore, be considered Argumental Structure Constructions (Goldberg, 1995). However, it was noticed that, in argumentative sequences, they perform the function of an argumentative operator, or a discursive marker, by highlighting the action expressed by V2 apparent at the conclusion of the sequence. However, they do not have the function of taking arguments, considering that, as already mentioned, they only appear at the end of the sequence. It was confirmed that they deal with constructions with distinct pragmatic function, in argumentative sequences, since conclusions beginning with V2 in the participle are not subject to counter-argument, while those introduced by V2 in the gerund accept counter-argument.

Key-words: Auxiliary verb construction; verb *acabar*; Construction Grammar; resultativity; argumentative operator/discursive marker.

Lista de ilustrações

Quadro 1: A representação das construções gramaticais objetos de análise deste estudo.....	21
Figura 1: A estrutura simbólica da construção segundo Croft (2001)	22
Quadro 2: Etimologia do verbo acabar	33
Quadro 3: Cenário atual das vertentes de GC	36
Quadro 4: O <i>continuum</i> léxico-sintaxe na GC	38
Figura 2: Representação simbólica da rede de construções	38
Quadro 5: Estruturas argumentais propostas por Goldberg (1995)	40
Figura 3: Extensões de sentido da Construção de Movimento Causado.....	43
Quadro 6: Tipos de resultativas segundo Goldberg e Jackendoff (2004)	46
Figura 4: Construção transitiva verbo-partícula e suas aloconstruções	49
Figura 5: Esquema de base sobre macroproposições argumentativas	64
Figura 6: Ilustração do nível justificativo de argumentação	65
Figura 7: Esquema do modelo da sequência narrativa.....	68
Quadro 7: Interfaces selecionadas do banco de dados <i>Corpus do Português</i> e suas características	76
Figura 8: Ocorrências de [V1 _{acabar} /Prep _{por} /V2 _{infinitivo}] entre os séculos XIII e XX	78
Figura 9: Ocorrências de [V1 _{acabar} Prep _{por} V2 _{infinitivo}] no século XXI	79
Figura 10: Ocorrências de [V1 _{acabar} V2 _{gerúndio}] entre os séculos XIII e XX	80
Figura 11: Ocorrências de [V1 _{acabar} V2 _{gerúndio}] no século XXI	81
Quadro 8: Síntese das abordagens sobre a construção resultativa	87
Quadro 9: Exemplo de contextos selecionados nas paráfrases das autoras para as construções [V1 _{acabar} Prep _{por} V2 _{infinitivo}] e [V1 _{acabar} V2 _{gerúndio}]	88
Quadro 10: Aplicação das construções em estruturas argumentais propostas por Goldberg (1995)	92
Quadro 11: Comparação das ocorrências com a retirada de [V1 _{acabar} Prep _{por}]	93
Quadro 12: Comparação das ocorrências com a retirada de [V1 _{acabar}]	94
Figura 12: Esquema de base sobre macroproposições argumentativas	95
Quadro 13: Elementos coesivos que funcionam como conectores de orações nos períodos compostos formadores das sequências argumentativas analisadas	100
Gráfico 1: Síntese comparativa - a quantificação das ocorrências das construções nas sequências argumentativa e narrativa	103
Gráfico 2: Total das ocorrências por construção	108

Lista de tabelas

Tabela 1: Resumo da quantidade do <i>corpus</i> coletado	82
Tabela 2: Valor da frequência relativa de cada construção por século (XX e XXI)...	85

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	14
CAPÍTULO 1: AS CONSTRUÇÕES GRAMATICAIS: apresentação e delimitação do objeto de estudo.....	18
1.1 As construções gramaticais.....	18
1.2 As construções de verbo auxiliar.....	23
1.2.1 Categorização das construções de verbo auxiliar segundo o tipo de incidência de V1 sobre V2.....	30
1.3 A etimologia do verbo <i>acabar</i>	32
CAPÍTULO 2: GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÃO: a Gramática de Construção de Goldberg (1995) e a Gramática de Construção Baseada no Uso.....	35
2.1 A Gramática de Construções e a proposta de Goldberg (1995).....	35
2.1.1 A construção resultativa.....	45
2.2 Gramática de Construções Baseada no Uso e a variação linguística.....	47
CAPÍTULO 3 Argumentação: conectores, operadores argumentativos e sequências textuais.....	53
3.1 A natureza argumentativa da língua na visão de Ducrot e de seus colaboradores.....	53
3.2 Conectores e operadores argumentativos.....	56
3.3 Sequências textuais.....	61
3.3.1 A sequência argumentativa.....	61
3.3.1.1 Os modelos da sequência argumentativa por Adam (2019).....	63
3.3.2 A sequência narrativa.....	67
CAPÍTULO 4: DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA.....	69
4.1 Características da pesquisa.....	69
4.1.1 Quanto à sua natureza.....	69
4.1.2 Quanto à abordagem do problema.....	70

4.1.3 Quanto aos procedimentos técnicos.....	72
4.2 Delimitação da pesquisa.....	72
4.2.1 Da seleção das construções investigadas.....	73
4.2.2 Da escolha do quadro teórico para análise de dados.....	75
4.2.3 Dos procedimentos de composição da amostragem e dos critérios de análise..	76
5 CAPÍTULO 5: APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	84
5.1 A frequência de uso das construções nos séculos XX e XXI.....	84
5.2 Da estrutura argumental resultativa.....	86
5.3 Da função discursiva das construções.....	95
5.3.1 A função das construções dentro de uma sequência narrativa.....	101
5.3.2 Análise discursiva e cognitiva das construções nas sequências argumentativa e narrativa.....	103
5.4 Da existência de padrões construcionais distintos.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	110
Referências.....	114

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Durante a prática profissional da autora desta pesquisa – professora da educação básica –, notou-se um uso muito frequente das construções [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] e [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] em produções textuais do tipo dissertativo-argumentativo de alunos da terceira série do Ensino Médio, ano em que, no Brasil, o estudante se submete ao Exame Nacional do Ensino Médio como forma de acesso ao ensino superior. Os exemplos¹ (01) e (02) a seguir ilustram usos das construções ora referidas aos moldes daqueles identificados prodigamente nas produções dos escolares:

(01) “Beraldo acredita que a proibição dos leilões no mês de março devido à vacinação contra a aftosa **acabou por concentrar** as vendas de holandês em junho e julho” (séc. XX).

(02) “Ela é tão guerreira, trabalha tanto e vive em função da família que **acaba se deixando** em segundo plano (séc. XXI)”.

Estabelecido o objeto de investigação da tese, ao empreender uma revisão da literatura em busca de uma referência teórica que ancorasse o desenvolvimento de um estudo sobre essas construções, chegou-se ao estudo de Travaglia (2004), que discutiu o processo de gramaticalização do verbo *acabar*, revelando seus valores gramaticais e o grau de gramaticalização em cada um deles. Ao sistematizar seus resultados, o linguista concluiu que esse verbo sofreu uma poligramaticalização, uma vez que encontrou para ele sete usos e funções gramaticais distintas:

valores gramaticais: 2 (Vir a ser, tornar-se. É verbo de ligação. Há uma idéia de resultado); 3 (acabar + de + infinitivo - verbo auxiliar marcando tempo: passado recente e aspecto: acabado e terminativo); 4 (acabar + gerúndio e acabar + por + infinitivo - auxiliar semântico ou semiauxiliar indicando resultatividade (resultado final, consequência); 5 (operador textual); 6 (operador argumentativo: acabar + que + oração com o verbo finito: Além disso, no final das contas); 7 (operador argumentativo: quando acaba: Além de tudo, além do mais, ainda por cima); 8 (operador argumentativo: acabou: E é isso, E é só, E fim, E pronto) (Travaglia, 2004, p. 23).

¹ Exemplo extraído do *corpus* constituído para o estudo, coletados do banco de dados do *Corpus* do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>).

Considerando-se a delimitação do objeto de estudo desta pesquisa, selecionou-se, entre os sete valores descritos pelo autor referenciado, o quarto – [acabar por infinitivo] e [acabar gerúndio]. O verbo *acabar*, nesses contextos, foi considerado pelo linguista referenciado como “auxiliar semântico ou semiauxiliar indicando resultatividade (resultado final, consequência)” (Travaglia, 2004, p. 34). Ao descrever tal função, o autor salienta que os sintagmas que funcionam como argumento do verbo são, na sua totalidade, argumentos das formas nominais, e nunca do verbo *acabar*, o que demonstra seu alto grau de gramaticalização.

A partir dessas motivações, portanto, surgiu esta tese de doutorado, que consiste no relato de uma pesquisa sobre duas construções de verbo auxiliar - termo que será conceituado no Capítulo 1 -, da variante brasileira da língua portuguesa, em que o verbo *acabar* ocupa a posição de V1, e, em V2, estão verbos ora na forma nominal de infinitivo - antecidos pela preposição *por* - ora no gerúndio.

Ao se analisar o verbo *acabar* nos contextos dessas construções, percebe-se que ele se distancia de seus usos na forma lexical plena, como em (03) e em (04)²:

(03) **Acabou** a luz. A luz **acabou**.

(04) João **acabou** a tarefa de casa.

Em (03) e em (04), a forma verbal *acabou* apresenta o sentido de “findar, concluir” (Ferreira, 2010), além de ser a única forma verbal presente na oração; já em (01) e em (02), percebe-se, além de um valor gramatical para o verbo *acabar*, algum valor semântico - talvez seja esse o responsável pela noção de resultatividade, conforme identificou Travaglia (2004). Apesar de esse linguista categorizar o verbo *acabar* nessas construções como “auxiliar semântico ou semiauxiliar”, determinou-se, neste estudo, que esse verbo será classificado, conforme proposta de Anderson (2006³), como *auxiliar*, sendo *parcialmente esvaziado de sentido*.

Assim, diante da percepção dessas alterações, este estudo se dedicou a investigar cinco questões-problema:

(I) qual das duas construções selecionadas para o estudo é mais frequente no gênero notícia?;

² Os exemplos (03) e (04) são produtos da intuição da autora da pesquisa.

³ A fundamentação teórica que possibilitou essa categorização será apresentada e discutida no Capítulo 1, seção 1.2.

(II) as construções estudadas são construções de estrutura argumental segundo proposta de Goldberg (1995)?;

(III) no caso de a questão (II) se confirmar, as construções estudadas seriam construções resultativas, segundo a teoria de Goldberg (1995)?

(IV) essas construções exercem função gramatical (aspecto) ou função discursiva na língua portuguesa?

(V) as duas construções constituem dois padrões distintos ou correspondem a instanciações de uma mesma construção?

A partir dessas questões-problemas, formularam-se as seguintes hipóteses, que foram testadas pelo estudo:

(i) o padrão [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] é o mais frequente no *corpus* devido a uma preferência pelo uso do gerúndio no território brasileiro;

(ii) os padrões construcionais cujo V1 é o verbo *acabar* são construções de estrutura argumental do tipo resultativo (Goldberg (1995)), o que se alinha à noção de resultatividade proposta por Travaglia (2004);

(iii) tais construções desempenham função textual-discursiva, já que a expectativa é que elas funcionem como operadores argumentativos hierarquizando os argumentos de um texto;

(iv) trata-se de dois padrões construcionais com funções diferentes.

O objetivo geral deste trabalho ficou, portanto, assim estabelecido: analisar as construções de verbo auxiliar [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] e [V1_{acabar} V2_{gerúndio}], utilizadas no gênero notícia da variante de língua portuguesa falada no Brasil, à luz de teorias da Gramática de Construções e da perspectiva argumentativa da língua. Alinhados a esse objetivo maior, delimitaram-se os seguintes objetivos específicos:

- a) analisar e comparar a frequência de uso dessas duas construções em notícias produzidas por falantes do português brasileiro;
- b) investigar se as construções eleitas para o estudo são construções de estrutura argumental nos termos de Goldberg (1995) e, em caso afirmativo, investigar se são do tipo resultativo;
- c) descrever o valor funcional dessas construções na língua portuguesa usada no território brasileiro;

- d) investigar se são dois padrões construcionais distintos ou instanciações distintas de um mesmo padrão;
- e) contribuir com novas reflexões para os Estudos Linguísticos e para a prática profissional daqueles que atuam com produção de texto.

Diante disso, assim se delinea a tese deste estudo: as construções [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] e [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] conferem ao discurso um valor funcional de operador argumentativo, não constituindo um marcador aspectual.

Este estudo está organizado da seguinte maneira: no capítulo 1, apresenta-se e delimita-se o objeto do estudo, relacionando-o ao conceito de construção gramatical apresentado pelos autores consagrados, além da definição de construção de verbo auxiliar que foi adotada para esta pesquisa. O capítulo 2 trata do referencial teórico em relação à Gramática de Construção proposta por Goldberg (1995) e a Gramática de Construção Baseada no Uso. Já, no terceiro capítulo, contempla-se uma abordagem sobre argumentação, sequência argumentativa e narrativa e operadores e conectores argumentativos, com vistas a subsidiar o julgamento das hipóteses. No capítulo 4, descrevem-se os procedimentos metodológicos adotados para a realização deste estudo. Em um quinto momento, apresenta-se a análise dos resultados obtidos, seguida das considerações finais.

CAPÍTULO 1

AS CONSTRUÇÕES GRAMATICAIS: apresentação e delimitação do objeto de estudo

Tendo em vista que o objeto de estudo desta pesquisa são construções gramaticais, este capítulo dedica-se à contextualização e à conceitualização do termo *construções* a partir de perspectivas cognitivistas de estudo da língua (Lakoff, 1974; Paul Kay, 1984; Fillmore, 1985; Langacker, 1987; Fillmore, 1988; Goldberg, 1995; Croft, 2001; Traugott e Trousdale, 2013). Além disso, como se optou por classificar as construções analisadas como *construção de verbo auxiliar* (Anderson, 2006), também há, neste capítulo, uma discussão sobre essa definição e sobre o que se chama, na perspectiva cognitivista, de *verbo auxiliar* (Heine, 1993; Anderson, 2006), a fim de fundamentar a classificação feita neste estudo de V1 como *auxiliar*. Também se apresentam duas categorizações de construção de verbo auxiliar segundo sua forma: de *incidência direta* e de *incidência indireta* (Barroso, 1994). Por fim, há uma abordagem sobre a etimologia do verbo *acabar*, já que é a forma verbal que preenche o *slot* de V1 nas construções aqui estudadas.

1.1 As construções gramaticais⁴

Desde que Goldberg, em 1995, publicou seu livro *Constructions*, o termo *construções* tem sido frequentemente usado em estudos que buscam compreender usos linguísticos, inclusive dentro das investigações da variação e da mudança linguística, sobretudo frente ao postulado de que a *construção* é a unidade básica da língua. Porém, as noções que envolvem a criação desse termo e o próprio termo *construção* já haviam sido debatidos em anos anteriores e por outros estudiosos durante as décadas de 1970 e de 1980, período em que a linguística norte-americana vivia, segundo Pinheiro e Alonso (2018, p. 6), “o reavivamento do interesse pelos padrões sintáticos simultaneamente idiossincráticos e produtivos”.

⁴ Reforça-se, neste momento, a abordagem deste trabalho das construções gramaticais, e não das construções lexicais. Estas envolveriam o processo de lexicalização, segundo o qual “novas entidades linguísticas são convencionalizadas no nível do léxico” (Barreto, 2012, p. 408), que não é o processo que envolve as construções estudadas nesta pesquisa, que é de cunho sincrônico.

Em 1974, Lakoff, em um trabalho nomeado de *Syntactic amalgams*, apontou que a sintaxe de uma língua pode ser descrita como padrões estruturais abstratos com significado próprio, independentemente das palavras que os completam. Nesse sentido, pode-se inferir que esse texto tenha sido o primeiro a abordar a noção de *construções*, apesar de não ter sido mencionado o termo *construção*. Anos mais tarde, em 1984, Paul Kay, ao constatar que o tratamento tradicional que separa a sintaxe e a semântica do léxico e da pragmática não era suficiente para explicar o conhecimento gramatical que envolvia expressões idiomáticas do inglês, como “sort of” e “kind of”⁵, por exemplo, foi o primeiro a empregar o termo *construção gramatical*, concebendo-o como um empacotamento que reúne informações lexicais, sintáticas, semânticas e pragmáticas.

No ano seguinte, Fillmore (1985), em seu artigo intitulado *Syntactic intrusions and the notion of grammatical construction*, analisou o item lexical *have*, do inglês, em também expressões idiomáticas, e seguiu a mesma linha de raciocínio de Kay (1984) ao adotar o termo *construção gramatical*. Para ele, tanto itens lexicais que fugiam do padrão tradicional quanto “espécies gramaticais mais familiares” (Fillmore, 1985, p. 84) poderiam ser explicados por uma abordagem construcionista, motivo pelo qual acredita ser melhor optar por essa perspectiva em detrimento da tradicional. Apesar dessas constatações, nenhum dos três autores mencionados delinearam um modelo para se usar e, embora os dois últimos tenham usado o termo *construção gramatical*, não mencionaram a nomenclatura *Gramática de Construções*. Somente em 1988 é que Fillmore, em seu artigo *The mechanisms of “Construction Grammar”*, demonstra a vontade de arquitetar um novo modelo teórico, de base construcionista, que é então nomeado como *Construction Grammar*, ao mesmo tempo em que revela, ao utilizar as aspas para identificar o termo, que essa ideia de uma gramática baseada em construções ainda não era aceita pela comunidade científica, constituindo, à época, uma espécie de neologismo.

Como uma convergência dos três projetos teóricos, a Gramática de Construções de Goldberg (1995), formulada na tese *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*, torna-se o clássico da literatura construcionista. Nela, as construções são tomadas como unidades simbólicas

⁵ Exemplos retirados de Pinheiro e Alonso (2018, p. 6).

convencionais (Langacker, 1987; Croft, 2001): unidades, porque algum aspecto da construção é idiossincrático e frequente, o que faz com que seja estabelecido como um pareamento forma-significado na mente do usuário da língua; simbólicas, porque são signos; e convencionais, porque os falantes as compartilham. Além disso, Goldberg (1995) salienta que as construções, sendo, portanto, unidades básicas da língua, devem ser reconhecidas como entidades teóricas imprescindíveis para a descrição linguística.

Nessa perspectiva, a Gramática de Construções (GC) de Goldberg (1995) tem como objeto de estudo construções envolvendo verbos e sua estrutura argumental. Nessa teoria, há a premissa de que existe um pareamento entre forma e significado que coloca em xeque a ideia de composicionalidade, princípio segundo o qual o significado de uma expressão resulta da soma dos significados de suas partes formadoras. Nesse sentido, com o objetivo de justificar a tese de que as construções são entidades teóricas, a autora afirma que estas “carregam significado por elas mesmas, independentemente das palavras que compõem as sentenças” (Goldberg, 1995, p. 1, tradução nossa)⁶. De acordo com Goldberg (1995),

C é uma construção se e somente se C for um par forma (F) - significado (S), de tal maneira que nenhum aspecto de F ou de S seja previsível a partir de partes componentes de C ou de outras construções previamente estabelecidas (GOLDBERG, 1995, p. 4, tradução nossa)⁷.

Em outras palavras, tal como Ferrari (2011) sistematiza, a construção é uma unidade linguística constituída não apenas da forma – polo sintático – ou do sentido – polo semântico –, mas da correspondência entre ambos.

Ribeiro (2015, p. 101) acrescenta que, para a GC, a construção é tida como o princípio fundamental da organização gramatical, “podendo ser qualquer elemento formal diretamente associado a algum sentido, a uma função pragmática ou contendo uma estrutura informacional”. Além disso, ela afirma que as estruturas sintáticas de uma língua não podem ser descritas somente a partir de critérios sintáticos,

⁶ Tradução nossa. Do original “constructions themselves carry meaning, independently of the words in the sentences.” (Goldberg, 1995, p. 1).

⁷ Tradução nossa. Do original “C is a construction if, C is a form-meaning pair such that some aspect of F, or some aspect of S, is not strictly predictable from C’s component parts or from other previously established constructions.” (Goldberg, 1995, p. 4).

morfossintáticos, ou de propriedades sintáticas e semânticas dos verbos que as integram. Isso acontece porque as construções sintáticas possuem estruturas semânticas próprias; logo, “o significado da construção não corresponde à soma dos significados das unidades lexicais que a construção possui” (Ribeiro, 2015, p. 101). A cargo de ilustração para melhor entendimento, seguem dois exemplos⁸ com as construções objeto de análise deste estudo:

Quadro 1: A representação das construções gramaticais objetos de análise deste estudo

Forma	Significado	Exemplo
(i) [V1 _{acabar} Prep _{por} V2 _{infinitivo}]	Resultado/ consequência (Travaglia (2004)) ⁹	(05) “A chuva forte que começou a cair no meio da tarde de ontem acabou por esfriar o grande final da marcha” (séc. XX).
(ii) [V1 _{acabar} V2 _{gerúndio}]		(06) “Existe uma tendência de estereotipar a produção cultural, artística e estética negra, que acaba se tornando uma barreira para nós” (séc. XXI).

Fonte: Autoria própria

Essas construções não apresentam um sentido componencial; é no todo que o sentido abstrato se manifesta, atestando o fato de se tratarem de construções: nas duas estruturas mostradas no Quadro 1, elas denotam o significado de resultado/consequência - tal como propõe Travaglia (2004) e tal como será testado neste estudo¹⁰. Em (05), o resultado/consequência da chuva forte que caiu no meio da tarde foi o esfriamento do final da marcha; em (06), a tendência da estereotipação tem como resultado/consequência o surgimento de uma barreira¹¹. Assim, observa-se que constituem unidades de sentido, em que todas as formas linguísticas envolvidas no constructo contribuem para o significado. É com base nesse padrão abstrato que os teóricos construcionistas propõem que a unidade básica de análise para a

⁸ Os exemplos dados daqui em diante são todos extraídos do *corpus* constituído para o estudo, coletados do banco de dados do Corpus do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>).

⁹ Importante reforçar o fato de que o sentido aqui colocado é aquele proposto por Travaglia (2004), mas será testado neste estudo para que seja possível confirmá-lo ou não.

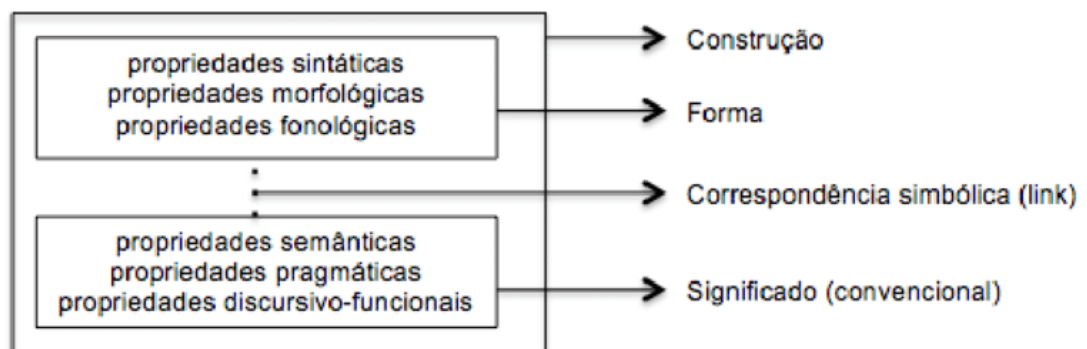
¹⁰ Como já dito, será explorado esse sentido de resultado/consequência, podendo tal hipótese ser ou não confirmada. Assim, esse quadro será retomado posteriormente com os resultados obtidos das análises.

¹¹ Essas afirmações são feitas baseados na semântica proposta por Travaglia (2004). Ao final do estudo, podem ou não ser confirmadas, havendo, portanto, possibilidade de retificação.

descrição linguística é a construção, definida, conforme já mencionado, como “um pareamento de forma-função” (Goldberg, 1995; Croft, 2001; Traugott e Trousdale, 2013).

Croft (2001), em *Radical Construction Grammar - syntactic theory in typological perspective* -, pensa a abordagem construcionista por um ângulo tipológico, em que o estado normal da língua é o da variação. Nesse contexto, para ele, as construções são os primitivos da análise linguística, e as categorias lexicais e sintáticas são estabelecidas a partir das construções. Além disso, o linguista também defende uma anatomia diferente para as construções, mais simples do que aquelas propostas por Goldberg (1995) quanto às estruturas argumentais. Segundo ele, as categorias sintáticas, estruturais e relacionais - como Sujeito, Objetos, Papéis temáticos etc - não estão presentes; a relação entre forma e função pode ser, então, melhor entendida, na visão dele, conforme representado na figura a seguir:

Figura 1: A estrutura simbólica da construção segundo Croft (2001)



Fonte: Croft (2001, p. 18)

Na ilustração acima, a construção é representada pelo retângulo maior, formada por duas subpartes, a forma e o significado, que se correspondem simbolicamente e que se caracterizam, respectivamente, pelo conjunto de três propriedades. No polo da forma, abrigam-se as propriedades sintáticas, morfológicas e fonológicas; já no polo da função, ou do significado, conforme Croft (2001) denomina, congregam-se as propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais. Dessa forma, constata-se a decomponibilidade das construções e o fato, portanto, de o conhecimento linguístico do falante consistir numa rede de construções.

Traugott e Trousdale (2013), em *Constructionalization and Constructional Changes*, propõem a seguinte forma de representação da construção:

$$[[F]] \Leftrightarrow [[S]]$$

Nesse tipo de representação, F(orma) inclui sintaxe, morfologia e fonologia, enquanto S(significado) compreende discurso, semântica e pragmática. Além disso, as setas de mão dupla entre [[F]] e [[S]] indicam que o par forma-significado é uma unidade convencionalizada. Os autores acrescentam ainda que o pareamento forma-significado pode ser interpretado em termos de várias dimensões, todas gradientes, como grau de especificidade fonológica, tamanho e conceito. Essas dimensões aplicam-se ao par forma-significado como um todo, ou seja, à construção. Como se pode notar, essa representação de construções é bastante similar à apresentada por Croft (2001); elas se diferenciam, porém, no fato de a concepção destacada por Traugott e Trousdale (2013) ser de base diacrônica, uma vez que, baseados na Linguística Centrada no Uso, esses autores indicam, em seu trabalho, um modelo teórico-metodológico para o estudo da mudança linguística.

A partir do que foi descrito em relação à maneira como os autores mencionados conceituam construção, formulou-se um conceito de construção norteador deste estudo, que mescla as definições de Croft (2001) e de Goldberg (1995) mencionadas nesta seção: construção é aqui concebida como uma unidade linguística constituída da correspondência entre (F)orma – sob a qual se abrigam propriedades fonológicas, morfológicas e sintáticas - e (S)ignificado – em que se congregam as propriedades semânticas, pragmáticas e discursivo-funcionais –, fazendo com que seu sentido não seja componencial.

Discutem-se, na próxima seção, o conceito de *construções de verbo auxiliar* e o de *verbos auxiliares*.

1.2 As construções de verbo auxiliar

Uma vez que se decidiu por categorizar as construções aqui estudadas como construções de verbo auxiliar, conforme já mencionado, torna-se importante fundamentar essa escolha e, conseqüentemente, justificar a exclusão de outras nomenclaturas tradicionais, tais como *locuções* e *perífrases verbais*, por exemplo, além de estabelecer a definição de verbo auxiliar adotada neste estudo. Por isso, esta seção se dedica à comparação entre a abordagem normativa da língua e a perspectiva

construcional de base funcionalista quanto à denominação das expressões da língua formadas por dois verbos, sendo V1 e V2, já que se sabe que as diversas linhas teóricas possuem diferentes categorizações para os mesmos fenômenos. Diante disso, a seguir, é descrita a forma como a Gramática Normativa da língua define os *verbos auxiliares*, as *locuções* e as *perífrases verbais*. Em seguida, a visão funcional-construcional dos mesmos termos é explicitada e discutida com mais detalhes.

Para a perspectiva da gramática normativa da língua portuguesa, foram selecionados três autores: dois clássicos, Rocha Lima (2011 [1972]) e Bechara (2009 [1961]), e uma contemporânea, Haury (2015). Os três autores abordam as nomenclaturas analisadas no capítulo destinado ao estudo do *Verbo*, mas não há consenso em relação à menção de *locução* e de *perífrase verbal*, nem mesmo quanto à classificação desses termos.

Segundo Rocha Lima (2011 [1972], p. 182), quando as formas simples dos verbos não conseguem expressar certos nuances especiais, usam-se os *tempos compostos*, “nos quais uma das formas nominais (infinitivo, particípio, ou gerúndio) é acompanhada de outro verbo, chamado auxiliar”¹². Esse autor não utiliza, em nenhum momento, o termo *locução verbal*, adotando apenas o termo *tempo composto*. Já Bechara (2009 [1961]) adota os termos *locução* e *perífrases verbais* para se referir ao mesmo conjunto de formas constituídas por dois verbos, sendo um auxiliar e um principal, como se pode ver neste trecho, extraído do autor: “as categorias de tempo e aspecto costumam andar geralmente ligadas no português e nas demais línguas românicas, quer se trate de formas simples, quer de formas perifrásticas, também chamadas de locuções verbais” (Bechara, 2009 [1961], p. 213).

Haury (2015) compreende *verbo auxiliar* como aquele que antecede uma forma nominal (infinitivo, gerúndio e particípio) a fim de compor *perífrases* ou *locuções verbais*, termos que, para ela, são distintos. Conforme descreve, a forma verbal é simples quando formada por apenas uma palavra; já as formas compostas, também chamadas de *locuções verbais*, são aquelas constituídas “de um ou mais verbos auxiliares e o particípio do verbo principal” (Haury, 2015, p. 825), tendo os verbos *ser*

¹² A título de exemplificação, explicitam-se exemplos trazidos pelo próprio autor: “estou escrevendo”, “fiquei a contemplá-la” e “a tarde ia morrendo” (Rocha Lima, 2011 [1972], p. 183).

e *estar* na forma passiva e os verbos *ter* e *haver*¹³ na forma ativa como os possíveis de serem classificados como auxiliares¹⁴. As *perífrases verbais*, por sua vez, seriam aquelas formadas por, além dos verbos auxiliares já mencionados, com exceção de *ser*, outros eventuais auxiliares e o verbo principal ou no infinitivo ou no gerúndio¹⁵. Por fim, ela salienta que “ambas as construções são sintática e semanticamente indecomponíveis” (Haury, 2015, p. 882).

Como se pode notar pela breve descrição da perspectiva normativa da língua, não há um consenso quanto à terminologia, quanto às definições, nem quanto à diferenciação dessas nomenclaturas. Por esse motivo, não se optou pela utilização da terminologia prescritiva da língua como fundamento da investigação aqui proposta, abstendo-se, portanto, do uso dos termos *locução verbal* e *perífrase verbal*.

Na busca por uma terminologia mais adequada para nomear o objeto de estudo eleito nesta tese, buscou-se embasamento teórico em Anderson (2006). Em seu trabalho intitulado "Auxiliary Verb Constructions", o autor analisa comparativamente pelo menos 800 línguas do mundo, a fim de sistematizar informações sobre construções monossentenciais com dois verbos, como é o caso daquelas aqui investigadas. A linha de análise teórica adotada, segundo mencionado no início do seu livro, é pancrônica e funcional-construcional. Conforme argumenta, é pancrônica, uma vez que considera, como objeto de investigação, a construção sincrônica de verbos auxiliares, bem como variações e desenvolvimentos diacrônicos; é funcional no sentido de que o objeto de estudo é definido como um *continuum* de combinações verbo-verbo, ocupando uma grande, porém restrita, gama de domínios funcionais; por fim, é construcional, pois os dados observados e analisados são considerados meios formais de codificação de categorias funcionais projetadas por meio dos componentes de uma construção. Sendo assim, por ir ao encontro da perspectiva cognitivista assumida neste trabalho, decidiu-se ancorar a fundamentação teórica em Anderson (2006), tanto em relação aos *verbos auxiliares* quanto em relação à *construção de verbo auxiliar*, conceitos que serão descritos a seguir.

¹³ A título de exemplificação, explicitam-se exemplos trazidos pela própria autora: “tenho sido visto”, “tinha (ou havia) sido visto” (Haury, 2015, p. 825).

¹⁴ Essa concepção é a mesma que Pontes (1973) apresenta em seu trabalho pioneiro no estudo do auxiliar no português.

¹⁵ A título de exemplificação, explicitam-se exemplos trazidos pela própria autora: “ter de escrever”, “hei de conseguir”, “começou a chover” e “ia falando” (Haury, 2015, p. 825).

De acordo com Anderson (2006, p. 4, tradução nossa)¹⁶, “verbo auxiliar é um item no contínuo de afixos lexicais e funcionais que tende a ser esvaziado de significado e gramaticalizado para expressar uma ou mais das categorias verbais, como aspecto, modo, tempo e voz”. Isso significa dizer que, nesse contínuo, existem os verbos principais, que carregam o sentido e fazem a seleção argumental do composto e, por isso, são chamados de afixos lexicais; e os verbos auxiliares, também chamados de morfemáticos por Barroso (1994), que, esvaziados de conteúdo semântico, carregam informações gramaticais, como tempo, modo, pessoa, aspecto, sendo, assim, denominados afixos gramaticais. Além disso, Anderson (2006, p. 5) acrescenta que os

verbos auxiliares também podem ser identificados como um elemento que, em conjunto com um verbo lexical, forma um sintagma com algum grau de esvaziamento semântico que desempenha alguma função gramatical mais ou menos definível (Anderson, 2006, p. 5, tradução nossa)¹⁷.

Esse grau de esvaziamento semântico ao qual o autor se refere pode se dar de três maneiras¹⁸: (i) construções em que os verbos auxiliares são completamente ausentes de sentido, colaborando apenas com informações gramaticais, como, por exemplo, “tenho feito”, em que o verbo “tenho” apenas sinaliza conteúdo gramatical como tempo, modo, pessoa, número e aspecto, funcionando como um morfema; (ii) construções em que o verbo auxiliar é parcialmente esvaziado de significado, como, por exemplo, “anda fazendo”; e (iii) construções menos esvaziados de conteúdo semântico, como, por exemplo, “começou a fazer”, em que o auxiliar e o principal formam uma construção de sentido abstrato.

Diante desses acréscimos à categorização de auxiliar, acredita-se que o V1 das construções aqui estudadas - o verbo *acabar* - encontra-se no grupo das construções em que o verbo auxiliar é *parcialmente esvaziado de significado* (referida

¹⁶ Do original: “an item on the lexical verb-functional affix continuum, which tends to be at least somewhat semantically bleached, and grammaticalized to express one or more of a range of salient verbal categories, most typically aspectual and modal categories, but also not infrequently temporal, negative polarity, or voice categories” (Anderson, 2006, p. 4).

¹⁷ Do original: “an element that in combination with a lexical verb forms a monoclausal verb phrase with some degree of (lexical) semantic bleaching that performs some more or less definable grammatical function” (Anderson, 2006, p. 5).

¹⁸ Os exemplos dados neste parágrafo foram construídos pela autora deste estudo.

categorização (ii)). Frente à hipótese do sentido de resultatividade das construções, nota-se que essa noção advém prioritariamente de V1; logo, é certo que o verbo sofreu uma abstração, mas não um esvaziamento, não podendo, portanto, falar no completo esvaziamento semântico do auxiliar¹⁹.

De acordo com Heine (1993), apesar de existirem outras noções pressupostas em um verbo auxiliar (a negação e a ênfase são algumas delas), as categorias do sistema TAM (Tense, Aspect, Mood category) são os domínios principais das expressões desse tipo de verbo:

um 'bom auxiliar' é verbal em alguma extensão e é usado ou para alocar a situação descrita na sentença com referência ao tempo dêitico (tempo), ou para conferir um contorno temporal a ela (aspecto), ou para avaliar sua realidade (modalidade)" (Heine, 1993, p. 22, tradução nossa)²⁰.

Nesse sentido, o complexo TAM, cujas categorias, ao menos nas línguas românicas, são expressas majoritariamente pelos auxiliares, de acordo com o pesquisador, originam-se de entidades concretas que descrevem noções genéricas, tais como movimento, atividade, posse, entre outras. Ademais, faz-se importante apresentar aqui uma colocação de Heine (1993) sobre a gramaticalização²¹ de verbos para ocuparem função de auxiliares. Segundo o linguista, a gramaticalização não incide

¹⁹ Sabe-se que outros autores renomados, como o próprio Travaglia (2006) mencionado aqui, classificam esse verbo como semiauxiliar. Porém, como se optou por utilizar a nomenclatura de Anderson (2006) para *construção de verbo auxiliar*, tornou-se coerente também manter a sua classificação como *auxiliar*, já que ele forneceu a possibilidade de os auxiliares também serem *parcialmente esvaziados de sentido*.

²⁰ Do original: Do original: "A 'good auxiliary' is verblike to some extent and is used either to place the situation described in the sentence with reference to deictic time (tense), to ascribe a temporal contour to it (aspect), or to assess its reality (modality) [...]" (Heine, 1993, p. 22).

²¹ Silva (2012) afirma que a utilização do termo "gramaticalização" tem sido alvo de discussão por diversos fatores, tais como: a unidirecionalidade (léxico>gramática) é mesmo a única opção de mudança?; a gramaticalização é um processo autônomo?; as motivações da gramaticalização são pragmático-discursivo, conforme a perspectiva funcionalista, ou referem-se a um problema cognitivo de conceptualização segundo a perspectiva cognitivista? Segundo Traugott (2022), há uma incompatibilidade entre os termos "gramaticalização" e "construcionalização", uma vez que "a gramaticalização e a construcionalização se sobrepõem no domínio de mudança de função lexical > gramatical, ou poderíamos dizer de conteúdo para a função processual (Traugott, 2022, p. 59, tradução nossa). Isso ocorre visto que, enquanto se pensa em redução no processo de gramaticalização, quando se faz construcionalização, pensa-se principalmente sobre expansão. Além disso, torna-se importante salientar também que, conforme Silva (2012, p. 26) afirma, a gramaticalização somente acontece por meio de mecanismos "de inovação", que são necessariamente cognitivos. Logo, "uma abordagem pragmático-discursiva da gramaticalização carece de uma explicação cognitiva não só das motivações como também dos mecanismos cognitivos utilizados no processo de gramaticalização" (Silva, 2012, p. 26).

sobre verbos isolados, mas sim sobre construções inteiras - entendidas aqui como compostos, e não como um par forma/significado.

Anderson (2006), embora tenha conceituado verbos auxiliares, admite que o grau suficiente para deixar de classificar alguma forma como verbo lexical e passar a chamá-la de verbo auxiliar variará de pesquisador para pesquisador, justamente pela existência de um contínuo de abstração do auxiliar que interferirá na sua capacidade de seleção argumental, ou seja, a natureza gradiente da língua, que abarca, na perspectiva construcionista, o contínuo léxico > gramática. Travaglia (2003), por exemplo, devido à existência de diferentes graus nesse contínuo, prefere denominar aqueles ainda em processo de gramaticalização de semi-auxiliares. Diferentemente, Pontes (1973), pioneira no campo dos estudos de verbo auxiliar no Brasil, defende o emprego de critérios sintáticos ao invés de critérios semânticos no que diz respeito à classificação de um verbo como auxiliar, tendo em vista que, para ela, é mais relevante e objetiva a análise que leva em consideração o verbo em relação aos seus acompanhantes em uma sentença do que aquela que analisa, como critério principal, o sentido.

Ainda sobre isso, Heine (1993, p. 66) afirma que, devido ao fato de serem estruturas contínuas, “a criação de estágios ao longo dessas estruturas deve permanecer por um esforço arbitrário e artificial” (Heine, 1993, p. 66, tradução nossa)²². O autor ainda apresenta alguns elementos que podem ser definidores dos verbos auxiliares, sem contestar, porém, que há distintas visões na literatura especializada. Ele afirma que o significado de auxiliaridade tem aparecido em muitas abordagens linguísticas, mas que, concomitantemente, sua validade foi também desafiada, problemas que podem ser sanados mediante a análise das forças cognitivas concretas que permeiam a abstração das categorias gramaticais. E é justamente dessa forma - examinando as forças mais concretas ou mais abstratas - que esta pesquisa acredita ser possível determinar a natureza lexical ou gramatical de um verbo. Por isso, neste estudo, assume-se que o V1, a partir do que propõe Anderson (2006), é um *verbo auxiliar parcialmente esvaziado de sentido*.

²² Do original: “since chains are by definition continuous structures, setting up stages along these structures must remain an arbitrary and artificial endeavor” (Heine, 1993, p. 66).

Por todas as controvérsias ora apresentadas, Anderson (2006) defende que o termo *verbo auxiliar* deve ser entendido no contexto das construções de verbo auxiliar, definidas como uma estrutura monossentencial, isto é, um conjunto de, pelo menos, dois verbos que instanciam somente uma predicação. Nesse conjunto verbal, deve haver um verbo lexical, que contribui com conteúdo lexical para a construção, e um verbo auxiliar, que contribui com algum conteúdo gramatical ou funcional para a construção. Além disso, o auxiliar ajuda “na expressão de uma realização particular do tipo de evento codificado pelo verbo lexical, baseando-se no amplo contexto discursivo que permeia o evento” (Anderson, 2006, p. 9, tradução nossa)²³. Assim, construções de verbos auxiliares são um conjunto de traços sintáticos, semânticos, morfossintáticos e prosódicos que exigem um elemento auxiliar particular em combinação com um predicado lexical. Resumindo, “como um *continuum* forma-função, as construções de verbo auxiliar são necessariamente vagamente definíveis, dinâmicas, sempre emergente e mutáveis” (Anderson, 2006, p. 9, tradução nossa)²⁴. A cargo de ilustração, seguem dois exemplos das construções analisadas neste estudo:

(07) “Os escândalos, quando ocorrem, **acabam por desgastar** ainda mais a imagem de seus possíveis adversários nas próximas eleições” (séc. XXI).

(08) “Esse elemento possui uma composição química tão leve que é capaz de escapar da atmosfera e **acabar se perdendo** no espaço” (séc. XXI).

Nesses períodos, observam-se, em destaque, construções de verbo auxiliar nos termos estabelecidos por Anderson (2006) e adotados neste estudo. Conforme se observa, o verbo *acabar*, em posição de auxiliar em ambas as ocorrências, além de contribuir com conteúdo gramatical (como pessoa, tempo e modo verbais), contribui também semântica ou pragmaticamente – tese aqui explorada -; e os V2, *desgastar* e *perdendo*, respectivamente, conferem conteúdo lexical para as construções. Além disso, é importante destacar o fato de que, em ambos os exemplos,

²³Do original: “[...] the auxiliary serves to aid in the expression of the particular realization of the event type encoded by the lexical verb as grounded in the larger context of the communicative discourse surrounding that event” (Anderson, 2006, p. 9).

²⁴ Do original: “as a form-function continuum, auxiliary verb constructions are necessarily vaguely definable, dynamic, ever emergent and changing.” (Anderson, 2006, p. 9).

trata-se de estruturas monossentenciais, uma vez que apenas o V2 é o responsável pela seleção argumental.

Outro ponto interessante quanto às construções de verbo auxiliar diz respeito à sua origem: segundo o autor, elas parecem ter surgido de uma variedade de predicados complexos, alguns monossentenciais, outros bissentenciais. Isso significa que essas construções podem provir de construções com uma sequência de verbos, ou com verbos mais complemento oracional, ou com sequências oracionais ou conjuntivas, ou com formações nominais de predicado mais marcadores de casos. Dentre essas origens listadas por Anderson (2006), uma das mais comuns nesse processo de formação de construções de verbo auxiliar é a que vem de predicados complexos formados por construções verbais em série, quando V1 ou V2 se tornam mais gramaticalizados. Conforme afirma o pesquisador, o padrão de construção de verbo auxiliar mais comum nas línguas do mundo é o encabeçado pelo verbo auxiliar, ou seja, aquele em que a flexão é marcada por esse verbo.

1.2.1 Categorização das construções de verbo auxiliar segundo o tipo de incidência de V1 sobre V2

Diante da gama de variedade na sua estrutura interna, as construções de verbo auxiliar podem ser subcategorizadas como construções de incidência direta ou como construções de incidência indireta. Torna-se importante explorar, neste estudo, esses dois conceitos devido ao fato de as duas construções objeto de análise desta pesquisa se estruturarem, cada uma, de acordo com um desses dois tipos, conforme será descrito adiante. Barroso (1994), ao estudar o aspecto verbal perifrástico do português, afirma, baseado em B. Pottier²⁵, que a incidência do verbo morfemático, ou seja, do verbo auxiliar sobre o verbo predicador, pode se dar de duas formas:

- a) *Incidência indireta*, quando existe um conectivo preposicional entre o verbo morfemático e a forma nominal do infinitivo: [V1 Prep V2_{infinitivo}]. Ou seja, “o verbo auxiliar modifica o auxiliado por meio de uma preposição” (Barroso, 1994, p. 58). O linguista sinaliza, quanto aos conectivos, que a maioria das construções perifrásticas de aspecto se estruturam com as preposições *a*, *de*,

²⁵ B. Pottier, «Sobre el concepto de verbo auxiliar», in: *Lingüística Moderna y Fitología Hispánica*. Biblioteca Románica Hispánica. Madrid: Editorial Giedos, 1976, p. 194.

por e *para* seguidas de infinitivo. No caso desta pesquisa, a preposição que conecta o verbo auxiliar e o verbo principal da construção é **por**, o que, segundo Barroso (1994), seria, então, indicativo de uma construção marcadora de aspecto de ordem. Tal entendimento, contudo, vai de encontro à hipótese que este estudo se propõe a testar. Ilustra-se a construção em análise como segue no exemplo²⁶:

(09) “Obtiveram o apoio de ministros, especialmente os mais ligados à articulação política, e **acabaram por convencer** o próprio presidente da República” (séc. XX).

Nota-se, em (09), que o verbo “*acabar*” em posição de auxiliar incide sobre o verbo principal “*convencer*” com mediação da preposição **por**, formando, pois, uma construção de verbo auxiliar de incidência indireta, nos termos de Barroso (1994).

Almeida (1980) salienta que o sintagma “auxiliar mais infinitivo” é o único contexto de incidência indireta, além de que é também o contexto em que a auxiliação se faz mais constante e mais variada na língua portuguesa. Para mais, de acordo com o autor, a forma nominal infinitiva “traduz uma ação de caráter prospectivo, orientada para o futuro, oferece com a sua tensão intacta uma perspectiva de realização” (Almeida, 1980, p. 19). Para o estudioso, esse valor prospectivo “permite à língua, com sua junção a variados auxiliares, a determinação mais precisa de noções aspectuais, modais e mesmo temporais” (Almeida, 1980, p. 28).

b) *Incidência direta*, quando o “verbo auxiliar incide diretamente sobre o auxiliado, modificando-o” (Barroso, 1994, p. 58), conferindo-lhe as informações gramaticais de tempo, modo, pessoa, número e aspecto. Entende-se, portanto, como construções de incidência direta aquelas que não apresentam em sua estrutura um liame preposicional, tendo as seguintes estruturas: [V1 V2_{gerúndio}] ou [V1 V2_{participio}]. Em se tratando das construções estudadas nesta pesquisa, o V2 ocorre na forma nominal do gerúndio, conforme este exemplo:

(10) “Sentimos a necessidade de agir de forma consciente para evitar o desperdício e **acabamos contribuindo**, mesmo que de forma sutil.”²⁷ (séc. XXI).

²⁶ Exemplo extraído do corpus constituído para o estudo, coletados do banco de dados do Corpus do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>).

²⁷ Exemplo extraído do corpus constituído para o estudo, coletados do banco de dados do Corpus do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>).

No dado apresentado acima, percebe-se que o verbo “*acabar*” em posição de auxiliar incide diretamente sobre o verbo principal no gerúndio (*contribuindo*), formando, desse modo, uma construção de verbo auxiliar de incidência direta.

Conforme Almeida (1980), a quantidade de auxiliares da perífrase com gerúndio é superior ao da construção com participípio. Ademais, o gerúndio “revela um presente e um caráter durativo” (Almeida, 1980, p. 19), ou seja, “um processo já começado e, ao mesmo tempo, em desenvolvimento” (Almeida, 1980, p. 18). O autor coloca como exceção a essas noções justamente as construções aqui estudadas:

excetua-se, é claro, as construções tipo *acabam fugindo*, correspondente a *acabam por fugir*, em que a perífrase não traduz exatamente duração, mas um resultado, uma consequência do que antes deve ter sido ventilado” (Almeida, 1980, p. 28).

Estabelecidos os conceitos de *construção*, de *verbo auxiliar*, de *construção de verbo auxiliar* e a categorização das construções de verbo auxiliar segundo o tipo de incidência de V1 sobre V2, segue-se para a apresentação da etimologia do verbo *acabar*, que ocupa o *slot* de V1 de nossas construções. Ainda que estas não sejam componenciais, as construções são gradientes e, portanto, é importante conhecer traços semânticos de V1 antes do processo de construcionalização, até mesmo por se acreditar que o verbo, nas construções, conserva traços semânticos que contribuem para a função do constructo.

1.3 A etimologia do verbo *acabar*

Rafael (2023), em sua pesquisa sobre a relação de herança entre construções inacusativas e construções aspectuais inceptivas e terminativas, investigou o verbo *acabar*, além de outros como *começar*, *principiar* e *terminar*. A autora, com o objetivo de relacionar a metáfora de movimento e o papel semântico de tema com os verbos em análise, resgatou a etimologia como metodologia de busca de sentidos mais concretos de itens lexicais, já que acredita, baseada em Coelho (2006), que “as línguas se fundamentam em experiências humanas concretas” (Rafael, 2023, p. 166). Desse resgate, apresentam-se os dados a seguir, compilados pela autora de três dicionários etimológicos de línguas neolatinas e de um dicionário de língua latina:

Quadro 2: Etimologia do verbo acabar

Verbo	Dicionários etimológicos de línguas neolatinas		
Acabar	Nascentes (1955[1932]) LÍNGUA PORTUGUESA	Cunha (2010[1982]) LÍNGUA PORTUGUESA	Corominas (1984) LÍNGUA CASTELHANA
	Cabo, no sentido de fim, e desinência -ar (p. 4).	Cabo (p. 5) = Fim, confirm, arremate, extremidade (p. 108).	Caput = cabeça; extremo de uma coisa; Acabar = fazer algo até o cabo (acepção dentro da entrada “cabo”) (p. 714).
	Dicionário etimológico de língua latina		
	Glare (1982)		
	Caput, também kaput [...] 1 a cabeça (dos seres humanos, dos animais, etc.) (p. 274).		

Fonte: Adaptado de Rafael (2023)

A partir das informações dispostas no Quadro 2, a autora constatou que, de certa forma, o verbo *acabar* nas línguas neolatinas já tinha seu sentido abstraído do sentido original, ou seja, do latim, uma vez que, nesta língua, o verbo refere-se a uma extremidade do corpo, à cabeça. Sobre isso, Rafael (2023, p. 167) cogita

que tenha ocorrido uma abstração das formas verbais estudadas ainda na língua-mãe do português, visto que, [...] para *acabar* [...], as formas abstratas em construções de verbo auxiliar já aparecem, respectivamente, nos séculos XIII, XIV e XV, séculos ainda bem próximos do estabelecimento do idioma lusitano e de sua mistura com formas galegas e propriamente latinas:

(75) Nós vos dissemos que o entender cansava quando lhe eram demonstradas muytas cousas pelos sentidos, que fossem grandes de departir ou fossem tantas que o entender estivesse muyto cansado ante que as **acabasse** de determinar. (século XIV)” (Rafael, 2023, p. 167 e 168).

Além disso, a autora também observou o fato de o verbo *acabar* aparecer abstraído de seu significado em outras construções, como a monoargumental:

(79) E, se os tiver hum pouco na treela ante que os ponha, fazer-lhe-am grande prol e desta guisa fazendo-o os monteyros recobraram seus

caães e verram en direito caminho de irem a fin de **acabar** aquello que começam (Livro de Montaria - século XIV) (Rafael, 2023, p. 168-160).

Dessa maneira, foi constatado que essa forma verbal sofreu esvaziamento semântico no curso da história da língua, mas “conserva, sim, sua carga semântica [...] abstrata, considerando-se os étimos latinos” (Rafael, 2023, p. 169). Essa discussão sobre a conservação da carga semântica, segundo Rafael (2023, p. 169), é importante para atestar que o verbo *acabar* é “compatível com a metáfora de movimento exigida pela construção de verbo auxiliar denotadora de aspecto”, uma vez que “pressupõe extremidade de um caminho, para cujo alcance se pressupõe o percurso”. Diante disso, essas noções tornam-se significativas para este estudo, uma vez que será testada a hipótese de que o verbo *acabar*, nas construções aqui estudadas, não tem valor aspectual, e sim valor discursivo do tipo resultativo/consecutivo.

A seguir, no Capítulo 2, apresentar-se-á o quadro teórico construcionista que fundamentará as análises deste estudo.

CAPÍTULO 2

GRAMÁTICA DE CONSTRUÇÃO: a Gramática de Construção de Goldberg (1995) e a Gramática de Construção Baseada no Uso

Neste capítulo, serão apresentados os pressupostos básicos da Gramática de Construção (GC) tendo em vista que essa teoria norteou, de forma geral, a análise das construções examinadas neste estudo, tanto no que diz respeito ao conceito de construções - que foi abordado no Capítulo 1 -, quanto no que diz respeito aos preceitos comuns a todas as vertentes da GC. Além disso, focou-se na proposta de Goldberg (1995), vertente integrada à Gramática de Construções Baseada no Uso, metodologicamente eleita por fornecer o conceito de estrutura argumental e de construção resultativa, definições imprescindíveis para testar as hipóteses levantadas a partir de Travaglia (2004). Essa proposta de Goldberg (1995) foi adotada também por sistematizar as relações de herança e os princípios cognitivos importantes para a discussão proposta neste estudo, além de que as construções aqui estudadas são nucleadas por um verbo. Por fim, tendo em vista a pretensão de se explorar uma possível alternância de uso entre as duas construções investigadas, fez-se necessário relacionar a Gramática de Construções Baseada no Uso (GCBU) com a teoria da variação linguística.

2.1 A Gramática de Construções e a proposta de Goldberg (1995)

No contexto da Linguística Cognitiva, que emerge como uma reação à noção de que os processos cognitivos na linguagem são distintos daqueles relacionados à cognição não linguística, surge a Gramática de Construções (GC) como resultado da junção de projetos teóricos desenvolvidos, de certa forma, paralelamente a partir da década de 70 nos Estados Unidos. Os estudos de Lakoff (1974), de Kay (1984), de Fillmore (1985; 1988) e de Goldberg (1995) foram articulados em Berkeley²⁸ e motivados pela exploração dos idiomatismos sintáticos; já o de Langacker (1976) foi desenvolvido em San Diego, impulsionado pela tentativa de explicar as divergências de significado entre sentenças de semelhantes estruturas. Em comum, os projetos de Lakoff (1974), de Goldberg (1995) e de Langacker (1976) tiveram a incumbência de

²⁸ Encontro Anual da Sociedade de Linguística de Berkeley (BLS, em inglês).

buscar explicações de estruturas linguísticas a partir de meios cognitivos. Em contrapartida, a proposta langackeriana se distinguiu, na visão de Pinheiro e Alonso (2018, p. 20), das de Fillmore (1985; 1988) e de Kay (1984), bem como da versão inicial do trabalho de Lakoff (1974) e de Goldberg (1995), “pela centralidade atribuída, desde os seus primeiros anos, aos efeitos do uso linguístico sobre a representação gramatical subjacente” (Pinheiro e Alonso, 2018, p. 20).

Essa configuração do arcabouço teórico da GC foi alterada a partir da década de 90 devido a eventos significativos: em primeiro lugar, a Gramática de Construções de Lakoff (1974) e a de Goldberg (1995) passaram a incluir de fato o uso e os efeitos da frequência nas suas explicações; em segundo lugar, novas vertentes surgiram devido à disseminação das ideias do modelo geral da GC; por fim, uma vez incorporadas novas variantes, seus nomes foram alterados para diferenciarem entre si. Nesse sentido, segundo síntese analítica proposta por Pinheiro e Alonso (2018), o cenário resultante é este:

Quadro 3: Cenário atual das vertentes de GC

	Incorpora processos associados à cognição geral?	Contempla os efeitos do uso sobre a representação subjacente?
Berkeley Construction Grammar (Fillmore, 1988; Fillmore; Kay; O’Connor, 1988)	Não	Não
Sign-Based Construction Grammar (Boas; Sag, 2012)	Não	Não
Cognitive Construction Grammar (Goldberg, 2006; a sair)	Sim	Sim
Cognitive Grammar (Langacker, 1987; 1991)	Sim	Sim
Radical Construction Grammar (Croft, 2001)	Sim	Sim
Fluid Construction Grammar (Steels, 2011)	Sim	Sim
Embodied Construction Grammar (Bergen; Chang, 2005)	Sim	Sim

Fonte: Pinheiro e Alonso (2018, p. 22)

Esse quadro demonstra a divisão das vertentes em dois grandes grupos devido ao critério do uso: (i) o de modelos “baseados na competência” (Hoffman, 2017, p. 322) - de inclinação formalista - e (ii) o de modelos baseados no uso - de inclinação funcional-cognitiva. Assim sendo, os trabalhos de *Berkeley Construction Grammar* e os de *Sign-Based Construction Grammar* se distanciam dos efeitos do uso, enquanto os modelos restantes levam em consideração que a experiência concreta do falante pode influenciar na representação que já se tem.

Apesar de haver essa distinção em relação à perspectiva funcionalista *versus* formalista, há pressupostos teóricos que são comuns entre todos os modelos, entre os quais, destacam-se estes:

a unidade básica da gramática é a construção; a estrutura semântica é projetada diretamente na estrutura sintática; a língua, como outros sistemas cognitivos, é uma rede de nós e elos entre os nós; as associações entre esses nós são representadas na forma de hierarquias de herança; a estrutura da língua é moldada pelo uso (Cunha Lacerda e Furtado da Cunha, 2017, p. 6).

Dessa maneira, segundo Pinheiro, Silva e Junior (2023, p. 1), a GC “deve ser entendida como um modelo que busca representar, especificamente, a porção da realidade empírica - isto é, o sistema - a que nos referimos normalmente como *conhecimento linguístico do falante*”. Nessa perspectiva, esse conhecimento linguístico é regulado por três preceitos básicos, a saber:

l) a totalidade do conhecimento linguístico do falante pode ser descrita em termos de construções gramaticais. Essa noção implica a ideia de que o conhecimento linguístico é um inventário de unidades armazenadas individualmente que inclui unidades que vão além de palavras e morfemas, como padrões morfológicos e esquemas sintáticos, sendo chamado, portanto, de um *continuum* léxico-sintaxe, conforme mostrado no quadro a seguir:

Quadro 4: O *continuum* léxico-sintaxe na GC

Tipo de construção	Exemplo
Palavra	Jogo
Expressão fixa	abrir o jogo
Esquema morfológico	des + base verbal (ex: desfazer, desmascarar)
Esquema sintático	SVO (ex: Maria jogou o jogo)

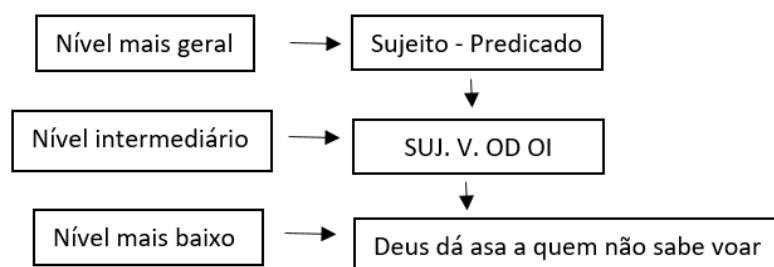
Fonte: Autoria própria, baseada em Pinheiro, Silva e Junior (2023, p. 2)

A partir desse quadro, é possível observar que as estruturas complexas, sejam sintáticas, sejam morfológicas, não precisam ser derivadas, o que possibilita caracterizar a GC como um modelo *não derivacional* da representação do conhecimento linguístico.

II) as construções podem ser combinadas entre si, com o objetivo de possibilitar a existência de palavras e de sentenças concretas, desde que sejam semântica e formalmente compatíveis. Esse preceito é responsável, segundo Pinheiro, Silva e Junior (2023), pela capacidade criativa do falante. Como exemplo, os autores apresentaram a sentença “*Foi o carro vermelho que foi vendido para o João*”, mostrando que seu processamento pressupõe a combinação de três construções sintáticas: uma construção bitransitiva (com *OD* e *OI*), uma construção clivada e uma construção passiva.

III) as construções são conectadas umas às outras, resultando em um inventário estruturado em que construções mais gerais definem categorias em relação às quais construções mais específicas funcionam como membros, permitindo, assim, que as construções sejam representadas em níveis hierárquicos, por exemplo:

Figura 2: Representação simbólica da rede de construções



Fonte: Autoria própria, adaptado de Pinheiro, Silva e Junior (2023)

Pode-se notar, na figura 2, a representação de três construções que se interligam em diferentes níveis hierárquicos: mais geral, intermediário e mais baixo. A primeira é mais geral por poder, por exemplo, selecionar qualquer tipo de predicado, enquanto a do nível intermediário seleciona exclusivamente dois argumentos internos. Por sua vez, a construção que é membro da categoria mais baixa se difere da intermediária, visto que aquela seleciona apenas o verbo “dar”, enquanto esta pode licenciar qualquer verbo bitransitivo. Dessa forma, pode-se estabelecer uma rede formada pela conexão entre os diferentes níveis de construções.

Apesar de as várias vertentes da GC compartilharem dos preceitos ora mencionados, a proposta de Goldberg (1995) para a Gramática de Construções - neste caso, integrada à Baseada no Uso - torna-se o modelo mais representativo devido ao fato de ser pioneira na exploração da tese de que a construção aberta, formada apenas por um esquema abstrato, possui um significado próprio, que vai se complementar a partir dos elementos instanciados (e vice-versa). A ideia central de Goldberg (1995) é a de que

sentenças básicas do inglês são instâncias de construções — correspondências forma-significado que existem independentemente de verbos específicos. Isto é, sustenta-se que as construções portam significado por si mesmas, independentemente das palavras na sentença (Goldberg, 1995, p.1, tradução nossa)²⁹.

Essa tese origina a noção de Construção de Estrutura Argumental (CEA), entendida como um esqueleto estrutural sem preenchimento lexical associado a um sentido abstrato próprio - a cena semântica, característica necessária para se ter uma CEA. Essa ideia é justificada pelo fato de que um mesmo verbo pode aparecer em uma ampla gama de contextos sintáticos, instanciando argumentos não previstos na sua estrutura argumental. Como exemplo, uma sentença ilustrada por Goldberg (1995, p. 9): “he sneezed the napkin off the table”³⁰; nessa frase, o verbo *sneezed*, do inglês, não prevê um argumento interno, nem mesmo a noção de mudança de lugar instanciada pela construção. Nesse sentido, devido a esses dois aspectos, a sentença constitui uma construção de estrutura argumental. Essa noção de CEA permite,

²⁹ Do original: “sentences of English are instances of constructions - form-meaning correspondences that exist independently of particular verbs. That is, it is argued that constructions themselves carry meaning, independently of the words in sentence” (Goldberg, 1995, p. 1).

³⁰ Tradução nossa: “o guardanapo se movimenta para fora da mesa”.

portanto, constatar que as sentenças se distinguem em relação à estrutura argumental da construção, e não em relação à estrutura argumental do verbo.

Ao descrever as construções de estrutura argumental, Goldberg (1995) elenca cinco tipos para a língua inglesa: a bitransitiva, a de movimento causado, a resultativa, a intransitiva e a conativa, assim estruturadas:

Quadro 5: Estruturas argumentais propostas por Goldberg (1995)³¹

Bitransitiva	X causa Y a receber Z	Subj X Obj Obj2 Pat faxed Bill the letter. (Pat enviou por fax a carta para Bill)
Movimento causado	X causa Y a mover-se para Z	Sub V Obj Obl Pat sneezed the napkin off the table. (Pat espirrou o guardanapo para fora da mesa)
Resultativa	X causa Y a tornar-se Z	Sub V Obj Xcomp She kissed him unconscious. (Ela o beijou inconsciente)
Movimento Intransitivo	X move Y	Subj V Obl The fly buzzed into the room. (A mosca zumbiu na sala)
Conativa	X direciona ação a Y	Subj V Obl Sam kicked at Bill (Sam chutou para Bill)

Fonte: Tradução de Goldberg (1995, p. 3)

Segundo defende Goldberg (1995), nessa abordagem de estrutura argumental, diferenças sistemáticas entre o mesmo verbo em diferentes construções são atribuídas a construções particulares, e não ao verbo em si. Assim, voltando ao exemplo dado por Goldberg na construção de movimento causado, tem-se:

(11) *Pat sneezed the napkin off the table*

Em (11), *Pat*, o sujeito da oração, é responsável por movimentar um objeto de lugar (o guardanapo para fora da mesa). Dessa maneira, o sentido de movimento causado é obtido por toda a construção, independentemente do verbo que forma o padrão oracional.

Além de inovar pela proposta da Construção de Estrutura Argumental, Goldberg (1995) adiciona uma contribuição quanto à ideia de as construções

³¹ Exemplos traduzidos de uma maneira a tentar aproximar a semântica do inglês à do português.

formarem uma rede hierárquica entre si, terceiro preceito comum a todas as vertentes, já tratados neste capítulo: para ela, as construções são ligadas entre si por uma relação de herança, em que uma construção decorre da outra herdando características específicas. Essa relação pode se dar por quatro distintos tipos:

a) Polissemia: nesse tipo, ocorre a relação semântica entre uma construção e suas extensões de sentido, ou seja, a construção é uma extensão semântica da construção-mãe. Essa relação pode ser ilustrada pelos exemplos de construções transitivas que Cunha (2004) estudou. Segundo a autora, a construção transitiva prototípica é a que “designa um evento causativo, em que um agente intencional, codificado como Sujeito, afeta um paciente, codificado como Objeto Direto” (Cunha, 2004, p. 4), tal como a sentença apresentada pela própria autora a partir do seu *corpus*:

(12) o professor me chamou pra fazer uma limpeza geral no laboratório ... chegando lá ... ele me fez uma experiência ... ele me mostrou uma coisa bem interessante que ... pegou um béquer com meio d'água e colocou um pouquinho de cloreto de sódio pastoso ... então foi aquele fogaréu desfilando” (Corpus D&G, p. 50)³².

A autora explica que, nesse exemplo, a construção destacada configura-se como uma prototípica transitiva, uma vez que se tem uma entidade agentiva na posição de sujeito (o professor), responsável pela execução da ação (pegar), além de uma entidade afetada (um béquer com meio d'água). Há, porém, orações que compartilham o mesmo padrão estrutural das transitivas prototípicas, mas que se distanciam semanticamente delas, como no próximo exemplo, também extraído da autora:

(13) Mais à frente conseguimos localizar um lugar fantástico. Fica a uns cem metros da pista. Deixamos o carro e subimos uma duna, com vegetação, até o seu topo (Corpus D&G, p. 169)³³.

Nesse caso, há uma entidade agente que pratica uma ação (nós), mas que não é responsável por nenhuma mudança física na segunda entidade (a duna). Trata-se, portanto, de um caso de polissemia construcional.

³² Corpus consultado pela autora. Mais detalhes em Cunha (2004, p.4).

³³ Corpus consultado pela autora. Mais detalhes em Cunha (2004, p 4).

b) Metáfora: nesse tipo, ocorre a extensão de sentido, ou seja, quando a construção herdeira é uma extensão metafórica da construção-mãe. Miranda (2009, p. 68) dá como exemplo o provérbio “*Quem corre cansa*”, que trata de uma “instanciação de uma construção sintática mais genérica, a Construção Condicional Universal (*Quem estuda passa no vestibular/ Quem tem emprego hoje levanta as mãos pro céu...*”). Segundo a autora, esse ditado popular “conceptualiza uma experiência cotidiana”, tendo, portanto, o “Esquema Imagético do Trajeto e a metáfora complexa ‘Vida é Percurso’ como sua base conceptual” (Miranda, 2009, p. 68).

c) Subparte: ocorre quando uma construção apresenta uma configuração parcial de outra construção. Um exemplo disso é a construção resultativa “A batata cozinhou”, que se transforma numa construção monoargumental.

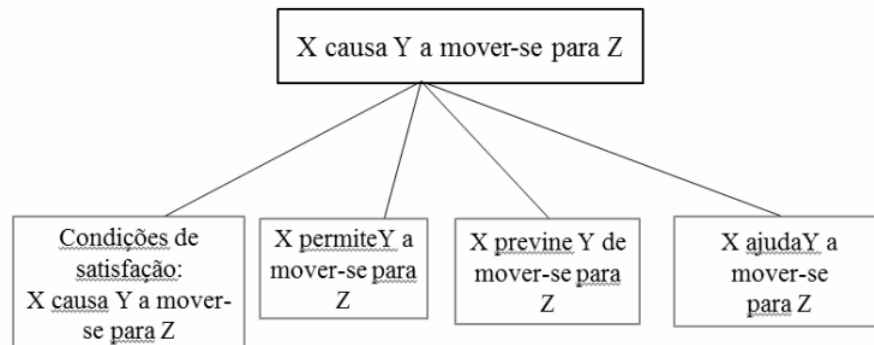
d) Instanciação: ocorre quando uma dada construção constitui-se em um caso especial de outra. Uma ilustração para isso é o “O cachorro espirrou água na menina”, em que o verbo “espirrar”, normalmente usado como verbo intransitivo, nessa oração, comporta-se como verbo transitivo.

Além desses tipos de herança, as relações entre as construções são regidas, segundo Goldberg (1992), por quatro princípios básicos:

l) Princípio da Motivação Maximizada: prevê a semelhança de sentido entre construções a partir de uma semelhança sintática, isto é, “se uma construção A é sintaticamente relacionada à construção B, então o sistema da construção A é motivado no mesmo grau em que essa construção seja também relacionada à construção B” (Goldberg, 1995, p. 67, tradução nossa)³⁴. Nesse sentido, se existe uma relação de forma entre duas construções, então há motivação; como consequência, o falante também estabelece uma relação semântica entre essas duas construções, tornando a comunicação mais eficiente. A construção de movimento-causado, por exemplo, possui extensões polissêmicas conforme estabelece esse princípio, uma vez que o sentido central da construção se encontra em posição mais alta da rede, como pode ser visto na figura a seguir:

³⁴ Do original: “if construction A is related to construction B syntactically, then the system of construction A is motivated to the degree that it is related to construction B semantically. Such motivation is maximized” (Goldberg, 1995, p. 67).

Figura 3: Extensões de sentido da Construção de Movimento Causado



Fonte: Ribeiro e Ferrari (2017, p. 205)

Nesse diagrama, percebe-se que as construções no nível secundário da rede estabelecem com a primeira uma relação de forma e, conseqüentemente, uma relação de sentido, havendo, portanto, motivação.

II) Princípio da Não Sinonímia: a forma está diretamente relacionada a propriedades sintáticas, e o sentido, a propriedades semânticas e pragmáticas; assim, segundo esse princípio, “se duas construções são sintaticamente distintas, devem ser semântica ou pragmaticamente distintas” (Goldberg, 1995, p. 67, tradução nossa)³⁵ e “se duas construções são sintaticamente distintas e semanticamente sinônimas, então elas não podem ser pragmaticamente sinônimas” (Goldberg, 1995, p. 67, tradução nossa)³⁶. Perek e Goldberg (2015) afirmam que, mesmo quando duas ou mais construções não diferem no valor de verdade, elas apresentam alguma distinção, seja em relação à organização da cena, ou à estrutura da informação, ou ao registro ou ao dialeto.

Como exemplo desse princípio, pode-se pensar nas duas orações analisadas por Ferrari (2004, p. 152) e apresentadas a seguir:

(14) Eu achei o livro interessante.

(15) Eu achei que o livro era interessante.

³⁵ Do original: “if two constructions are syntactically distinct, they must be semantically or pragmatically distinct” (Goldberg, 1995, p. 67).

³⁶ Do original: “If two constructions are syntactically distinct and semantically synonymous, then they cannot be pragmatically synonymous” (Goldberg, 1995, p. 67).

Para Ferrari (2004), em termos de condição de verdade, não existem diferenças entre as duas frases. Porém, há uma distinção pragmática: a sentença (14) aparece em “atos de fala expressivos, em que o falante expressa um sentimento advindo de uma experiência sensorial direta (visão, paladar, audição, etc.); já a sentença (15) é própria de “atos de fala assertivos, modalizando as opiniões apresentadas” (Ferrari, 2004, p. 152). Logo, as duas construções, embora dotadas do mesmo valor de verdade, não são sinônimas, o que era previsível, segundo o princípio ora apresentado, pela diferença na forma.

III) Princípio do Poder Expressivo Maximizado: “o inventário de construções é maximizado para atender às finalidades comunicativas” (Goldberg, 1995, p. 67, tradução nossa)³⁷.

IV) Princípio da Economia Maximizada: “a quantidade de construções distintas é minimizada tanto quanto for possível” (Goldberg, 1995, p. 67, tradução nossa)³⁸.

Esses dois princípios mantêm relação entre si e atendem aos propósitos comunicativos, pois existirão tantas construções quantas forem necessárias para atender às necessidades da comunicação, mas não mais do que o preciso. Tem-se como exemplo para ambos os princípios a construção [Quem X dera Y]: nela, segundo Cerqueira e Almeida (2016), o verbo “dera” está conjugado no pretérito mais que perfeito, mas não denota ‘uma ação que aconteceu anteriormente à outra’, como comumente ocorre com esse tempo verbal, e sim configura-se como uma construção gramatical de desejo. Dessa forma, atendendo à finalidade comunicativa, o inventário de construção é maximizado.

Expostos os preceitos fundamentais da GC e a proposta feita por Goldberg (1995), passa-se, na próxima subseção, para o detalhamento da construção resultativa, tipo de estrutura argumental explorada neste estudo devido à hipótese motivadora desta tese.

³⁷ Do original: “the inventory of constructions is maximized for communicative purposes” (Goldberg (1995, p. 67).

³⁸ Do original: “the number of distinct constructions is minimized as much as possible” (Goldberg (1995, p. 67).

2.1.1 A construção resultativa

Entre as Construções de Estrutura Argumental propostas por Goldberg (1995), encontra-se a construção resultativa que, segundo a autora, é uma extensão metafórica da construção de movimento causado relacionada à semântica *X causa Y mover-se a Z*; por isso é, normalmente, chamada de causativa. A construção resultativa tem, portanto, a seguinte estrutura sintática:

X causa Y a tornar-se Z

Os elementos sintáticos que compõem essa estrutura são *sujeito, verbo, objeto, complemento*³⁹, e a paráfrase dessa construção, em contextos transitivos, é *sujeito causa objeto tornar-se SR (sintagma resultativo)*. Em contextos intransitivos, por seu turno, tem-se que o *sujeito torna-se SR (sintagma resultativo) como resultado de uma ação do verbo*. Goldberg (1995) exemplifica essa construção com a sentença *She kissed him unconscious*, cujos componentes são o sujeito (*she*), o verbo (*kissed*), o objeto (*him*) e o complemento⁴⁰ (*unconscious*), em cuja semântica o sujeito (*she*) é o responsável por tornar o objeto (*him*) inconsciente (*unconscious*).

Ferrari (2011) trata essa construção da seguinte forma: “construção resultativa (*X causa Y a ficar Z*) – apresenta a sintaxe [SUJ] [V [OBJ SA/SP]], em que SA (sintagma adjetival) e SP (sintagma preposicional) indicam resultados de uma ação” (Ferrari, 2011, p. 135). Oliveira (2013), ao analisar as construções resultativas nas produções de pessoas bilíngues, conceitua-as como aquelas em que há um sintagma adjetival entendido como modificador de um dos sintagmas nominais presentes e, retomando Wechsler (2001)⁴¹, salienta que essa estrutura é descrita como um predicado secundário – o resultativo –, que indica o produto do primeiro predicado. Assim sendo, as frases cujo sentido é resultativo denotam relação entre mudança de estado e estado resultante. De acordo com Oliveira e Marcelino (2015, p. 124), a

³⁹ No original, em Goldberg (1995, p. 3), encontra-se “X causes Y to become Z”, sendo “Subj V Obj Xcomp” (p.3).

⁴⁰ Sabe-se que a classificação sintática desse termo não é complemento pela gramática normativa da língua portuguesa, e sim predicativo. Porém, optou-se por manter a nomenclatura utilizada pela autora.

⁴¹ In: Oliveira (2013).

construção resultativa é aquela “cujo verbo é transitivo e cujo predicado resultativo é um SAdj que indica propriedade”.

Goldberg e Jackendoff (2004) descreveram tipos de resultativas, como sistematiza o quadro abaixo:

Quadro 6: Tipos de resultativas segundo Goldberg e Jackendoff (2004)

Propriedade			Percurso		
Intransitiva	Transitiva	transitiva não selecionada	intransitiva	transitiva	transitiva não selecionada
The toast burned <i>to a crisp</i> . (A torrada queimou até ficar crocante)	She burned the toast <i>to a crisp</i> . (Ela queimou a torrada até ficar crocante)	She talked them <i>into oblivion</i> . (Ela os convenceu do contrário)	She danced <i>out of the room</i> . (Ela dançou tanto que foi para fora do quarto)	Johnny hit the ball <i>out of the park</i> . (Johnny bateu bem a bola que foi para fora do parque)	The nurse rolled us <i>into the room</i> . (A enfermeira nos levou tarde para o quarto)

Fonte: Autoria própria, baseada em Goldberg e Jackendoff (2004)

Os critérios estabelecidos para classificar esses tipos foram três: (i) primeiro, o SR (sintagma resultativo) pode representar tanto uma propriedade (quando indicar uma característica como resultado) quanto um percurso (quando indicar uma trajetória como resultado); (ii) segundo, a categoria sintática do SR (sintagma resultativo) pode ser tanto um SA (sintagma adjetivo) quanto um Sprep (sintagma preposicional); (iii) terceiro, a valência do verbo pode ser intransitiva, transitiva ou transitiva não selecionada, isto é, quando não seleciona o argumento interno.

Fontanals (2000), analisando as línguas românicas, afirma que o português não apresenta a possibilidade da construção resultativa. O autor justifica essa impossibilidade a partir de uma explicação léxico-sintática: segundo ele, as línguas românicas têm natureza “verb-frame”, ou seja, as noções semânticas - por exemplo, de movimento - são codificadas pelo verbo, como em “A tampinha rolou para dentro do buraco”, em que a ideia de movimento é dada pelo verbo “rolar”. Em línguas como o alemão e o inglês, por exemplo, essas noções de movimento são codificadas em uma partícula separada associada ao verbo, chamada de *satellite*, como em “run into”, possibilitando, portanto, a existência das construções resultativas.

Palomanes (2007), contrapondo esses estudos, constata a existência de um tipo de construção com a semântica das construções resultativas propostas por Goldberg (1995), porém com uma estrutura diferente, nomeada pela autora como *Resultativa do Português*. Essa descoberta foi um importante marco nos estudos linguísticos, porque permitiu a refutação de dados anteriores que afirmavam que as línguas românicas não possuem tais construções. Segundo a autora, enquanto a semântica da resultativa intransitiva do inglês traz a ideia de o “sujeito tornar-se Sintagma Resultativo como resultado de uma Ação Verbal” (Palomanes, 2007, p. 114), em português, a semântica será “X torna-se Y como resultado de uma ação anterior”, “sendo essencial a análise de um contexto mais amplo a fim de se encontrar o que causou aquele resultado” (Palomanes, 2007, p. 114). Além disso, a principal diferença reside no fato de que, enquanto na resultativa do inglês,

em uma única sentença, apresenta-se simultaneamente a causa e a consequência do resultado, em português o SR não expressa a consequência do verbo da cláusula, mas o resultado a que se chegou o sujeito da oração após sofrer ação anterior, observada apenas, se levar-se em conta o contexto discursivo em que está inserido (Palomanes, 2007, p. 115).

A autora vê como hipótese para essa diferença de processamento a tendência de o falante do português do Brasil fazer uso constantemente de perífrases.

Apresentadas as principais características das construções resultativas, passa-se à abordagem da relação entre Gramática de Construções Baseada no Uso e variação linguística, já que este estudo se dedica também a verificar se as duas construções analisadas são variantes linguísticas.

2.2 Gramática de Construções Baseada no Uso e a variação linguística⁴²

Como mencionado na seção anterior, a Gramática de Construções, enquanto um modelo teórico geral que abarca tanto as vertentes funcionalistas quanto as formalistas, é regulada por três preceitos básicos, e, sendo a Gramática de

⁴² É importante mencionar que a variação linguística será tratada aqui em relação à alternância das duas formas construcionais que são objeto de estudo desta pesquisa, a saber [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}]_{arg} e [V1_{acabar} V2_{gerúndio}], dentro da perspectiva da Gramática de Construções, e não da Sociolinguística variacionista.

Construções Baseada no Uso (GCBU) um modelo teórico⁴³ subordinado àquele geral, herda suas propriedades essenciais. Pinheiro, Silva e Junior (2023) reúnem esses três preceitos em uma formulação única, que consideram como o princípio número um da GCBU:

o conhecimento linguístico do falante pode ser inteiramente descrito em termos de um inventário de construções gramaticais interconectadas (isto é, organizadas em rede) e passíveis de serem (*sic*) combinadas entre si (a fim de licenciar sentenças e palavras concretas) (Pinheiro, Silva e Junior, 2023, p. 9).

Os autores afirmam, porém, que esse princípio não individualiza a GCBU em relação às abordagens formalistas, sendo necessários outros dois adicionais:

Princípio 2: a estrutura da rede de construções é permanentemente moldada pela experiência linguística do falante.

Princípio 3: o conhecimento linguístico é governado pelos mesmos processos cognitivos operantes na cognição não linguística (Pinheiro, Silva e Junior, 2023, p. 9).

No que diz respeito ao segundo preceito elencado pelos autores, pode-se associá-lo à relação entre competência e desempenho, “de maneira que o uso concreto, ao mesmo tempo em que depende da existência de um conhecimento subjacente, também tem o poder de modificá-lo” (Pinheiro, Silva e Junior, 2023, p. 9). Nesse sentido, construções experienciadas com mais frequência estarão mais presentes na mente do falante e, por consequência, mais acessíveis para o uso (Bybee, 2001), configurando, portanto, a gramática como uma entidade emergente - construída pelo falante - e dinâmica - de natureza flexível. Nesse sentido, um pressuposto da GCBU é o de que a gradiência e a variação são propriedades intrínsecas ao sistema linguístico. Já em relação ao princípio 3, afirma-se que “os mesmos processos cognitivos que se mostrarem relevantes para explicar o funcionamento da cognição geral deverão também se revelar importantes – e mesmo suficientes – para dar conta da estrutura da rede construcional” (Pinheiro, Silva e Junior, 2023, p. 10).

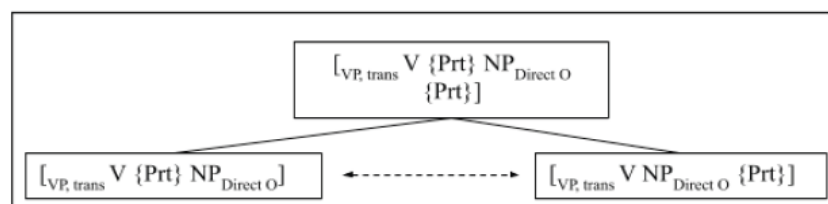
⁴³ Um modelo teórico que, como já dito em seções anteriores, abarca sete outros modelos de cunho funcionalista-cognitivo.

Apesar, então, de a GCBU considerar o caráter variacionista como algo inerente à língua, Oliveira (2019) salienta que a existência do Princípio da não-sinonímia impõe impasses para o tratamento da variação na perspectiva construcionista. Isso porque, segundo esse princípio, como já dito no início deste capítulo, construções com diferenças na forma apresentam necessariamente diferenças semântica e/ou pragmática. Logo, havendo essa “concepção isomórfica da língua” (Oliveira, 2019, p. 65), não haveria espaço para uma ideia variacionista ou, como afirma Capelle (2006, p. 1, tradução nossa)⁴⁴, não há lugar para “alternâncias regulares entre dois padrões de superfície”.

Além disso, essa noção proposta pelo Princípio da não Sinonímia coloca em xeque o que propõem os linguistas variacionistas, uma vez que estes defendem a equivalência de significados entre duas ou mais construções diferentes quanto à forma. Em relação a isso, Oliveira (2019) afirma que o desafio da GCBU está, portanto, na modelação da “variação em uma concepção de língua organizada na forma de uma rede de construções altamente estruturada, que constitui o conhecimento do falante acerca do funcionamento de sua língua” (Oliveira, 2019, p. 66).

É nesse contexto que a proposta de Cappelle (2006), na visão de Oliveira (2019), pode trazer soluções viáveis para essa questão ao propor o conceito de aloconstruções, “em analogia aos conceitos estruturalistas de alofone e alomorfe, da fonologia e da morfologia, respectivamente” (Oliveira, 2019, p. 67). Aloconstruções seriam, então, segundo Cappelle (2006), duas ocorrências formalmente diferentes e semanticamente iguais (valor de verdade) de uma mesma construção mais abstrata, ou, em outras palavras, a admissibilidade de duas construções serem consideradas variáveis de uma mesma variante (as super construções, segundo o autor), como sugerido pelo linguista no esquema representativo abaixo:

Figura 4: Construção transitiva verbo-partícula e suas aloconstruções



Fonte: Cappelle, 2006, p. 18

⁴⁴ Do original: “regular alternations between two surface patterns” (Capelle, 2006, p. 1).

Nesse modelo, as variantes - ou as aloconstruções - estabelecem relação de uma maneira horizontal e são unidas, verticalmente, a uma única variável, na medida em que apresentam semânticas iguais e formas diferentes. Perek (2015) amplia essa ideia de aloconstrução ao ponderar noções relacionadas à equivalência semântica em algumas construções de alternância sintática, conforme os exemplos a seguir, extraídos de sua obra (p. 159):

(16) John borrifou tinta na parede. [John sprayed paint onto the wall].

(17) John borrifou a parede com tinta. [John sprayed the wall with paint].

(18) John carregou feno no caminhão. [John loaded hay onto the truck].

(19) John carregou o caminhão com feno. [John loaded the truck with hay].

No inglês, segundo o autor, as duas construções (com *onto* e com *with*) sinalizam diferenças de perspectiva: em (16) e em (18) - construções com *onto* -, parece haver a possibilidade de dois sentidos, a parede foi completamente ou não borrifada com tinta; diferentemente de (17) e de (19), em que se tem unicamente o sentido de completude. Desse modo, a variação construcional, na perspectiva de Perek (2015), não deve se valer apenas de questões semânticas, mas sim de valores referenciais. Assim, duas construções formalmente distintas podem ser consideradas aloconstruções em contextos específicos de uso, e não em todos - por isso, torna-se importante analisar os contextos de uso também.

Sob essa perspectiva, há também o posicionamento de Rosa e Oliveira (2020, p. 30), que salientam que o Princípio da Não Sinonímia “não leva em conta a hierarquia construcional”, não considerando, portanto, os níveis gradientes de construções. Diante disso, as autoras consideram que a “sinonímia pode ser tomada como gradiente numa abordagem construcional e hierárquica” (Rosa e Oliveira, 2020, p. 24), podendo ocorrer tanto a *sinonímia aparente* - pertencimento ao mesmo paradigma - quanto a *sinonímia virtual* - “em que *types* parcialmente esquemáticos são passíveis, em tese, de instanciar *types* preenchidos, de significado compatível” (Rosa e Oliveira, 2020, p. 24).

Além disso, as autoras reforçam o fato de não haver sinonímia perfeita - que se daria, nas palavras das linguistas, “se, e somente se, houvesse equivalência integral entre todas as propriedades de conteúdo (semântico, pragmático e discursivo)

no nível do construto, isto é, do uso efetivo” (Rosa e Oliveira, 2020, p. 33). Logo, para elas, “a não sinonímia deve ser relativizada e tratada a partir de um contínuo” (Rosa e Oliveira, 2020, p. 24). Nesse sentido, “a competição pelo uso, a instanciação de uma construção, é motivada no nível do construto, ou seja, das condições contextuais, intra e extralinguísticas, que configuram as interações” (Rosa e Oliveira, 2020, p. 24). Lopes (2022), na mesma linha de raciocínio, afirma que tanto o campo da variação construcional quanto o campo funcionalista da competição pelo uso

concordam que, na língua, é comum que existam duas ou mais formas linguísticas intercambiáveis em determinados contextos de uso, mesmo que haja entre elas diferenças sociais e/ou estilísticas (visão sociolinguística) ou semântico-pragmáticas (visão funcionalista e construcionista). Portanto, a noção de sinonímia não pode ser vista como um impedimento para a escolha de um fenômeno (competição pelo uso) em detrimento de outro (variação construcional) (Lopes, 2022, p. 28).

Estabelecida a relação entre a GCBU e a variação linguística no contexto construcional, apresentam-se, no capítulo subsequente, algumas noções acerca da argumentação de modo a embasar a tese que se defende aqui.

CAPÍTULO 3

Argumentação: conectores, operadores argumentativos e sequências textuais

Neste capítulo, serão abordadas algumas noções acerca da natureza argumentativa da língua e dos conceitos de conectores e de operadores argumentativos. Torna-se imprescindível fazer essa abordagem tendo em vista a hipótese sobre o valor funcional das construções estudadas. Assim, a fim de fundamentar a análise dos dados e julgar a adequação da hipótese aventada, foi necessário resgatar noções acerca da argumentação - o que será feito, a partir de Ducrot e de seus colaboradores (1988; 1989; 1990; 1999; 2005; 2009) -, bem como estabelecer os conceitos de *conector* e de *operador argumentativo* (Anscombe e Ducrot, 1995; Espíndola, 2004). Na sequência, tratar-se-á também de duas sequências textuais, a argumentativa e a narrativa, uma vez que nas notícias – gênero eleito neste estudo para compor o *corpus* – predominam essas duas sequências textuais⁴⁵. Optou-se por delimitar a discussão das tipologias a partir de Adam (2019), tendo em vista a especificação da abordagem desse autor sobre as características de cada sequência textual. A opção por esse teórico levou em consideração o recorte de trechos em que as construções aqui estudadas apareceram, dentro de conjuntos de outras tipologias textuais.

3.1 A natureza argumentativa da língua na visão de Ducrot e de seus colaboradores

Filósofo e matemático, Ducrot se envolveu com os estudos da ciência da linguagem após ter tido contato com o estruturalismo de Saussure, teoria à qual buscou ser fiel ao desenvolver suas noções, mesmo que houvesse, quanto a alguns pontos, discordância. Na obra *Nouveau dictionnaire encyclopédique des sciences du langage* (1995), por exemplo, Ducrot, com colaboração de Schaeffer, traz o verbete *Saussurianisme*, por meio do qual apresenta sua interpretação para alguns conceitos trazidos por Saussure.

⁴⁵ Sabe-se que há, nas notícias, também a sequência descritiva. Porém, como nela predominam adjetivos, optou-se por não analisá-la.

Inspirado na tese saussureana de que a linguagem se apresenta como um sistema de signos que se definem linguisticamente a partir da relação que é estabelecida entre eles, Ducrot chega ao conceito de “valor”, no qual identifica a ‘alteridade’, elaborada por Platão, em *O Sofista*, que diz respeito à noção da singularidade do ‘Outro’. Nesse sentido, aquilo que Platão expõe sobre as ‘Ideias’, Saussure aplica, na visão apresentada por Ducrot (2009b), às palavras da língua, que se opõem umas às outras. Para Saussure (1999), ‘valor’ é o jogo de diferenças e oposições presentes em um sistema da língua; logo, um signo só é o que é em relação àquilo que o outro não é. Baseado nessas ideias, Ducrot (2009b) explica o significado dos enunciados⁴⁶ pelas relações de semelhança e de diferença:

Se falar é, antes de mais nada, constituir seu próprio pensamento, obrigando outrem a nos enviar dele um reflexo, e se a língua tem por função primordial permitir esse jogo de fala, o enunciado (tomado aqui como o protótipo da entidade linguística) nada mais é em si mesmo, senão uma alusão a outros enunciados – aqueles pelos quais ele quer ser continuado, esse futuro discursivo que projeta diante de si essa sombra de si mesmo que é sua única realidade (Ducrot, p. 12, 2009b).

Sendo assim, o conceito de “valor” passa a ser visto sob uma perspectiva argumentativa, em que “valor argumentativo” é definido, por Ducrot (1990), como a orientação que a palavra dá ao discurso. O autor acrescenta que o “emprego de uma palavra faz possível ou impossível uma certa continuação do discurso, e o valor argumentativo dessa palavra é o conjunto dessas possibilidades ou impossibilidades de continuação discursiva que seu emprego determina (Ducrot, 1990, p. 51, tradução nossa)⁴⁷. Nessa linha de raciocínio, toma-se o exemplo de Anscombe e Ducrot (1994, p. 200) com duas sentenças:

20) Pedro trabalhou pouco.

21) Pedro trabalhou um pouco.

Para os autores, as duas frases sinalizam o mesmo fato: o trabalho em pouca intensidade. Porém, possibilitam diferentes orientações devido à presença do que

⁴⁶ É importante mencionar aqui alguns conceitos apresentados pelo autor. “Enunciado” se opõe à “frase” na medida em que aquele termo se refere à entidade empírica, enquanto este se refere à entidade teórica - o *signo* de Saussure, ou seja, a estrutura abstrata criada pelo linguista. Assim, língua é um conjunto de frases, e discurso é um conjunto de enunciados.

⁴⁷ Do original: “el empleo de una palabra hace posible o imposible una cierta continuación del discurso y el valor argumentativo de esa palabra es el conjunto de esas posibilidades o imposibilidades de continuación discursiva que su empleo determina” (Ducrot, 1990, p. 51).

Ducrot inicialmente chama de “expressões argumentativas”, as palavras “pouco” e “um pouco”. No primeiro exemplo, a intensidade de trabalho realizada por Pedro é menor que a intensidade no segundo exemplo. Nesse sentido, caso haja, com a substituição dessas palavras específicas, orientações diferentes, esses vocábulos são classificados, inicialmente, como expressões argumentativas⁴⁸.

Essas ideias marcaram, na visão de Morais, França e Nascimento (2019), a terceira fase⁴⁹ da Teoria da Argumentação na Língua (TAL) (1988), uma teoria estruturalista que atualmente tem continuidade com a Teoria dos Blocos Semânticos (Carel e Ducrot, 2005) e que foi eleita neste estudo como fundamentadora das perspectivas analisadas. Nessa fase, há o rompimento com a concepção tradicional de que a argumentação está nos fatos, e há o início da defesa da principal ideia de Ducrot: a argumentação está na língua, uma vez que aquela “não se agrega ao sentido, mas constitui o sentido” (Carel e Ducrot, 2005, p. 13), ou, conforme afirma Barbisan (2013b, p. 21), “argumentar é levar o Outro, o alocutário, a determinada continuação. Assim, a argumentação torna-se fundamental na linguagem. Está inscrita na língua, é inerente a ela, está na própria natureza da língua”.

Nessa perspectiva, faz-se importante também definir os participantes dessa argumentação e o contexto em que ela ocorre: dentro da Teoria Polifônica da Enunciação, no âmbito da Teoria da Argumentação na Língua, observam-se, no enunciado, as diferentes entidades discursivas, *sujeito empírico*, *locutor* e *enunciador*. Segundo Ducrot (1988), o primeiro elemento, *sujeito empírico*, refere-se ao indivíduo do que de fato é produzido; *locutor* diz respeito ao responsável pelo enunciado, ao autor das palavras, e é marcado pelo uso da primeira pessoa; e, por fim, o *enunciador* relaciona-se aos diferentes pontos de vista; trata-se do agente dos atos ilocutórios⁵⁰.

⁴⁸ Na próxima seção, as expressões argumentativas serão abordadas ora enquanto conectores ora enquanto operadores argumentativos a partir das diferenças teóricas que as envolvem. No momento, optou-se por utilizar essa expressão mais neutra referida pelo autor nos primórdios dos seus estudos sobre conectores e operadores argumentativos.

⁴⁹ As duas primeiras fases do trabalho de Ascombre e Ducrot não foram consideradas neste trabalho, uma vez que até elas a argumentação ainda era vista segundo a retórica da época. Portanto, já que a perspectiva deste trabalho envolve a admissão de que a língua é necessariamente argumentativa, iniciou-se a abordagem somente a partir da terceira fase. Por argumentação retórica Ducrot (2009, p. 20) entende “a atividade verbal que visa fazer alguém crer em alguma coisa”. Já a argumentação linguística, segundo Ducrot, diz respeito aos “segmentos do discurso constituídos pelo encadeamento de duas proposições A [o argumento] e C [a conclusão], ligadas implícita ou explicitamente por um conector” (Ducrot, 2009, p. 20-21).

⁵⁰ De acordo com a teoria de Austin (1990), “o ato locutório, centrado no nível fonético, sintático e de referência, corresponde ao conteúdo linguístico *usado para dizer algo*. O ato ilocutório, ato central para Austin, uma vez que tem a chamada força performativa, está associado ao modo de dizer algo e ao modo como esse dizer é recebido em função da força como é proferido. Corresponde ao ato efetuado

Dessa maneira, o enunciado apresenta-se como um diálogo, em que os enunciadores são argumentadores, e a descrição da realidade é feita por meio de aspectos subjetivos e intersubjetivos: “resumindo essa ideia direi que para mim a descrição (ou seja, o aspecto objetivo) se faz através da expressão de uma atitude e através também de um chamado que o locutor faz ao interlocutor (Ducrot, 1988, p. 51, tradução nossa)⁵¹. Logo, entende-se que é pela relação existente entre locutor e interlocutores que se produz argumentação⁵²: “falar é construir e tratar de impor aos outros uma espécie de apreensão argumentativa da realidade” (Ducrot, 1988, p. 14, tradução nossa⁵³).

A definição de *argumentar* para Ducrot, em todo esse cenário, sofreu mudanças ao longo dos estudos que foram feitos. No início da terceira fase da TAL (1988), *argumentação* é o conjunto de conclusões possíveis vindas de um encadeamento de enunciados ligados por expressões argumentativas, como *portanto*, por exemplo. Posteriormente, com a Teoria dos Topoi (Ducrot, 1989; 1999), é mantida, além dessa ideia, a noção de que a argumentação é produzida a partir das relações subjetivas e intersubjetivas. Acresce-se, no entanto, que o princípio argumentativo é o responsável por garantir a passagem do argumento para a conclusão, passando a existir, portanto, uma preocupação, por parte dos autores, com a maneira como a argumentação é produzida - estratégia metacognitiva.

Na atual etapa de estudos, considerada a fase radical, agora com o nome Teoria dos Blocos Semânticos (Carel e Ducrot, 2005), há uma revisão do conceito de *argumentação*, que passa a ser entendida como influência do argumento na conclusão, formando, pois, uma unidade de sentido, chamada por Carel (1997) de bloco semântico. Assim, argumentar torna-se o ato de mobilizar blocos lexicais mediante encadeamentos que expressam qualidade, positiva ou negativa, que

ao se dizer algo. E o ato perlocutório corresponde à indicação dos efeitos causados sobre o outro, servindo a outros fins, como influenciar o outro, persuadi-lo a fazer algo, causar um embaraço ou constrangimento, etc”. Martelotta (2009, p. 93).

⁵¹ Do original: “resumiendo esta idea diré que para mí la descripción (o sea el aspecto objetivo) se hace a través de la expresión de una actitud y a través también de un llamado que el locutor hace al interlocutor” (Ducrot, 1988, p. 51).

⁵² Benveniste (1966) já havia definido discurso como “toda enunciação que supõe um locutor e um ouvinte e, no primeiro, a intenção de influenciar, de algum modo, o outro” (Benveniste, 1966, pp. 241-2 [1991, p. 267]). E Charaudeau (2005a) afirmou que todo ato de linguagem provém de um sujeito que conduz sua relação com o outro de maneira a influenciá-lo, havendo a necessidade de administrar uma relação na qual o interlocutor tem seu próprio projeto de influência. Há, de certa forma, portanto, um diálogo entre esses autores e Ducrot.

⁵³ Do original: “Hablar es construir y tratar de imponer a los otros una especie de aprehensión argumentativa de la realidad” (Ducrot, 1988, p. 14).

formará uma regra. Nessa perspectiva, o sentido do enunciado “é descrito e parafraseado por encadeamentos argumentativos que a entidade linguística ativa” (Nascimento, Santos e Félix, 2024, p. 100).

Sendo assim,

a rápida menção aqui feita às diferentes etapas pelas quais passou até o momento atual a Teoria da Argumentação na Língua parece mostrar que se está diante de reflexões que mantêm a hipótese que a criou: a de que a argumentação está na língua, não nos fatos e, como tal, explica a argumentação a partir da relação entre locutor e interlocutor, por meio da qual o locutor age de certo modo verbalmente sobre seu interlocutor, apresentando um ponto de vista argumentativo sobre um aspecto da realidade, que se torna tema de seu discurso, e ao qual, com base em sua argumentação, atribui um sentido argumentativo (Barbisan, 2006, p. 33).

Na seção seguinte, serão abordadas as principais diferenças teóricas entre *conector* e *operador argumentativo* na visão de Ducrot e de seus colaboradores (1989) e também na de outros teóricos, como Espíndola (2004), que se baseiam naqueles autores.

3.2 Conectores e operadores argumentativos

Da mesma maneira que as concepções de argumentação foram alteradas ao longo dos estudos de Anscombe e Ducrot (1989) em todas as fases da Teoria da Argumentação, os conceitos de *conectores* e de *operadores argumentativos* também sofreram mudanças significativas. Na primeira fase da teoria, chamada de Teoria Clássica, língua e argumentação eram vistas separadamente, e os elementos, então chamados de conectores, operavam ligando enunciados de modo que os fatos descritos em um enunciado levassem ao reconhecimento dos fatos apontados pelo outro enunciado. Nas palavras de Espíndola (2004, p. 19), “os conectores são descritos como introdutores de relações entre fatos”.

Na segunda etapa da teoria, o ato de argumentar, como apresentado na seção precedente, passa a ser visto como uma consequência da harmonização de segmentos do discurso, os argumentos e as conclusões. Nesse sentido, segundo Anscombe (1995a, p. 35, tradução nossa), “um enunciado ou argumenta em favor de uma conclusão efetiva (não necessariamente explícita), ou visa a uma tal

conclusão⁵⁴”, e é exatamente uma dessas conclusões que será marcada pela inserção de elementos nomeados de “expressões argumentativas” nos enunciados. Tais elementos são

expressões da língua que impõem um valor argumentativo aos enunciados onde aparecem. Figuram, nessa classe, palavras cheias ou lexicais (adjetivos, substantivos e verbos) e operadores de frase (palavras que ao serem introduzidas em uma frase produzem outra frase), que indicam a direção argumentativa da frase (Espíndola, 2004, p. 26).

Focar-se-á, neste estudo, nos *operadores de frase*, que, nas palavras de Espíndola (2004), são de dois tipos: (i) os conectores argumentativos e (ii) os operadores argumentativos. Nesta fase, os primeiros são dotados da função de articulação de enunciados, definindo a orientação argumentativa. Já os segundos têm o papel de inserir a argumentatividade na estrutura das frases; logo, é possível que se tenham frases com valor informativo (as que não possuem operadores) e frases com valor argumentativo (aquelas que possuem operadores). Assim, conforme Ducrot (1989), “X é um operador argumentativo (OA) se um enunciado de P e um enunciado de P’ (onde P’ = P+X) permitem conclusões diferentes - diferença impossível de derivar de sua oposição no nível factual (Ducrot, 1989, p. 20-21)”.

Para ilustrar este último conceito, novamente analisam-se, de forma mais aprofundada, as expressões “pouco” e “um pouco”, aqui reproduzidas sob nova numeração:

(22) João estudou pouco.

(23) João estudou um pouco.

As duas frases, no que diz respeito aos fatos, são sinônimas, uma vez que avaliam a intensidade das ações realizadas. Porém, elas se diferem no nível argumentativo: em (22), chega-se ao conjunto de conclusões de que [João não estudou]; e (23), por sua vez, alimenta a ideia de que [João estudou]. Nesse contexto, as duas frases apresentam potenciais argumentativos⁵⁵ diferentes: “a orientação

⁵⁴ Do original: “un enoncé ou bien argueente en faveur d’une conclusion effective (non nécessairement explicite), ou bien vise une telle conclusion” (Anscombe, 1995a, p. 35).

⁵⁵ Potencial argumentativo, na terceira fase, é o conjunto de enunciados que podem servir de conclusão, ou seja, o conjunto de enunciados que podem se unir a esse enunciado na qualidade de conclusões (do original: como el conjunto de enunciados que pueden servir de conclusión, o sea, el conjunto de enunciados que pueden unirse a ese enunciado en calidad de conclusiones (Ducrot, 1988, p. 81).

argumentativa de *pouco* é negativa, enquanto que (*sic*) a de *um pouco* é positiva” (Espíndola, 2004, p. 27). Dessa forma, neste momento da teoria, os operadores argumentativos são os elementos que podem provocar a mudança na classe das conclusões.

Ao longo dos estudos, porém, foi percebido que a introdução de operadores não restringe as conclusões possíveis, o que foi exemplificado pelos seguintes exemplos:

(24) São quase oito horas.

(25) São apenas oito horas.

Em (24), com ou sem a colocação de “quase”, chega-se à conclusão de que “é tarde”. O mesmo acontece em (25) que, com ou sem “apenas”, conduz-se à conclusão de que “é cedo”. Diante dessa constatação, iniciaram-se os estudos da terceira etapa da teoria da argumentação, a Argumentatividade Radical. Nessa última etapa, o ato de argumentar é reformulado:

Se de um enunciado A se conclui um enunciado B, não é porque A sinaliza um feito F, B um feito G, nem porque a existência de F faz com que G seja inevitável; mas é porque A apresenta F de tal modo que converte em legítima a aplicação de um topos (ou de uma cadeia de topos) que conduz a um enunciado B no qual se pode ver uma envoltura linguística de G⁵⁶ (Anscombe e Ducrot, 1994, p. 207, tradução nossa).

É nesse contexto – eleito aqui como fundamentação que guiará a análise - que ocorre igualmente a reformulação dos conceitos de *conectores* e de *operadores argumentativos*, uma vez que eles não mais servem para introduzir a argumentação, tendo em vista que esta já está na língua, nem servem para alterar a conclusão, visto que há termos que orientam para a mesma conclusão; ambos, agora, têm a função de especificar

que forma tópica atualizar, que força argumentativa terá o enunciado, no momento da enunciação. Em outras palavras, tanto os operadores argumentativos quanto os conectores argumentativos fornecem

⁵⁶ Do original: “Se de un enunciado A se concluye un enunciado B, no es porque A señala un hecho F, B un hecho G, ni porque la existencia de F haja que G sea inevitable; sino es porque A presenta F de tal modo que convierte en legítima la aplicación de un topos (o de una cadena de topoi) que conduce a un enunciado B en donde se puede ver una envoltura lingüística de G (Anscombe e Ducrot, 1994, p. 207).

instruções sobre qual *topos* deve ser atualizado (Espíndola, 2004, p. 30).

O operador argumentativo agora

não é (ao menos não necessariamente) um operador que modifica a classe das conclusões extraídas de um enunciado. É simplesmente um operador que age no nível dos percursos que se pode fazer para ir do enunciado considerado à conclusão pretendida⁵⁷ (Anscombe, 1995a, p. 41, tradução nossa).

Esse percurso mencionado pelo autor não pode ser escolhido pelo receptor da mensagem, uma vez que há indicações feitas pelo autor sobre o caminho pensado por ele. “Ao leitor, cabe tentar reconstruir tal itinerário a partir dessas indicações” (Espíndola, 2004, p. 35), as quais são fornecidas pelos *topoi* - termo definido, por Ducrot (1995a), como princípios gerais que possibilitam a articulação entre língua e discurso, podendo estar no nível dos encadeamentos e do léxico. Para exemplificação, segue-se com o apresentado por Anscombe (1995a, p. 40):

(26) Pedro é um ingrato: eu fiz um favor a ele, ele nem mesmo agradeceu⁵⁸.

Aqui, o *topos* explorado - ‘quando alguém faz um favor a outrem merece reconhecimento’ - “está fundamentado na noção de gratidão, mostrando, assim, que os *topoi* podem estar nas palavras, como é o caso de ‘gratidão’” (Espíndola, 2004, p. 37).

Nesse contexto, segundo Espíndola (2004), os operadores argumentativos, nesse período da teoria, não apenas modificam uma conclusão, como também buscam o *topos* evocado. Para exemplificar, a autora traz dois enunciados: “João estudou um pouco, terá êxito” e “João estudou pouco, vai ter êxito”. No primeiro caso, quando se leva em consideração o *topos* “o estudo conduz ao êxito”, o enunciado torna-se aceitável, uma vez que, tendo estudado, mesmo que pouco, terá sucesso. No segundo caso, quando se considera o *topos* “o estudo não conduz ao êxito”, o enunciado também é aceito, já que o operador argumentativo “pouco” busca o *topos*

⁵⁷ Do original: “un opérateur argumentatif n’est pas (ou du moins pas nécessairement) un opérateur qui modifie la classe des conclusions tirables d’une énoncé. C’est simplement un opérateur qui agit au niveau des parcours que l’on peut faire pour aller de l’énoncé envisagé à la conclusion visée (Anscombe, 1995a, p. 41).

⁵⁸ Exemplo retirado de Espíndola (2004).

evocado: já que o estudo não leva ao êxito e ele gastou pouco esforço com isso, também terá êxito.

Resumindo, Espíndola (2004, p. 65) diferencia, portanto, os dois termos:

- **operador argumentativo:** partícula da língua que, aplicada a um enunciado, indicará o topos e a força com que este será atualizado.
- **conector argumentativo:** partícula da língua que articula duas porções textuais, indicando o topos e a respectiva força com que será atualizado.

Em relação à força dos enunciados mencionada na definição dos dois termos, Ducrot (1988) apresenta dois conceitos: o de (i) classe argumentativa e o de (ii) escala argumentativa. A *classe argumentativa*, segundo o autor, é o conjunto de argumentos de mesmo peso que levam à mesma conclusão. Já a *escala argumentativa* compreende uma relação de maior ou menor grau de argumentatividade, pressupondo uma hierarquia entre os argumentos mobilizados em favor de uma determinada conclusão. Nos dizeres de Koch (2012, p. 30), "uma escala argumentativa é constituída de dois ou mais enunciados que se apresentam em gradação de força crescente no sentido de uma mesma conclusão". Têm-se como exemplos os seguintes contextos⁵⁹:

(27) João é o melhor candidato (conclusão R).

arg.1 - tem boa formação em Economia

arg. 2 - tem experiência no cargo

arg. 3 - não se envolve em negociatas

Os argumentos apresentados possuem o mesmo peso para fazer com que o alocutário conclua R. Dessa forma, nesse exemplo, observa-se uma classe argumentativa representada pelos três argumentos cujo peso para a conclusão se equivalem.

(28) A apresentação foi coroada de sucesso (conclusão R).

arg. 1 - estiveram presentes personalidades do mundo artístico

arg. 2 - estiveram presentes pessoas influentes nos meios políticos

arg. 3 - esteve presente o Presidente da República (argumento mais forte)

No exemplo (28), diferentemente do que se observou em (27), há enunciados em gradação de força crescente tendo em vista uma mesma conclusão; logo, constata-

⁵⁹ Exemplos retirados de Koch (2012, p. 30).

se uma escala argumentativa, já que os argumentos estão hierarquizados do menos forte para o mais forte em termos de se conduzir à conclusão.

Na seção a seguir, descrevem-se, a partir de Adam (2019), as características de duas sequências textuais, a argumentativa e a narrativa.

3.3 Sequências textuais

Coseriu (2007, *apud* Adam (2019, p. 17)) define sequência textual como “série de atos linguísticos conexos que realiza um dado locutor em uma situação concreta, que, naturalmente, pode tomar uma forma falada ou escrita”. A partir disso, descrevem-se a seguir as sequências argumentativas e narrativas, tendo em vista serem predominantemente constitutivas no gênero notícia.

3.3.1 Sequência argumentativa

Adam (2019), tratando das características de sequências textuais - descritiva, narrativa, explicativa e argumentativa -, afirma que a argumentação, para ser compreendida, deve ser analisada no nível do discurso, da interação social, da organização pragmática da textualidade ou da finalidade na situação comunicativa. Isso porque, segundo o autor, ao se falar, “constrói-se uma representação de mundo” (função descritiva), “mas procura-se também fazer partilhar com um interlocutor essa representação” (Adam, 2019, p. 145). Nesse contexto, percebe-se que a perspectiva apresentada por Adam (2019) vai ao encontro do que propôs Ducrot e seus colaboradores (1989) na TAL em todas as atualizações, na medida em que estabelece a relação subjetiva e intersubjetiva da argumentação.

Para Adam (2019), o objetivo de comunicação de uma argumentação tem a seguinte premissa:

um discurso argumentativo visa intervir sobre as opiniões, atitudes ou comportamentos de um interlocutor ou de um auditório, tornando crível ou aceitável um enunciado (conclusão) apoiado, de acordo com diversas modalidades, em um outro (argumentos/dados/razões) (Adam, 2019, p. 146).

Nesse sentido, para o autor, é necessário um encadeamento entre enunciados (dado/argumento e conclusão) para que haja a unidade argumentativa, já que um enunciado isolado não compõe nem um dado/argumento, nem uma conclusão. Esse encadeamento estrutura o que o autor chama de sequência⁶⁰ argumentativa, que se diferencia das demais porque

só há conclusão relativamente a premissas, e reciprocamente. E, de modo diferente das premissas, o que é próprio de uma conclusão é poder servir novamente em ponto posterior no discurso, a título de premissa, por exemplo. Tem-se assim um tipo de sequência textual que se diferencia de outras sequências, narrativas, por exemplo. (BOREL, 1991, p. 78, *apud* ADAM, 2019, p. 146).

Na visão de Adam (2019), a sequência argumentativa é constituída por esse encadeamento de premissas⁶¹, entendido como unidades de sentido e descrito a partir do movimento de raciocínio, para o qual são postulados dois esquemas de análise:

(i) o modelo reduzido, em que existem apenas os elementos mínimos de uma argumentação: [*Dado > Conclusão*];

(ii) o modelo pleno, em que há vários níveis que envolvem dados e conclusões.

Quanto à descrição desses dois esquemas, Adam (2019) utiliza, a partir de Apothéloz e Miéville (1989), conceitos como *segmentos de texto* e *sequência textual* para se referir a “encadeamentos de enunciados de extensão variável [...] chamados a ser interpretados como formando um período ou uma sequência argumentativa” (Adam, 2019, p. 147). Esses enunciados recebem a notação [p] para um [argumento/dado/razão] e [q] para a [conclusão]. Para exemplificar, toma-se a construção aqui em estudo no seguinte contexto:

⁶⁰ Sequência, para o autor, é “uma rede relacional decomponível em partes interligadas entre si (as macroproposições) e conectadas ao todo que elas constituem (uma sequência); - Uma entidade relativamente autônoma, dotada de uma organização interna pré-formatada que lhe é própria e que, portanto, está em relação de dependência-independência com o conjunto mais amplo do que é parte constitutiva: o texto” (Adam, 2019, p. 46).

⁶¹ Segundo o autor, premissas são definidas como “*dados* dos quais resulta necessariamente uma ‘nova proposição’, que é propriamente uma *conclusão*” (Adam, 2019, p. 147).

(29) Através dessa publicação, os dois homens **acabaram por fundar** o “Purismo”, que deveria pautar as criações modernas⁶².

O período ilustrado em (29) formaria, então, o que o autor chama de *segmentos de texto* e de *sequência textual*, já que há o encadeamento de dois enunciados, a saber: (i) houve uma publicação anterior, concebida com a notação [p], que seria o *dado* revelado; (ii) os dois homens fundam o “Purismo”, cuja notação seria [q], uma vez que se trata da *conclusão*.

Em relação aos operadores argumentativos, Adam (2011) divide os chamados conectores de argumentação em dois grupos: (i) marcadores de argumentos fortes e (ii) marcadores de argumentos fracos. Esses dois grupos podem criar, segundo sua análise, um efeito de sentido de focalização, ou seja, a marcação do argumento e a figuração do argumento forte para determinar o ponto de vista que o interlocutor precisa aceitar. Nesse sentido, fica a critério do enunciador articular cada argumento para atingir o objetivo de persuadir o interlocutor. Dessa forma, por não haver uma distinção entre operador e conector argumentativo, optou-se por não utilizar essa classificação de Adam (2011) e manter o foco no que Ducrot e Anscombre (1989) abordaram.

Na seção a seguir, serão descritos os modelos de sequência argumentativa propostos pelo autor.

3.3.1.1 Os modelos de sequência argumentativa segundo Adam (2019)

Tendo em vista que a concepção de sequência argumentativa envolve uma organização pragmática da textualidade, Adam (2012) postula que certas sucessões de proposições podem ser marcadas pela relação “dado-argumento”, visto que um dado/argumento visa a apoiar ou a refutar uma determinada proposição (conclusão). Diante disso, existe a possibilidade de a sequência argumentativa estar estruturada em um modelo reduzido. Nele, há o esquema estruturado apenas em *[Dado > Conclusão]*, realizado ou por indução⁶³ - com o esquema lógico e abstrato [se p

⁶² Exemplo extraído do corpus constituído para o estudo, coletados do banco de dados do Corpus do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>).

⁶³ Segundo Peirce (1865), indução é o teste de hipóteses.

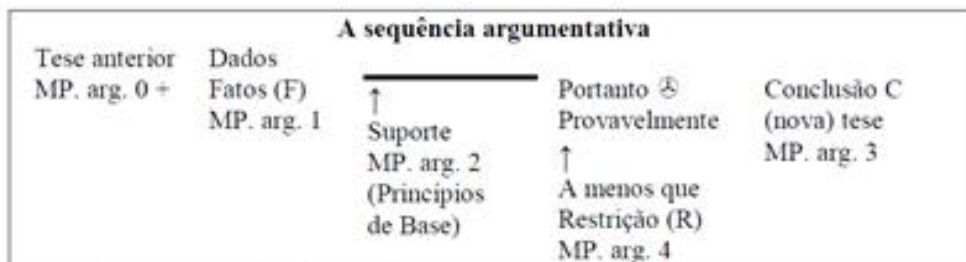
ENTÃO q] - ou por dedução⁶⁴ - com o esquema na forma do silogismo⁶⁵ [dados (premissas maior e menor) > conclusão], diferenciando-se do primeiro por ser uma estrutura lógica formal e ideal. Esses dois esquemas são ilustrados pelo autor com a sentença a seguir:

(30) “Se você sabe quebrar um ovo, você sabe fazer um bolo. (Alsa)” (Adam, 2019, p. 149).

Em (30), a argumentação é construída a partir do esquema indutivo [dados>conclusão], isto é, *quem sabe quebrar ovos sabe fazer algumas tarefas na cozinha*, e também do esquema dedutivo [(SE p) você sabe quebrar um ovo (ENTÃO q) você sabe fazer um bolo].

Para explicar essa relação existente entre dado-conclusão formulada no modelo reduzido, Adam (2019) propõe um modelo mais completo de sequência argumentativa, chamado pelo autor de “pleno”, que segue o esquema descrito na figura abaixo:

Figura 5: Esquema de base sobre macroproposições argumentativas (MP.arg.)



Fonte: Adam (2019, p. 164)

Nesse esquema, há uma sequência prototípica completa que possibilita a contra-argumentação em dois pontos da estrutura, nas macroproposições MP⁶⁶.arg.0 e MP.arg.4. Observam-se os seguintes elementos:

- MP. arg. 0: tese anterior, que pode estar subentendida e é o elemento sobre o qual a base se apoia para uma refutação. É uma conclusão inicial concebida a partir das informações dadas pelo texto;

⁶⁴ Segundo Peirce (1865), dedução é inferir o que deveria ser o caso de as hipóteses fossem verdadeiras.

⁶⁵ Termo entendido como “um raciocínio no qual certas premissas, sendo postas, delas resulta necessariamente uma proposição nova, pelo simples fato dos seus dados” (Aristóteles, Tópicos, Livro 1, 100a 25 – 100b 26, *apud* ADAM, 2019, p. 147).

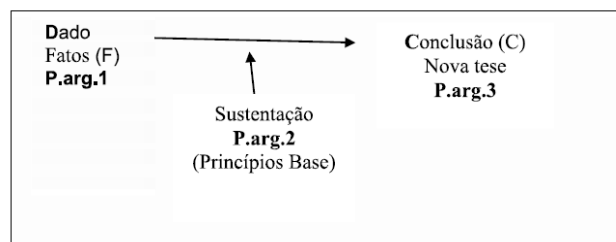
⁶⁶ Sigla referente ao termo “macroproposição argumentativa”.

- MP. arg.1 (dados/fatos): corresponde aos argumentos que ancoram a conclusão;
- MP. arg.2 (suporte/ princípios de base): princípios de base que dão sustentação aos dados;
- MP. arg. 3: a tese nova (conclusão/ tese nova), que pode ser formulada no início e pode (ou não) ser retomada por uma conclusão.
- MP. arg. 4: (restrição/ a menos que) diz respeito aos argumentos opostos que levam a uma conclusão não-C.

Esse modelo pleno, segundo Adam (2019), inclui dois níveis: (i) justificativo e (ii) dialógico-argumentativo.

- Justificativo: formado pelas MP. arg. 1 + MP. arg. 2 + MP. arg. 3. Aqui, a “consideração do interlocutor é baixa. A estratégia argumentativa é dominada pelos conhecimentos relatados” (ADAM, 2019, p. 164). Nesse nível, o argumento do locutor é infalível. Ilustra-se abaixo:

Figura 6: Ilustração do nível justificativo de argumentação



Fonte: Nível justificativo (Adam, 2009b, p. 149)

Como exemplo para esse nível, analisa-se a sentença em (31):

(31) Bérénice é rainha, portanto Roma não a imagina como sua Imperatriz.

Em (31), tem-se o dado (Bérénice é rainha), a MP. arg. 1., e a conclusão (Roma não a imagina como sua Imperatriz), a MP. arg. 3, introduzida pelo conector ‘portanto’. Nesse exemplo, o dado é um argumento que justifica a conclusão.

- Dialógico-argumentativo: adiciona-se, às macroposições já existentes, a MP. arg. 0 e a MP. arg. 4. A “argumentação é negociada com um contra-argumentador (auditório) real ou potencial. A estratégia argumentativa visa à transformação de conhecimentos” (Adam, 2019, p. 164). Quanto à ilustração,

nesse nível, acrescentam-se as macroposições que possibilitam a contra-argumentação. O exemplo (32) apresenta um exemplo de análise para esse nível:

- (32) (a) Os homens amam as mulheres (b) que têm as mãos suaves
 (c) Você sabe disso.
 (d) Mas você sabe também (e) que você lava a louça.
 (f) Contudo não desista do seu charme; (g) use Mir Rose; (h) sua louça ficará limpa e brilhante.
 (i) E suas mãos, graças ao extrato de pétalas de rosa contido no Mir Rose, ficarão mais suaves e mais bonitas.
 (j) Elas não poderão lhe dizer nada além de obrigado; (k) Seu marido também.

Em (32), tem-se o seguinte:

as proposições (a) e (b) (dados D1) formam a MP.arg.0 com uma conclusão inferencial (se você é mulher e tem mãos suaves os homens irão te amar), admitindo que o leitor chegou a essa conclusão (C1) em (c), estabelecendo uma sequência argumentativa (SA 1). O conector 'mas' introduz um dado com valor de restrição, apresentando um novo dado (D2) que também é conhecido do leitor ((d) e (e)), que contraria a conclusão inferida na MP Arg. 0. Logo, se você "lava a louça", infere-se que você "não tem mãos suaves", assim a conclusão seria que "os homens não a amarão" (conclusão não C1). Nesse ponto se encontra uma sequência argumentativa encaixada com valor de restrição. Porém, mesmo nesse encadeamento argumentativo, pela continuação do texto, há outra restrição, introduzida pela proposição (f), o que leva a entender que há uma conclusão diferente do que se infere. Esse movimento é marcado pelo conector 'contudo', que refuta as inferências anteriores e introduz novo dado — D3 (o uso de Mir Rose) — com três conclusões explícitas no texto, sem a necessidade de inferir, por 'se' você usar Mir Rose, 'então', você terá os benefícios elencados pelo autor. Isso também é evidenciado pelas proposições no futuro e no imperativo, mostrando que o autor tem total certeza do resultado que ocorrerá ao usar o produto, reafirmando a conclusão C1, inferida no começo (Pereira, 2021, p. 50-51).

Percebe-se, assim, que há contra-argumentação nesse exemplo, com uma participação ativa do conector para estabelecer esse movimento.

3.3.2 A sequência narrativa

Segundo Adam (2019, p. 113), “toda narrativa corresponde certamente e de forma ideal à definição mínima que se pode atribuir à textualidade: conjunto de proposições articuladas progredindo em direção a um fim”. Diante disso, o autor propõe, baseado em Bremond (1966)⁶⁷, seis constituintes necessários a esse tipo de textualização:

(I) sucesso de acontecimentos: “para que haja narrativa, é necessária uma sucessão mínima de acontecimentos ocorrendo em um tempo t depois $t + n$ ” (Adam, 2019, p. 144), porém é imprescindível que essa temporalidade seja “conduzida por uma tensão: a determinação retrógrada que faz com que uma narrativa seja direcionada ao seu fim ($t + n$), organizada em função dessa situação final” (Adam, 2019, p. 115).

(II) unidade temática: “a presença de um ator - pelo menos um, individual ou coletivo, sujeito de estado (paciente) e/ou sujeito operador (agente da transformação) - parece ser um fato de unidade da ação” (Adam, 2019, p. 115).

(III) predicados transformados: existência de “predicados de estar, de ter ou de fazer, definindo o sujeito de estado S no instante t - início da sequência - depois no instante $t + n$ - fim da sequência” (Adam, 2019, p. 116).

(IV) unidade de um processo: trata-se do processo narrativo desencadeado a partir da transformação dos predicados. É composto por três momentos: início do processo, durante o processo e fim do processo. São observados, nesse constituinte, os marcadores temporais que orientarão os acontecimentos.

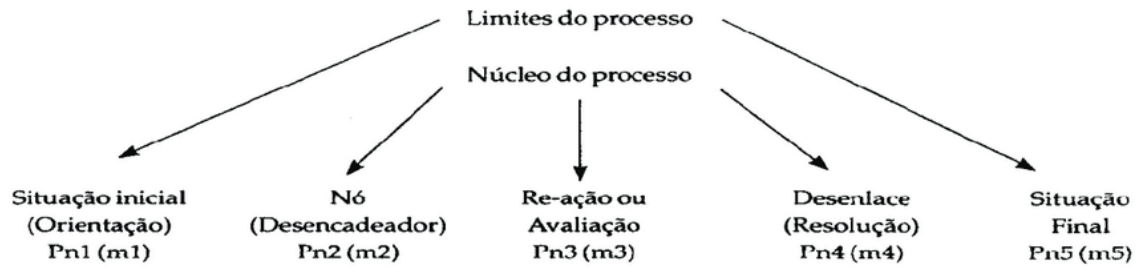
(V) causalidade narrativa: refere-se à motivação, às causas que desencadearam a sucessão de acontecimentos.

(VI) avaliação final: é o final apresentado pelo autor para sustentar a obra.

O modelo da sequência narrativa é assim proposto pelo autor:

⁶⁷ Bremond, C. 1966. La logique des possibles narratifs. Communications 8, 60-76.

Figura 7: Esquema do modelo da sequência narrativa



Fonte: Adam (2019, p. 124)

No próximo capítulo, são descritos os procedimentos teórico-metodológicos adotados na pesquisa.

CAPÍTULO 4

DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA

No presente capítulo, são descritos os procedimentos metodológicos adotados para a realização desta pesquisa. São detalhadas, nas seções a seguir, as características da pesquisa quanto à sua natureza, quanto à abordagem do problema e quanto aos procedimentos técnicos, além da delimitação da pesquisa no que diz respeito à seleção das construções, à escolha do quadro teórico e aos critérios/procedimentos de análise.

4.1 Características da pesquisa

Os aspectos metodológicos apresentados nesta seção foram fundamentados em Prodanov e Freitas (2013).

4.1.1 Quanto à sua natureza

Esta pesquisa dedica-se à produção de conhecimento sobre duas construções gramaticais específicas da língua portuguesa, e suas contribuições ao discurso, tendo suas análises fundamentadas em estudos construcionais-cognitivistas. Além disso, deseja-se que esse conhecimento gerado tenha aplicação prática em contextos definidos: o profissional e o acadêmico.

Quanto ao profissional, conforme mencionado nas Considerações Iniciais e conforme será detalhado adiante, destaca-se a motivação para a realização desta pesquisa, que envolve uma observação durante a prática profissional da autora, tendo em vista que as construções estudadas foram identificadas em produções textuais de alunos⁶⁸. Assim, há o envolvimento de interesses específicos, tais como possibilitar uma reflexão sobre a aceitação, em sala de aula do ensino básico, do uso dessa

⁶⁸ Apesar de as construções terem sido notadas nas redações de alunos durante a prática profissional da autora, essas produções textuais não foram as escolhidas para compor o *corpus* da pesquisa, o que será detalhado e justificado mais adiante, neste capítulo. O *corpus* foi formado a partir de dados retirados do site *Corpus do Português* - conforme será detalhado na seção 4.2.3.

construção em contextos formais, como a Redação do Enem, um texto dissertativo-argumentativo. Essa aceitação teria a justificativa de que se acredita que a utilização dessas construções é feita com o intuito de promover uma hierarquia entre argumentos, expressos pela causa e por seu resultado final/ sua consequência.

No âmbito acadêmico, salienta-se, primeiramente, a contribuição para o campo da gramática de construções, já que se discute, além da possibilidade de as construções serem resultativas e da adequação dos princípios propostos por Goldberg (1995), o tratamento da variabilidade em perspectiva construcionista. Além disso, há também a contribuição para o campo da retórica e da argumentação, considerando a hipótese sobre o valor funcional de operador argumentativo. Em segundo plano, a aplicação prática também se daria para o campo da variação linguística, pois as construções aqui estudadas podem ilustrar processos de variação e a intenção dos falantes ao mobilizar ora uma ora outra forma, revelando valores funcionais que elas passam a desempenhar na língua. Por fim, haveria contribuição também para os estudos do aspecto verbal, já que parece que nossas construções não atualizam aspecto, contrariando o que apresenta Rodero (2010). Logo, este estudo trata de uma pesquisa aplicada e, por se dedicar a estudar teorias, é também de perspectiva teórica.

4.1.2 Quanto à abordagem do problema

Para a investigação do objeto de estudo aqui selecionado, foi empreendida uma pesquisa qualitativa de caráter descritivo e indutivo, além de uma pesquisa quantitativa. Em primeiro lugar, nas pesquisas qualitativas, o ambiente torna-se a fonte direta para a realização da coleta de dados; logo, o pesquisador estuda as questões levantadas onde elas aparecem, sem que haja qualquer interferência intencional. Não há, além disso, a necessidade de utilização de dados estatísticos, mas pode haver a existência de quadros teóricos que orientem os processos de coleta, de análise e de interpretação de dados - como o realizado aqui, uma vez que o quadro teórico, que será explicitado mais adiante, norteou as análises aqui empreendidas.

Além disso, constitui uma pesquisa descritiva. Diz-se que um estudo é descritivo quando se dedica somente à observação, ao registro e à descrição analítica

e interpretativa dos fatos selecionados, sem haver a interferência do pesquisador, ou seja, sem a manipulação dos dados. Com tal objetivo, é necessário que ocorra o uso de técnicas padronizadas para se fazer a coleta de dados, como questionário, formulário, entrevista, teste e observação - esta última foi a técnica aplicada nesta investigação, tendo sido uma observação de um contexto mais amplo (texto produzido) em banco de dados. Além disso, é importante mencionar que pesquisas de objetivos descritivos podem possibilitar novas posições em relação ao problema estudado, aproximando-se, assim, da pesquisa exploratória. Essa característica se aplica a esta investigação, uma vez que a tese levantada - as construções objeto deste estudo têm função pragmático-discursiva de operador argumentativo - ainda não foi formulada por outros pesquisadores, fato que justifica o empreendimento desta pesquisa e assegura sua originalidade e ineditismo.

Em relação ao método de análise de dados, utilizou-se o indutivo. Isso porque, nessa abordagem, parte-se de um fenômeno particular para alcançar uma lei geral por meio da observação, a fim de se examinar a relação existente entre dois fenômenos. O próximo passo, que só é possível devido à observação de casos da realidade concreta e às consequentes constatações, é a elaboração de generalizações. Todo esse processo foi adotado nesta pesquisa, tendo em vista que se partiu de um *corpus* restrito de contextos sentenciais, retirados de um banco de dados que compila arquivos da língua portuguesa, como será detalhado adiante, para se investigarem as duas construções e seu valor funcional.

Quanto à abordagem quantitativa, a análise também levou em consideração recursos numéricos para interpretar as informações. Assim, realizou-se um balanceamento de dados para garantir a precisão dos resultados, em relação à hipótese da frequência de uso de uma das construções, e não haver interferência na testagem dessa hipótese. Esse passo foi necessário, uma vez que o banco de dados em que foi realizada a coleta de dados disponibiliza documentos para cada século com número de palavras em quantidades diferentes. Logo, a fim de se assegurar a real frequência das ocorrências, realizou-se esse balanceamento.

4.1.3 Quanto aos procedimentos técnicos

Segundo Prodanov e Freitas (2013), é necessário traçar um delineamento a fim de que se obtenham os dados necessários para a pesquisa. Esse passo diz respeito ao “planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo diagramação, previsão de análise e interpretação de coleta de dados” (Prodanov e Freitas, 2013, p. 54) e tem como elemento principal para sua identificação o procedimento adotado para a coleta de dados.

Nesta investigação, foi adotado o procedimento bibliográfico, que se vale da consulta a materiais já publicados, como artigos em periódicos, revistas, dissertações etc. Nesse sentido, para compor o referencial teórico desta pesquisa, foram consultadas fontes clássicas e contemporâneas sobre construções, sobre auxiliaridade verbal, sobre estrutura argumental e também sobre o verbo *acabar*, visto que todos esses elementos se conectam ao objeto de estudo deste trabalho - as construções [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] e [V1_{acabar} V2_{gerúndio}]. Além disso, foi necessário buscar referências na Linguística Cognitiva e também na Teoria da Argumentação para que fosse possível interpretar os dados obtidos à luz das hipóteses aventadas.

Por fim, as informações bibliográficas também foram utilizadas para a constituição do *corpus* deste estudo, usado para a testagem das hipóteses. Neste caso, a amostra selecionada foi coletada, mediante critérios pré-estabelecidos, em um banco de dados *online* que disponibiliza texto de diversos gêneros e tipos textuais, além de diferentes veículos, tendo como público-alvo os pesquisadores da língua portuguesa, conforme se passa a detalhar.

4.2 Delimitação da pesquisa

Conforme já mencionado, esta pesquisa, realizada por meio do procedimento bibliográfico, reuniu, além de fontes teóricas que fundamentaram a interpretação da amostra, dados coletados em um banco *online*. Os critérios utilizados tanto para a constituição desse *corpus* quanto para os passos teórico-metodológicos serão explicitados a seguir.

4.2.1 Da seleção das construções investigadas

Como já mencionado, a escolha desse objeto de estudo foi motivada por uma observação realizada durante o exercício profissional da autora. O contexto de conclusão da educação básica hoje no Brasil inclui a realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) pelo aluno, com o objetivo de ingressar no ensino superior. Portanto, as práticas de produção de texto nas escolas priorizam, principalmente no último ano escolar, o trabalho com textos do tipo dissertativo-argumentativo, visando à habilidade de produzir textos alicerçados em argumentos consistentes e fundamentados nas diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, a escolha do objeto de estudo foi alavancada pela observação, a partir das práticas da autora enquanto professora da educação básica, de um uso frequente e altamente produtivo das construções selecionadas para o estudo por alunos durante suas produções textuais argumentativas. Assim, com base nessa observação, decidiu-se delimitar o escopo do exame nas duas construções já mencionadas⁶⁹ tendo em vista que foram elas as formas inovadoras encontradas nas produções de textos.

Para dar sequência ao desenvolvimento da pesquisa, passou-se para a consulta a fontes de referências teóricas que envolviam a análise do verbo *acabar*. Isso foi feito com o objetivo de verificar as linhas de raciocínio já construídas quanto a esse verbo e certificar-se quanto à originalidade deste estudo. Primeiramente, buscaram-se nessas consultas evidências que demonstrassem que o verbo *acabar* passou pelo processo de gramaticalização e, hoje, constata-se seu uso com valor gramatical e seu uso com valor lexical. Travaglia (2004) foi o ponto de partida nessa etapa para que a pesquisa com essas construções seguisse, uma vez que esse autor descreveu, além do valor lexical, todos os valores gramaticais com o verbo *acabar*, inclusive o estudado aqui, conforme já apresentado, indicando resultatividade. Esse autor, porém, não o interpreta como operador argumentativo, no que residiria a originalidade deste trabalho.

Outros estudos sobre o verbo *acabar* também foram encontrados (Bertucci, 2010; Bertucci, 2011; Medeiros, 2020), mas foram selecionados para leitura apenas aqueles que analisaram o verbo *acabar* na mesma estrutura morfossintática: V1

⁶⁹ Para relembrar: (i) [acabar por verbo infinitivo] (acabou por desistir...) e (ii) [acabar verbo gerúndio] (acabou desistindo..).

seguido de preposição e V2 no infinitivo, e/ou V1 seguido de V2 no gerúndio (Rodero, 2010; Medeiros, 2018; Coelho, 2021). Apesar de terem tratado das mesmas construções com o verbo *acabar*, esses estudos tiveram vieses teóricos e/ou análises diferentes dos propostos aqui. Rodero (2010), por exemplo, à luz de modelos formais, constata que o verbo *acabar* nessas construções tem um caráter aspectual. Ela exemplifica essa noção com as sentenças “(257) A demora da reunião acabou enfurecendo os participantes” e “(258) A demora da reunião acabou por enfurecer os participantes” (Rodero, 2010, p. 138). Segundo a autora, o verbo *acabar* nesses contextos possui “uma leitura aspectual de fim de fase” que “opera sobre o intervalo de tempo denotado pelo verbo principal, restringindo o intervalo de tempo para sua fase final ou para seu resultado” (Rodero, 2010, p. 137-138). Para tanto, a autora embasa-se em Verkuyl (1999)⁷⁰, que aponta que os verbos aspectualizadores “promovem uma restrição na predicação da sentença e operam sobre o intervalo de tempo denotado pelo verbo principal” (Rodero, 2010, p. 137).

Medeiros (2018), por sua vez, embora chame essas estruturas de construções, tem como fundamento teórico apenas as teorias de alçamento gerativistas. Coelho (2021), fundamentada por concepção cognitivista e multissistêmica da língua, pesquisa as preposições em contexto de construções e, por isso, analisa a preposição *por* na mesma construção de incidência indireta examinada aqui. O resultado, porém, vai de encontro ao que se acredita neste estudo, pois a autora constata que essa preposição participa somente da codificação de aspecto, como é colocado por ela: “Acabou por comprar um vestido simples. (resultado final ou consequência; a noção aspectual perfectiva é denotada pelo pretérito perfeito).” (Coelho, 2021, p. 5). Esses trabalhos, ao relacionarem a construção com a função gramatical de aspecto, motivaram ainda mais a continuação da pesquisa, tendo em vista a crença de que as construções estudadas não possuem função aspectual, pelo menos não na concepção de aspecto aqui assumida: categoria verbal que “indica o espaço temporal ocupado pela situação em seu desenvolvimento, marcando a sua duração, isto é, o tempo gasto pela situação em sua realização” (Travaglia, 2014, p. 41). Importante mencionar a escolha pelo exame das duas construções, e não apenas de uma. Como já mencionado, os dois compostos foram encontrados como frequentes nos textos dos alunos como marcadores de argumentos. Logo, desejou-se verificar se há diferenças

⁷⁰ Verkuyl (1999, p. 82-92, apud Wachowicz, 2005, p. 4-5.

entre as duas, sejam essas semânticas sejam pragmáticas, o que poderia levar o falante a optar por uma e não por outra em contextos argumentativos, como nas produções textuais do Enem.

Explanadas as razões para a escolha do objeto de estudo, passa-se, a seguir, para a justificativa da escolha do quadro teórico.

4.2.2 Da escolha do quadro teórico para análise de dados

Em primeiro lugar, é necessário mencionar que esta pesquisa se insere na linha funcionalista dos estudos sobre a língua. Segundo Pinheiro e Ferrari (2020), o pensamento funcionalista, com seu ponto de partida no Círculo Linguístico de Praga (CLP), tem como princípio fundamental o fato de que “a linguagem é, antes e acima de tudo, um instrumento de comunicação, e de que esse fato é central para explicar por que as línguas são como são” (Butler, 2003, p. 2). Nesse sentido, a língua não é vista como um objeto autônomo, e sim como “uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical” (Kenedy e Martelotta, 2003, p. 20). Além disso, há também a gradiência como uma propriedade inerente às línguas naturais, que pode ocorrer em diferentes níveis da língua e está relacionada à variação. Dessa forma, ao se ter como objeto de estudo as construções gramaticais, entende-se que o falante, diante de específicas situações comunicativas, consegue moldar a língua.

Em segundo plano, destaca-se a escolha da Linguística Cognitiva (LC) como o paradigma teórico principal desta pesquisa. As duas linhas teóricas, tanto a Linguística Funcional quanto a Linguística Cognitiva, segundo Pinheiro e Ferrari (2020, p. 596), são “modelos teóricos mutuamente compatíveis”, fato que pode ser percebido pela presença crescente de abordagens caracterizadas pelos adjetivos “cognitivo-funcional” ou “funcional-cognitivo”. Nesse sentido, surgida na década de 1970 devido à discordância com os paradigmas linguísticos anteriores, quais sejam, o Estruturalismo de Saussure e o Gerativismo de Chomsky, a Linguística Cognitiva entende que a língua deve ser explicada em termos semânticos e funcionais. Nessa perspectiva, a relação entre mundo e palavra é mediada pela cognição, o significado é apreendido pela experiência física, e a estrutura léxico-gramatical das línguas

naturais, de acordo com Leitão de Almeida *et al.* (2010), reflete a estrutura do pensamento. Além disso, Ferrari (2011, p. 18) salienta que “a semântica cognitiva rejeita a ideia de um léxico mental que contenha o conhecimento semântico de forma separada de outros tipos de saber”; logo, a língua é não modular, não derivacional e adquirida a partir do uso. Por isso, a LC tornou-se uma corrente teórica adequada para embasar as discussões propostas neste estudo.

4.2.3 Dos procedimentos de composição da amostragem e dos critérios de análise

Após a delimitação do objeto de exame deste estudo, foi necessário escolher a base de dados da língua a ser consultada para a coleta de exemplares de análise. Nessa perspectiva, o *corpus* desta pesquisa foi constituído a partir de dados coletados num banco de dados *online*, disponível no *site* Corpus do Português⁷¹, plataforma gratuita que apresenta quatro interfaces as quais permitem acesso a diferentes registros linguísticos. Para este estudo, foram utilizadas duas interfaces do *site* consultado: a interface *Gênero/ História* e a interface *Now*, que estão caracterizadas no quadro a seguir:

Quadro 7: Interfaces selecionadas do banco de dados *Corpus do Português* e suas características

Século	Interface	Características	Endereço eletrônico
XX	Gênero/História	Possibilita o acesso a mais de 45 milhões de palavras de quase 57 mil textos escritos em português dos anos de 1200 a 1900 e que é usada para estudar a história do português.	https://www.corpusdoportugues.org/hist-gen/
XXI	Now	Nova adição da plataforma que contém 1,1 bilhão de palavras de quatro diferentes países da língua portuguesa registradas entre 2012 e 2019.	https://www.corpusdoportugues.org/now/

Fonte: Autoria própria

⁷¹ Site disponível no link <<https://www.corpusdoportugues.org/>>.

Escolheu-se a seleção de dados já disponibilizados na Internet devido à forma criteriosa como tais bancos de dados são arquitetados, uma vez que, mesmo podendo haver alguns desvios nessas bases, há um controle que confere credibilidade à amostragem. Ademais, é importante salientar a otimização do tempo de coleta e a maior diversidade de tipologia e de gênero textuais que pode ser obtida quando se utiliza banco de dados pré-existentes. Embora a motivação deste trabalho tenha sido a observação das duas construções eleitas como objeto de estudo em textos dissertativo-argumentativos de alunos do Ensino Médio, como já mencionado, não foram selecionadas essas produções textuais para compor o *corpus*. Isso porque, apesar de esse contexto de Enem exigir a adequação à norma padrão da língua portuguesa, nem sempre os textos produzidos são adequados a esse padrão, tendo em vista o nível de domínio da língua portuguesa de alunos do Ensino Médio. Visando, portanto, a assegurar que os dados seriam representativos da modalidade culta da língua, optou-se, com base em Possenti (1998), pelo gênero notícias.

Como é possível observar no quadro 7, foram coletados dados de dois séculos, XX e XXI. Optou-se por esse intervalo de tempo devido a duas razões: (1) objetivou-se investigar o uso das construções apenas do português brasileiro, tendo em vista uma diferença significativa na preferência pelo infinitivo no português europeu e pelo gerúndio no português brasileiro; assim, ao eleger esses dois séculos, obter-se-ia uma maior amostragem, uma vez que, para os séculos anteriores, o banco de dados fornece mais informações do português europeu; (2) decidiu-se buscar essas construções somente em notícia, considerando uma das hipóteses deste trabalho, segundo a qual essas construções funcionariam como operadores argumentativos⁷². Logo, foi necessário excluir os séculos anteriores, já que os dados disponíveis neles apareciam apenas em textos literários, o que restringe as sequências argumentativas e, conseqüentemente, limita o número de ocorrências.

Com o objetivo de atender ao critério metodológico de testagem do verbo *acabar* fazendo parte de V1 na construção com V2 infinitivo precedido de preposição ou com V2 no gerúndio, foram utilizadas diferentes chaves para a identificação das

⁷² A plataforma escolhida fornece dados divididos em quatro categorias: textos acadêmicos, textos ficcionais, textos orais e textos jornalísticos. Estes últimos são os que favorecem a ocorrência de sequências argumentativas em textos escritos sem a exigência de linguagem técnica, por exemplo em gêneros como artigos de opinião, porém com a exigência de adequação à norma padrão, como as notícias. Por isso, foi selecionada essa categoria.

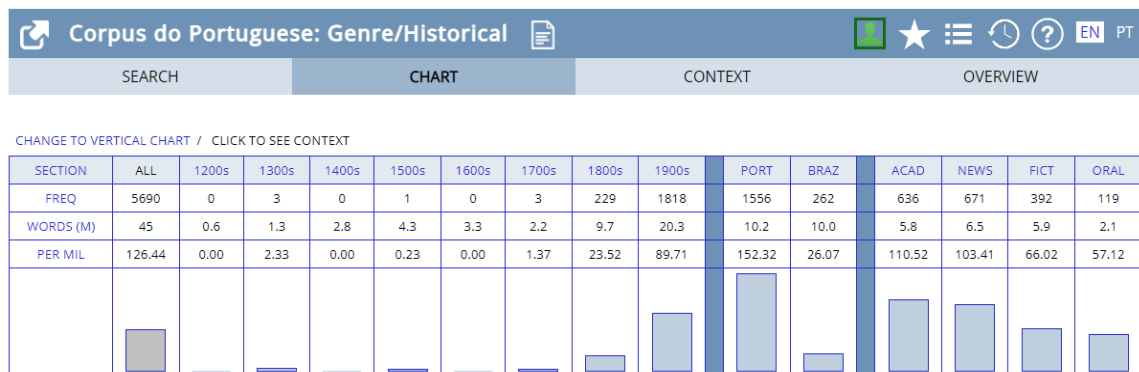
ocorrências - que serão descritas a seguir - variando conforme a construção. Para as duas construções, decidiu-se por limitar a quantidade de sentenças em 100, sendo selecionadas as cem primeiras que aparecessem na chave de busca, independentemente da conjugação (tempo/modo/número/pessoa) de V2⁷³. Esse recorte foi feito tendo em vista a necessidade de restringir o número de dados a serem analisados, já que uma primeira busca indicou frequência alta de uso das duas construções.

Primeiramente, serão descritos os procedimentos utilizados para a construção [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}], nas duas interfaces citadas, *Gênero/História* em (I) e *Now* em (II).

I. Interface Gênero/ História:

Foi utilizada a chave [acabar] [por] [V] para a seleção das ocorrências. Posteriormente, clicou-se no item *chart* e em *see frequency by section*, gerando o quadro que está ilustrado na imagem a seguir:

Figura 8: Ocorrências de [V1_{acabar}/Prep_{por}/V2_{infinitivo}] entre os séculos XIII e XX



Fonte: <https://www.corpusdoportugues.org/hist-gen/>

A Figura 7 demonstra a frequência total da construção por século - do XIII ao XX - e, referente apenas ao século XX, demonstra também a produtividade por gênero e por modalidade (PE ou PB). A plataforma *Corpus do Português* divide os dados, para este século, a partir de gêneros: *academic*, *news*, *fiction* e *oral*. Optou-se pela

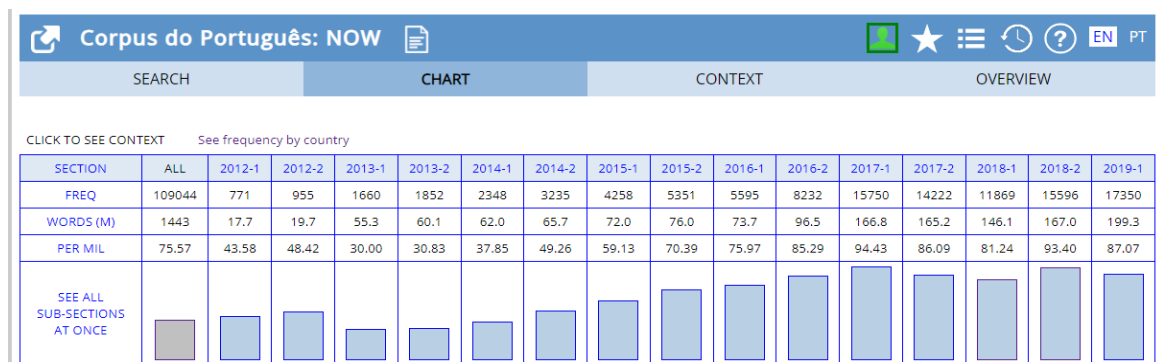
⁷³ Não foi necessário estipular um controle de variáveis, tendo em vista que, como foi dito anteriormente, a perspectiva da variação linguística observada aqui é a da Gramática de Construções, e não da Sociolinguística.

divisão *News*, devido a algumas justificativas: (i) as notícias, segundo Possenti (1998), são gêneros considerados “padrão ideal de língua” (Possenti, 1998, p. 41), tendo em vista que são escritas e faladas por pessoas cultas do país; logo, a partir do momento em que as construções aparecem em notícias, abre-se precedente para se discutir a legitimidade do seu uso em contextos formais, como é exigido na redação do ENEM; (ii) nas notícias, existe uma possibilidade maior de aparecerem sequências argumentativas em relação aos demais gêneros disponibilizados⁷⁴ na plataforma. Diante disso, no recorte do gênero *News*, encontrou-se um total de 671 ocorrências, incluindo fontes do português europeu (PE) e do português brasileiro (PB), porém apenas 20 diziam respeito ao PB e, por isso, foram selecionadas todas as 20 ocorrências. Esse fato pode antecipar a resposta a uma das perguntas desta pesquisa, em relação à frequência de uso das construções. Em seguida, o contexto expandido foi copiado e salvo em um arquivo de Excel, com a data e o título registrados, a fim de se ter um documento para consulta das sentenças.

II. Interface Now:

Foi utilizada também a chave [acabar] [por] [V] para a seleção das ocorrências. Posteriormente, seguiu-se o mesmo procedimento anteriormente descrito, obtendo-se o gráfico reproduzido na figura a seguir:

Figura 9: Ocorrências de [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] no século XXI



Fonte: <https://www.corpusdoportugues.org/now/>.

⁷⁴ O gênero acadêmico forneceria à pesquisa textos com linguagem mais técnica, o que não se encaixaria no foco deste trabalho; já no gênero ficcional, encontrar-se-iam textos predominantemente narrativos; e, por fim, desejou-se analisar textos escritos, o que torna os gêneros orais não adequados para compor o *corpus* desta pesquisa.

Como se pode ver, nessa interface, há a divisão dos dados por semestre entre os anos 2012 e 2019, sendo que, para este último, apenas constam informações do primeiro semestre. Sendo assim, para o século XXI, foram selecionadas 50 ocorrências de 2019/1º, 25 ocorrências de 2018/2º e 25 ocorrências de 2018/1º, a fim de se obterem os dados mais atuais possível. Todas as ocorrências foram referentes ao gênero notícia escrito em português do Brasil devido às mesmas justificativas já mencionadas. O contexto expandido foi transposto para um arquivo de Excel, com a data e o título, juntamente do *link* de fonte da ocorrência.

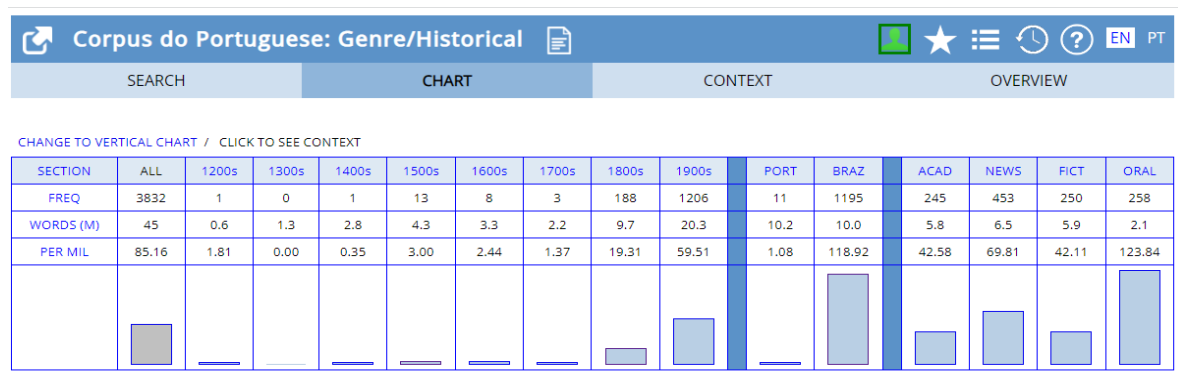
Ao final desses processos, para a construção [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}], foram coletadas um total de 120 ocorrências, sendo as 20 únicas encontradas na interface Gênero/História e as 100 identificadas na interface Now.

Para a segunda construção analisada, a saber, [V1_{acabar} V2_{gerúndio}], adotaram-se os seguintes procedimentos:

I. Interface Gênero/ História:

Foi utilizada a chave [acabar] [VG] para o início da busca das ocorrências. Em seguida, seguiu-se o mesmo procedimento das seleções anteriores, gerando um quadro que expõe a quantidade de ocorrências dos séculos XII a XX, que segue abaixo:

Figura 10: Ocorrências de [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] entre os séculos XIII e XX



Fonte: <https://www.corpusdoportugues.org/hist-gen/>

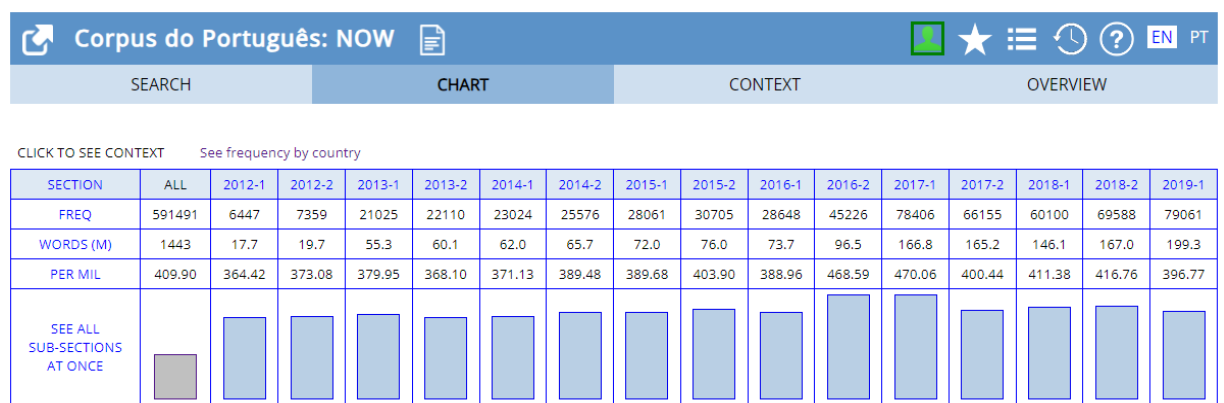
Da mesma maneira como foi feito com a primeira construção, recortaram-se apenas os dados dos anos 1900. Nesse recorte, de um total de 453 ocorrências em

também gênero notícia, na interface Gênero/História, incluindo aquelas do português europeu (PE) e as do brasileiro (PB), foram selecionadas as 100 primeiras do português brasileiro, independentemente do V2 e também da conjugação de V1. Foi possível coletar as 100 primeiras, já que elas eram todas de PB. Em seguida, copiou-se o contexto expandido que foi salvo num arquivo de Excel, com a data de publicação e o título.

II. Interface Now:

Foi utilizada a chave [acabar] para o início da busca das ocorrências. Aqui, foi necessário alterar a chave porque, com a anterior, não foi possível encontrar nenhum dado. Posteriormente, seguiu-se o mesmo procedimento das construções anteriores, obtendo-se o quadro abaixo:

Figura 11: Ocorrências de [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] no século XXI



Fonte: <https://www.corpusdoportugues.org/now/>

Nesse período, escolheu-se a primeira coluna, que demonstra a quantidade total de ocorrências no século XXI. Nela, foram selecionadas as primeiras 100 ocorrências em que o verbo *acabar* aparece como o V2 no gerúndio em notícias. Em seguida, o contexto expandido foi copiado para um documento no Excel, juntamente da data, do título e do *link* de fonte da ocorrência. Para a construção [V1_{acabar} V2_{gerúndio}], foram coletadas, então, 200 ocorrências, sendo 100 da interface Gênero/História e 100 da interface Now.

Dessa forma, sobre a coleta de dados, tem-se a seguinte tabela resumitiva⁷⁵:

Tabela 1: Resumo da quantidade do *corpus* coletado

	Construção [V1_{acaba} /Prep_{por} V2_{infinitivo}]	Construção [V1_{acabar} V2_{gerúndio}]
Interface Gênero/ História (século XX)	20 construções	100 construções
Interface Now (século XXI)	100 construções	100 construções
Total por construção	120 construções	200 construções
Total geral	320 construções	

Fonte: Autoria própria

O último procedimento metodológico consiste no balanceamento de dados. Como mencionado na seção 4.1.2, a imprescindibilidade de se realizar o balanceamento adveio da necessidade de se testar a primeira hipótese, sobre a frequência de uso, frente à quantidade diferente do número de palavras disponibilizadas no *site Corpus* do Português para cada século. Nesse sentido, para o cálculo do século XX, foi utilizado um programa desenvolvido por um linguista⁷⁶, em linguagem Python, que calcula automaticamente a frequência relativa das ocorrências encontradas em cada século no *Corpus* do Português [XIII-XX] sem nenhum tipo de arredondamento, isto é, com os valores exatos do número de palavras de cada século do *corpus*. Já para o século XXI, o cálculo foi feito manualmente, a partir da fórmula: freq. rel. = (freq. absoluta / número de tokens do corpus) x base para normalização da frequência, sendo o valor da base 1.000.000.

Quanto aos critérios de análise adotados, primeiramente, analisou-se a tese levantada em relação à possibilidade de as construções serem de estrutura argumental resultativa. Para tanto, baseou-se nas teorias propostas por Goldberg (1995) e por Palomanes (2007), além dos requisitos para o contexto da estrutura

⁷⁵ Faz-se imprescindível mencionar que essa amostragem tomada como *corpus* desta pesquisa é, segundo Patton (2014), ilustrativa do universo estudado oferecendo informações suficientemente ricas para responder às questões propostas nas Considerações Iniciais. Não há, portanto, a intenção de refletir todas as possibilidades linguísticas que se conformam às construções estudadas.

⁷⁶ Esse programa ainda não está finalizado, nem divulgado de forma online pelo autor, a quem agradecemos a generosidade em compartilhar conosco seu *script*. Sua referência é SILVA, L. F. L. *Corpus do Português Relative Frequency Calculator*. v. 1.0 [software], 2023.

resultativa, propostos por Goldberg e Jackendoff (2004). Num segundo momento, agora em relação ao valor argumentativo das construções, utilizou-se a teoria de Adam (2019) sobre sequência argumentativa e o modelo pleno da argumentação, além dos conceitos de Ducrot e seus colaboradores (1988) sobre a diferença entre conectores e operadores argumentativos. Ademais, para avaliar a existência de um ou de dois padrões construcionais, foi levado em consideração o que propõe Capelle (2006) sobre aloconstruções e Goldberg (1995) sobre o Princípio da Não Sinonímia.

Os resultados foram comparados, analisados e serão descritos na seção seguinte.

CAPÍTULO 5

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este capítulo consiste na apresentação e na análise dos resultados a partir dos dados coletados a fim de testar as hipóteses levantadas neste estudo. Para tanto, esta parte foi dividida em cinco seções: inicialmente, investigou-se a frequência de uso das construções para verificar a existência ou não de uma preferência de uso por uma das construções estudadas; em segundo momento, analisou-se se as construções selecionadas se encaixam na construção resultativa proposta por Goldberg (1995) - para o inglês - e/ou por Palomanes (2007) - para o português; em seguida, avaliou-se a coerência de se considerar que as construções possuem função discursiva; por fim, a partir dos resultados de todos os testes anteriores, verificou-se se as duas construções - a com infinitivo e a com gerúndio - são dois padrões construcionais distintos ou não e se são variantes linguísticas.

5.1 A frequência de uso das construções estudadas nos séculos XX e XXI

A primeira análise feita a partir dos dados coletados foi referente à frequência de uso das duas construções estudadas. A hipótese levantada, para esse ponto, diz respeito a uma maior ocorrência, no português brasileiro, da construção [V1_{acabar} V2_{gerúndio}], tendo em vista a preferência pelo V2 em comparação ao infinitivo nas construções de verbo auxiliar nesta variedade do português. Para responder a essa pergunta e testar a hipótese, analisaram-se os dados absolutos, mas aqueles⁷⁷ obtidos a partir do balanceamento realizado conforme mencionado nos procedimentos metodológicos. Para os séculos que foram foco de análise neste estudo, XX e XXI, os resultados⁷⁸ foram os apresentados na tabela a seguir:

⁷⁷ Importante salientar que os valores obtidos foram considerados até a quarta casa decimal, e não houve arredondamentos.

⁷⁸ É importante salientar que o total da frequência relativa obtida na tabela a seguir é referente a todas as ocorrências das construções, e não apenas aos 320 dados selecionados para esta pesquisa. Isso porque as 320 ocorrências não seriam suficientes para se medir a frequência de uso das construções.

Tabela 2: Valor da frequência relativa de cada construção por século (XX e XXI)

Século		[V1 _{acabar} Prep _{por} V2 _{infinitivo}]	[V1 _{acabar} V2 _{gerúndio}]
XX	Apenas PB	12.6096	57.5135
	News	32.2941	21.8021
XXI	2019-1	87.0547	396.6934
	2018-2	93.3892	416.6946
	2018-1	81.2389	411.3621
	2018+2019	87.461	407.3946

Fonte: Autoria própria

A tabela 2 fornece dados relevantes para se avaliar a hipótese da frequência de uso: no século XX, quando se analisam as ocorrências do PB⁷⁹, já se observa uma frequência de uso significativamente maior para [V1_{acabar} V2_{gerúndio}], mostrando que a preferência pela construção com o gerúndio no PB está se sobrepondo, confirmando, pois, a hipótese levantada.

Outro ponto importante que as informações da Tabela 2 oferecem relaciona-se à seção “News”⁸⁰. Nela, observa-se um número maior da construção [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}]. Quanto a essa interface do *corpus*, o *site* não fornece separação entre PE e PB; assim, como foi salientado na metodologia, para essa análise, foi necessário verificar os contextos individualmente e buscar apenas aqueles referentes ao PB, contabilizando um total de 20 ocorrências somente. Os dados desse universo menor também corroboram a hipótese de que há uma preferência pela construção [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] no PB, uma vez que a maior frequência de uso da construção [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] decorre dos dados do português europeu.

⁷⁹ Importante reforçar aqui o fato de que o *site* fornece os dados do PB e do PE separadamente. Portanto, para a obtenção desses números, não foi preciso olhar separadamente as ocorrências.

⁸⁰ Como mencionado na metodologia, essa seção apresenta mais possibilidade de se encontrar texto com sequências argumentativas. Por isso, ela foi a única selecionada para busca de ocorrências para compor o *corpus*.

Por fim, os dados obtidos para o século XXI (Tabela 2) expõem essa diferença de frequência de uso entre as construções de forma ainda mais significativa. Nessa análise, como resultado, para todos os períodos analisados dentro do século XXI, identificou-se uma estabilidade na frequência de uso da construção com infinitivo e um crescimento no uso de [V1_{acabar} V2_{gerúndio}]. Esse resultado pode estar relacionado a duas possibilidades: (i) a um aumento do uso desta última construção nas duas variedades do português, ou (ii) a um aumento significativo no uso dessa construção no PB e a uma manutenção de uso da construção [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] no PE, durante o século XXI. Uma última hipótese que se levanta aqui – e que poderá ser retomada posteriormente neste trabalho - diz respeito a uma possível relação entre frequência de uso das construções e função que elas exercem na língua: será que a frequência de uso se limita apenas à preferência pelo gerúndio no PB, ou, havendo uma diferença na função dessas construções, há também frequência de uso maior ou menor? Todas essas questões abrem precedentes para trabalhos futuros.

A partir desses dados, pode-se dizer que a hipótese levantada em relação à frequência de uso maior da construção [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] no PB foi confirmada. A seguir, analisa-se a hipótese em relação à construção resultativa.

5.2 Da estrutura argumental resultativa

A hipótese a ser testada para este ponto de análise refere-se à conformidade das construções estudadas na estrutura de construção resultativa proposta por Goldberg (1995) - para o inglês - e/ou na estrutura proposta por Palomanes (2007) - para o português. Para tornar mais didática a análise, elaborou-se um quadro que sintetiza as teorias encontradas sobre a construção resultativa, a partir das estruturas e paráfrases propostas pelas autoras:

Quadro 8: Síntese das abordagens sobre a construção resultativa

Teóricos	Estrutura	Paráfrase(s)	Exemplos
Goldberg (1995)	X causa Y a tornar-se Z (Sujeito, Verbo, Objeto e Complemento)	- sujeito causa objeto tornar-se SR (sintagma resultativo); - tem-se que o sujeito torna-se SR (sintagma resultativo) como resultado de uma ação do verbo.	“She kissed him unconscious” (O sujeito torna-se inconsciente como resultado da ação do verbo “beijar”)
Palomanes (2007)	X torna-se Y como resultado de uma ação anterior (Resultativa do Português).	O SR expressa o resultado a que se chegou o sujeito da oração após sofrer ação anterior.	“O príncipe virou um sapo” (Palomanes e Oliveira, 2013, p. 113) O SR “um sapo” expressa o resultado a que se chegou o sujeito “o príncipe” após sofrer uma ação “virar”.

Fonte: Autoria própria

A análise, neste momento, consistiu na aplicação dos contextos selecionados para o *corpus* nas paráfrases de ambas as teorias. Não foi necessário chegar à aplicação dos 320 contextos selecionados, tendo em vista que, já no início da investigação, computando 40 contextos analisados para cada construção, sendo 20 para cada século, foi possível descartar essa hipótese. Isso se deu por duas evidências principais:

(a) o encaixe dos contextos selecionados feito com as paráfrases propostas pelas autoras não diz respeito, de fato, a uma construção que representa a cena semântica resultativa, e sim a uma construção com sentido passivo.

Os exemplos a seguir dizem respeito às duas construções analisadas neste estudo:

Quadro 9: Exemplo de contextos selecionados nas paráfrases das autoras para as construções [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] e [V1_{acabar} V2_{gerúndio}]

Construção	Exemplo de ocorrência ⁸¹	Teste em Goldberg (1995)	Teste em Palomanes (2007)
[V1 _{acabar} Prep _{por} V2 _{infinitivo}]	<p>(33) “Os escândalos, quando ocorrem, acabam por desgastar ainda mais a imagem de seus possíveis adversários nas próximas eleições” (séc. XX).</p> <p>(34) “Até aqueles que não foram atingidos diretamente acabaram por sofrer de alguma forma” (séc. XXI).</p> <p>(35) “O plano acabará por ser impopular” (séc. XX).</p>	<p>- O sujeito “os escândalos” causa o objeto “a imagem de seus possíveis adversários” a tornar-se “desgastado”.</p> <p>- Não é possível devido à transitividade verbal.</p> <p>- Não é possível devido ao fato de ser verbo de ligação.</p>	<p>- “A imagem de seus possíveis adversários” torna-se “desgastada” como resultado da “ocorrência dos escândalos”.</p> <p>- Não é possível devido ao fato de ser um verbo no SR, e não um adjetivo.</p> <p>- O SR “impopular” expressa o resultado a que se chegou o sujeito “o plano”.</p>
[V1 _{acabar} V2 _{gerúndio}]	<p>(36) “O temor do setor produtivo é que as normativas acabem aumentando os custos de produção” (séc. XXI).</p> <p>(37) “O juiz ordenou que ele fosse levado ao hospital militar, mas ele acabou morrendo hoje” (séc. XXI).</p> <p>(38) “Johnson foi umas das principais figuras políticas a apoiar o voto pró-Brexit, que acabaria sendo vitorioso” (séc. XX).</p>	<p>- Sujeito “as normativas” causa o objeto “os custos de produção” tornar-se “aumentado”.</p> <p>- Não é possível devido à transitividade verbal.</p> <p>- Não é possível devido ao verbo de ligação.</p>	<p>- “Os custos de produção” tornam-se “aumentados” devido a “as normativas”.</p> <p>- Não é possível devido ao fato de ser um verbo no SR, e não um adjetivo.</p> <p>- O SR “vitorioso” expressa o resultado a que se chegou o sujeito “o voto pró-Brexit”.</p>

Fonte: Autoria própria

⁸¹ Todos os exemplos deste quadro são extraídos do corpus constituído para o estudo, coletados do banco de dados do Corpus do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>).

Em (33) e em (36), quando se analisa a paráfrase obtida a partir do teste de Goldberg (1995), percebe-se que os sintagmas que ocupam a possível posição de SR, “desgastado” e “aumentado”, respectivamente, não são, em relação à categoria sintática, nem um sintagma adjetivo, nem um sintagma preposicional, como preconizado por Goldberg e Jackendoff (2004) para as construções resultativas. Estes são, na verdade, verbos na forma de particípio que se originam da noção de passividade da frase, e não do valor adjetivo que a forma no particípio pode adquirir em certas situações. Segundo Haury (2014), há dois tipos de empregos da forma particípio: como adjetivo e como verbo. Como adjetivo, a forma terá função de adjunto adnominal ou de predicativo e concorda em gênero e número com o nome a que se refere, conforme exemplo dado pela autora:

“Repousa sobre o trigo

Que ondula um sol **parado**” (Fernando Pessoa)⁸²

Nos versos de Fernando Pessoa, o termo “parado” é o particípio do verbo “parar” empregado como adjetivo (e adjunto adnominal).

Já, como verbo, o particípio “pospõe-se aos auxiliares *ter, haver, ser e estar* para a formação das locuções verbais” (Haury, 2014, p. 855). Ainda,

com os auxiliares *ter e haver* forma os tempos compostos da voz ativa e com *ser, estar e ficar* os da voz passiva de ação, de estado e de mudança de estado: *é encontrado, estava arruinado, ficou prejudicado*. Na voz ativa, o particípio não flexiona; na passiva concorda em gênero e número com o sujeito a que se refere (Haury, 2014, p. 855).

Sendo assim, observa-se que se tem, com a paráfrase, a ideia de que os objetos - “a imagem dos seus possíveis adversários” e “os custos de produção” - estão sofrendo as ações de ser “desgastada” e de serem “aumentados” realizadas pelos sujeitos “os escândalos” e “as normativas”, respectivamente. Isso configura a “mudança de estado” a que se refere Haury (2014) quanto ao uso da voz passiva. Logo, não há uma cena resultativa de uma ação anterior, diferentemente do que se tem no exemplo dado por Goldberg e Jackendoff (2004): “she burned the toast to a

⁸² Haury (2014, p. 855).

crisp”. Nesse exemplo, a cena resultativa que se tem é uma torrada queimada devido à ação de tostá-la até chegar ao ponto de queimá-la.

Essa justificativa é corroborada por outra razão: os exemplos (34) e (37) possuem V2 intransitivos. De acordo com Goldberg e Jackendoff (2004), a resultativa pode ocorrer com três tipos de transitividade: intransitiva, transitiva e transitiva não selecionada. Apesar disso, não foi possível transpor os exemplos (34) e (37) para a paráfrase proposta por Goldberg (1995), como foi feito com (33) e (36). De acordo com Haug (2014), “a conversão da ativa para a passiva só é possível com verbos transitivos diretos e transitivos diretos e indiretos” (Haug, 2014, p. 951). Dessa maneira, não há possibilidade de passivização de frases quando o verbo na voz ativa é intransitivo, confirmando, portanto, a afirmação de que as paráfrases propostas não constituem uma cena resultativa, e sim construções com sentido passivo. Os exemplos (35) e (38) também trazem outra confirmação dessas ideias: há verbos de ligação, os quais não permitem a passivização, nem mesmo entram na lista dos tipos de verbo que configuram uma construção resultativa, conforme Goldberg e Jackendoff (2004) preconizam.

Passando-se à análise dos seis exemplos da construção com infinitivo a partir da paráfrase proposta por Palomanes (2007), há também a constatação de que as possíveis paráfrases não se encaixam de fato no que foi proposto pela autora. Segundo ela, na resultativa do português, o SR refere-se ao resultado a que se chegou o sujeito; nos exemplos (33) e (36), com verbos transitivos diretos, são os objetos - “a imagem de seus possíveis adversários” e “os custos de produção”, respectivamente - que recebem o resultado, e não os sujeitos das sentenças. Esse fato reforça a ideia da passivização, uma vez que é o objeto que sofre a ação. Em (34) e em (37), com o verbo intransitivo, percebe-se que o SR é formado por um verbo, o que se distancia do exemplo trazido por Palomanes e Oliveira (2013, p. 113) como uma resultativa do português: “O príncipe virou um sapo”, em que o sintagma nominal reflete, nesse contexto, o resultado da mudança de estado do sujeito “o príncipe”. Já em (35) e em (38), pode-se ter uma possibilidade de encaixe à proposta de Palomanes (2007). Justifica-se esse fato devido à presença de um verbo de ligação seguido de um sintagma adjetivo, referindo-se ao sujeito, que chegou a esse resultado por ações anteriores. Logo, entende-se que a construção [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] não é a

responsável por criar essa cena resultativa, mas sim o tipo de verbo em V2 e o sintagma posposto a ele.

Um último ponto a ser mencionado diz respeito ao fato de que as construções apareceram com todas as transitividades verbais⁸³. Quanto à construção [**V1_{acabar}** **Prep_{por}** **V2_{infinitivo}**], foram computadas 91 ocorrências⁸⁴ (75,8%⁸⁵) em que V2 é transitivo direto (ex.: “O processo **acaba por produzir** santos.”); 9 ocorrências (7,5%) com V2 sendo transitivo indireto (ex. “Isso porque, na reta final, Max Verstappen **acabou por tocar** em Charles Leclerc no momento da ultrapassagem”); 8 ocorrências (6,6%) em que V2 é transitivo direto e indireto (ex. “Foi uma operação que afetou usuários em todo o mundo, **acabando por levar** muitos deles a abandonar a Rede.”); 3 ocorrências (2,5%) com V2 intransitivo (ex.: “Aos poucos, o pelotão de líderes que era de 15 corredores, **acabou por diminuir**.”); e 6 ocorrências (5%) com verbo de ligação (ex.: “Com isso, os fãs de Pokémon que esperavam por mais novidades a respeito do novo jogo da saga, **acabaram por ficar** desapontados”). Além disso, também foram identificadas 3 ocorrências (2,5%) em que há uma voz passiva analítica (ex.: No entanto, isso exigiria o dobro da quantidade de cabos e circuitos que **acabaram por ser utilizados** no USB.”).

Já em relação à construção [**V1_{acabar}** **V2_{gerúndio}**], foram computadas 109 ocorrências (54,5%) em que V2 é transitivo direto (ex.: “Edmundo tentou segurar o tchan e **acabou dançando** a Timbalada.”); 34 ocorrências (17,5%) com V2 transitivo indireto (ex. “A influenciadora negará que gosta do rapaz, mas **acabará cedendo** às investidas dele.”); 2 ocorrências (1%) em que V2 é transitivo direto e indireto (ex. “Os cinco jornalistas que fizeram a diferença na cobertura da Lava Jato, que **acabará levando** Lula para trás das grades.”); 21 ocorrências (10,5%) com V2 intransitivo (ex.: “Está preocupado, porque essas coisas **acabam transpirando**, mesmo transcorrendo no recôndito de um cochicho.”); e 24 ocorrências (12%) com verbo de ligação (ex.: “Basta olhar tudo o que ocorreu em Minas Gerais, onde o governador **acabou sendo** refém da polícia”). Além disso, também foram identificadas 10 ocorrências (5%) em

⁸³ Para determinar a transitividade verbal segundo a Gramática normativa, foi feita uma consulta ao dicionário Aurélio.

⁸⁴ As sentenças usadas como exemplificação nos dados estatísticos deste parágrafo e do próximo foram extraídas do corpus constituído para o estudo, coletados do banco de dados do Corpus do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>).

⁸⁵ A porcentagem foi calculada apenas até a primeira casa decimal.

que há uma voz passiva analítica (ex.: Marinho é visto como uma figura carismática e habilidosa para conduzir os detalhes dos pontos de maior rejeição pelos deputados, que **acabam sendo** negociados.”). Por fim, um dado que apareceu 4 vezes com essa construção foi a utilização do índice de indeterminação do sujeito no V1, como em: “ao limitar esse direito à terra, **acaba-se tirando** a relação essencial com a natureza”.

(b) a colocação dessas duas construções em sentenças que são ilustrativas de outras estruturas argumentais propostas por Goldberg (1995) é possível, não havendo alteração semântica das CEAs. Logo, as construções em análise não são responsáveis pela construção de cena semântica.

Quadro 10: Aplicação das construções em estruturas argumentais propostas por Goldberg (1995)

Nome da CEA	Estrutura da CEA	Aplicação das construções à CEA
Bitransitiva	Subj X Obj Obj2 Pat faxed Bill the letter. (Pat enviou por fax a carta para Bill)	- Pat acabou por enviar por fax a carta para Bill - Pat acabou enviando por fax a carta para Bill
Movimento causado	Sub V Obj Obl Pat sneezed the napkin off the table. (Pat espirrou o guardanapo para fora da mesa)	- Pat acabou por espirrar o guardanapo para fora da mesa. - Pat acabou espirrando o guardanapo para fora da mesa
Movimento Intransitivo	Subj V Obl The fly buzzed into the room. (A mosca zumbiu na sala)	- A mosca acabou por zumbir na sala - A mosca acabou zumbindo na sala
Conativa	Subj V Obl Sam kicked at Bill (Sam chutou para Bill)	- Sam acabou por chutar para Bill - Sam acabou chutando para Bill
Resultativa	X causa Y a tornar-se Z	- O beijo dela acabou por deixá-lo inconsciente - O beijo dela acabou deixando-o inconsciente

Fonte: Autoria própria

Como é possível de se notar no Quadro 10, as duas construções estudadas nesta investigação se conformam à diversidade de estruturas argumentais propostas por Goldberg (1995). Além disso, ao aplicá-las, não existe uma mudança da cena semântica de cada uma das CEAs. Nessa perspectiva, torna-se possível afirmar que

as construções [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] e [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] não são responsáveis pela constituição de uma cena semântica. Logo, também não seria possível dizer que se trata de construções resultativas, nem mesmo de outras construções de estrutura argumental, como, por exemplo, a de mudança de estado.

A partir da constatação de que não se trata de construções resultativas, foi realizado um teste de retirada do V1 dos contextos selecionados para verificar se isso implicaria mudança de sentido das sentenças. Inicialmente, foi removido o [V1_{acabar} Prep_{por}] da construção [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] e feitas as alterações necessárias. O resultado obtido foi o seguinte⁸⁶:

Quadro 11: Comparação das ocorrências com a retirada de [V1_{acabar} Prep_{por}]

Com a construção completa	Apenas o V2
(39) “O processo acaba por produzir santos” (séc. XXI).	O processo produz santos.
(40) “O que pareceria uma grossa divergência acaba por ser uma terrível convergência” (séc. XX).	O que pareceria uma grossa divergência é uma terrível convergência.

Fonte: Autoria própria

O exemplo (39), que traz a construção em um período simples, não sofre alteração semântica de resultado quando se elimina a construção estudada. Entende-se, desse modo, que o sentido de “resultado” observado na oração não decorre da construção em si, mas do próprio V2 “produzir”, conforme classificação de Cançado, Amaral e Meirelles (2022)⁸⁷, como sendo de “Atividade: verbo de resultado⁸⁸”. Já o exemplo (40) não possui uma semântica de resultado, devido ao fato de o verbo “ser” configurar-se como um verbo indicativo de estado. Logo, o que de fato dará a semântica resultativa à oração é o verbo que ocupa a posição de V2, e não a construção [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}].

⁸⁶ Exemplos extraídos do corpus constituído para o estudo, coletados do banco de dados do Corpus do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>).

⁸⁷ Informações retiradas do website Verboweb. Endereço eletrônico: <http://verboweb.letras.ufmg.br/index.php/sobre/>. Referências: Cançado, M.; Amaral, L.; Meirelles, L. 2022. VERBOWEB_Syntactic-Semantic_analysis_of_Brazilian_Portuguese_verb_classes.

⁸⁸ Os verbos de criação são tradicionalmente definidos como aqueles que descrevem um evento em que a ação de um agente resulta na criação de um objeto, como *criar*, *construir* e *escrever*. Tal objeto, porém, pode ser um objeto físico, algo abstrato ou uma imagem ou representação de um objeto físico “Cançado, M.; Amaral, L.; Meirelles, L. 2022. VERBOWEB_Syntactic-Semantic_analysis_of_Brazilian_Portuguese_verb_classes”.

Em um segundo momento, eliminou-se o [V1_{acabar}] da construção [V1_{acabar} V2_{gerúndio}], promovendo-se as alterações necessárias. O resultado obtido foi o seguinte⁸⁹:

Quadro 12: Comparação das ocorrências com a retirada de [V1_{acabar}]

Com a construção completa	Apenas o V2
(41) “Todos os planos que surgiram vieram contrários ao enfrentamento das águas e acabou-se criando uma cidade que se opôs às águas, com aterramentos e visão rodoviária” (séc. XXI).	Todos os planos que surgiram vieram contrários ao enfrentamento das águas e criou-se uma cidade que se opôs às águas, com aterramentos e visão rodoviária.
(42) “Com isso, há tentativa de expulsão ou de não ampliação da área de demarcação. Ao limitar esse direito à terra, acaba-se tirando a relação essencial com a natureza, necessária para o plantio” (séc. XXI).	Com isso, há tentativa de expulsão ou de não ampliação da área de demarcação. Ao limitar esse direito à terra, tira-se a relação essencial com a natureza, necessária para o plantio.

Fonte: Autoria própria

O mesmo desfecho é obtido na análise dos exemplos (41) e (42). Em (41), o verbo “criar”, que, segundo Cançado, Amaral e Meirelles (2022), é também um verbo de Atividade, é responsável pela noção de resultado. Já em (42), “tirar” configura-se como um verbo relativo à classe dos verbos de “causação: verbos de mudança a partir de origem”. Dessa maneira, as noções de resultado ou de mudança de estado advêm, mais uma vez, não da construção, e sim do tipo de verbo que ocupa a posição de V2.

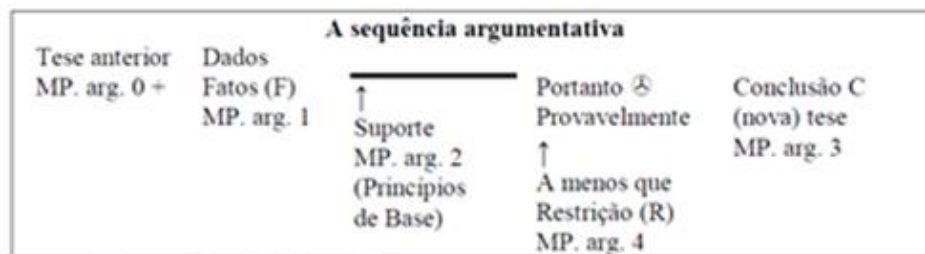
Sendo assim, os dados dos quadros 11 e 12 demonstram que o sentido que a sentença expressa não é alterado com a retirada de [V1_{acabar} Prep_{por}] e de [V1_{acabar}] da sentença. Essa constatação parece ir contra os trabalhos de Almeida (1980) e de Travaglia (2004), que propuseram que as construções ora estudadas traduzem a noção de resultado e, portanto, refuta a hipótese construída. Parece, portanto, haver um uso pragmático das construções, e não semântico, o que será testado na seção seguinte.

⁸⁹ Exemplos extraídos do corpus constituído para o estudo, coletados do banco de dados do Corpus do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>).

5.3 Da função discursiva das construções

Para testar a hipótese de que as construções aqui estudadas têm, na língua, uma função discursiva, assumindo papel de operador argumentativo que hierarquiza argumentos, optou-se, conforme já anunciado (cf. capítulo 3), por utilizar, primeiramente, o modelo pleno da sequência argumentativa proposto por Adam (2019). Isso foi feito por considerá-lo um modelo mais completo para verificar a relação entre dado/argumento>conclusão, o que torna possível investigar a presença (ou não) de conectores ou operadores argumentativos. Além disso, esse modelo também possibilita examinar em qual nível de argumentação (justificativo ou dialógico-argumentativo) se encontram as sequências argumentativas selecionadas para o *corpus*. Para tornar mais didática a análise, retoma-se, na figura a seguir, a estrutura do modelo adotado:

Figura 12: Esquema de base sobre macroproposições argumentativas (MP.arg.)



Fonte: Adam (2019, p. 164)

Todas as 320 ocorrências selecionadas para o *corpus* foram testadas nesse modelo pleno. Desse total, obteve-se o seguinte resultado:

- Das 120 ocorrências com a construção [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}], 70 dados (58%) se conformaram à relação dado/argumento > conclusão.
- Das 200 ocorrências com a construção [V1_{acabar} V2_{gerúndio}], 113 dados (56,5%) se conformaram à relação dado/argumento>conclusão.

Selecionaram-se três exemplos⁹⁰ de cada construção para ilustrar o resultado obtido. Primeiramente, serão expostas as ocorrências com a construção [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}]:

⁹⁰ Todos os exemplos desta seção foram extraídos do corpus constituído para o estudo, coletados do banco de dados do Corpus do Português (<https://www.corpusdoportugues.org/>).

(43) “Os escândalos, quando ocorrem, **acabam por desgastar** ainda mais a imagem de seus possíveis adversários nas próximas eleições” (séc. XX).

No exemplo (43), observa-se o seguinte conjunto de macroposições possíveis para o contexto da sequência argumentativa:

- MP. arg. 1: escândalos desgastam a imagem dos envolvidos.
- MP. arg. 2: a ocorrência de escândalos potencializa o desgaste da imagem dos políticos envolvidos.
- MP. arg. 3: a imagem dos adversários políticos é ainda mais desgastada por escândalos (introduzida por *acabam por*).

Percebe-se, em (43), que a argumentação é construída a partir dos conhecimentos partilhados entre falante e ouvinte, ou seja, parte-se do pressuposto de que é do conhecimento geral - e, portanto, do falante - que a ocorrência de escândalos afeta a imagem dos envolvidos. Transpondo essa máxima para o campo da política, os danos são ainda maiores. A adoção desse expediente argumentativo torna a intervenção do interlocutor baixa ou inexistente, pois não há espaço para contra-argumentos: o prejuízo à imagem do político é apresentado como situação certa e indiscutível. Fato semelhante se observa em (44), a seguir:

(44) “Não é por acaso que a disciplina escolar está só piorando, ao invés de encararmos os problemas de frente, **acabamos por colocar** 'panos quentes'” (séc. XXI).

Nessa sentença, têm-se as seguintes macroposições da sequência argumentativa:

- MP. arg. 1: é necessário encarar um problema para resolvê-lo.
- MP. arg. 2: o problema da disciplina escolar tem sido negligenciado.
- MP. arg. 3: ignorar o problema da indisciplina escolar contribuiu para agravá-la (introduzida por *acabamos por*)

Também nesse caso se percebe o apelo a um argumento infalível: para não tornar o problema ainda pior, faz-se imprescindível enfrentá-lo, e, obviamente, negligenciá-lo faz com que ele, em algum momento, torne-se pior. Não há, da mesma maneira que no exemplo anterior, forma de o falante se contrapor a esse argumento.

Por fim, o exemplo (45) da sequência argumentativa com a construção [V1_{acabatr} Prep_{por} V2_{infinitivo}]:

(45) “O contato do ácido com a pele humana decompõe materiais orgânicos presentes, o que **acaba por escurecer** a pele” (séc. XXI).

Quanto a essa frase, constatam-se as seguintes macroposições:

- MP. arg. 1: o contato de ácido com a pele humana pode prejudicá-la.
- MP. arg. 2: o ácido decompõe materiais orgânicos da pele, o que provoca alterações.
- MP. arg. 3: o contato do ácido com a pele humana provoca seu escurecimento (introduzido por *acaba por*).

Por fim, em (45), também se constata uma conclusão provinda de um argumento que não suporta contra-argumentação: uma vez acontecido o contato do ácido com a pele, ocorre um dano nessa superfície (nesse caso, o escurecimento) provocado pela capacidade do ácido de decompor materiais orgânicos da pele.

Observa-se, a partir desses exemplos, que as sequências argumentativas construídas por meio da construção em que V1_{acabar} se combina com V2 no infinitivo precedido da preposição *por* resultam em argumentos que não são passíveis de contraposição, já que são dados/argumentos construídos a partir de pressupostos. Além disso, constatou-se também que todas as conclusões obtidas (MP. arg. 3) nos três exemplos foram introduzidas pela sequência [V1_{acabar} Prep_{por}], o que permite classificar essa construção como um operador argumentativo, confirmando parcialmente a hipótese levantada. A partir da definição apresentada por Espíndola (2004), segundo a qual operador é o elemento da língua que indica o *topos* e a força com que o enunciado será atualizado, percebe-se que a construção [V1_{acabar} Prep_{por}], nos contextos analisados, desempenha a função discursiva de indicar que o enunciado referente à conclusão tem força maior dentro da sequência argumentativa. Nesse sentido, em (43), observa-se que o operador argumentativo indica o topoi [+escândalo, + desgaste]; em (44), o topoi [+panos quentes, - disciplina escolar] é evocado pelo operador argumentativo; e, por fim, em (45), o operador evoca o topoi [+ contato com o ácido, +alteração/escurecimento na pele].

Confirmou-se, assim, parcialmente a hipótese levantada, uma vez que não há uma hierarquização de argumentos por meio da construção, como hipotetizado, mas sim uma hierarquização de enunciados, no caso, a conclusão tem, para o falante, força maior no contexto do que o dado/argumento, e é nela que o interlocutor, durante o diálogo, deve se ater com mais atenção.

Em segundo momento, analisam-se as ocorrências com a construção [V1_{acabar} V2_{gerúndio}]:

(46) “Precisamos identificar o que é fake para não **acabarmos influenciando** outras pessoas” (séc. XXI).

Nessa frase, observam-se as seguintes macroposições argumentativas:

- MP. arg. 0: O desconhecimento acerca da veracidade de informações influencia pessoas
- MP. arg. 1: informações falsas influenciam pessoas
- MP. arg. 2: é necessário identificar informações falsas para não influenciar pessoas
- MP. arg. 3: a não identificação de informações falsas influencia outras pessoas (introduzida por *acabarmos*)
- MP. arg. 4: as pessoas que adotam um posicionamento crítico acerca das informações veiculadas dificilmente influenciam ou são influenciadas

Um ponto observado nesse exemplo (46) é a inclusão das macroposições MP. arg. 0 e MP. arg. 4, que possibilitam a contra-argumentação, mostrando que o argumento não implica necessariamente a conclusão, porque, neste caso, pessoas com senso crítico podem nem influenciar, nem serem influenciadas por *fake news*. Dessa forma, constrói-se um nível argumentativo chamado de dialógico-argumentativo. Essas características também são observadas no próximo exemplo:

(47) “A bebida, que é também uma espécie de viagem ao inconsciente, **acaba sendo** uma saída para os seres que querem deixar aflorar uma personalidade espontânea” (séc. XX).

Observam-se também, em (47), todas as macroposições do modelo pleno da argumentação:

- MP. arg. 0: A bebida é um subterfúgio para aqueles que desejam parecer mais espontâneos
- MP. arg. 1: Um dos efeitos da bebida é possibilitar ao indivíduo a sensação de agir espontaneamente.
- MP. arg. 2: a bebida pode mudar o comportamento dos indivíduos.
- MP. arg. 3: a bebida é uma opção para aflorar no indivíduo uma personalidade espontânea (introduzida por *acaba*).
- MP. arg. 4: a manifestação da personalidade espontânea não está condicionada ao consumo de bebida

Em (47), há espaço novamente para uma contraposição, uma vez que se entende que a pessoa pode manifestar comportamento mais espontâneo com ou sem o consumo de bebida. Por fim, a sentença (48):

(48) “Quando se trabalha com financiamento, **acaba-se tendo** dinheiro mais barato e facilitando-se os negócios” (séc. XXI).

- MP. arg. 0: O financiamento é um facilitador dos negócios.
- MP. arg. 1: Financiamento é uma opção para se obter recursos.
- MP. arg. 2: Financiamento pode ser uma opção de se obter capital mais barato.
- MP. arg. 3: Recorrer a financiamento é uma forma de facilitar os negócios. (introduzida por *acaba*).
- MP. arg. 4: Caso a taxa de juros seja muito alta, sobrepondo-se ao capital, o financiamento é uma estratégia prejudicial.

Nessa sentença, compreende-se que o financiamento é um bom negócio desde que as taxas de juros não sejam maiores que o capital. Logo, existe, também, a possibilidade da contra-argumentação.

Nesse sentido, constata-se que a sequência argumentativa elaborada com a construção [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] atua no escopo do nível dialógico-argumentativo da argumentação, tendo em vista a possibilidade de permitir a negociação da argumentação entre os interlocutores, isto é, a contra-argumentação. Outro ponto a ser destacado refere-se ao papel de V1 na construção: ele é o responsável por introduzir as conclusões obtidas a partir dos dados; logo, considera-se, novamente, que se trata de um operador argumentativo, já que possibilita o reconhecimento, pelo falante, da existência de uma força maior no enunciado referente à conclusão. Novamente, na relação entre os interlocutores, é nessa informação que se concentra a atenção do ouvinte, ou seja, da pessoa a ser persuadida em um contexto argumentativo. Dessa maneira, os topoi evocados são os seguintes: em (46), [+indicação de fake news, -influência sobre as pessoas]; em (47), [+bebida alcoólica, +espontaneidade]; e em (48), [+trabalho com financiamento, +dinheiro barato e fácil].

Em relação, portanto, à hipótese de que as construções têm funcionamento de operador argumentativo, foi possível confirmá-la. Há, no caso, uma função discursiva de operador argumentativo, visto que as construções direcionam a conclusão a que chegam os interlocutores diante dos argumentos apresentados. Além disso, elas também têm influência no nível de argumentação elaborada. Por outro lado, esses operadores argumentativos não funcionam como hierarquizadores de argumentos,

como foi também levantado na hipótese, já que não aparecem entre argumentos, e sim entre enunciados - possuem um valor fortalecedor do enunciado formador da conclusão, já que, pelo que os dados do *corpus* desta pesquisa mostraram, aparecem sempre na conclusão. Portanto, não comporiam o que Ducrot (1988) chama de escala argumentativa, já que esta é composta por argumentos de força distinta. Diferentemente disso, reforçariam a ideia de que a conclusão é o ponto forte, na visão do falante, da sequência argumentativa elaborada por ele; e é nessa conclusão que o interlocutor deve focar mais a atenção para ser convencido.

Frente à análise, descarta-se, pois, a classificação dessas construções como *conectores argumentativos*, uma vez que não são responsáveis pelo encadeamento das partes, no caso, das orações que formam os períodos compostos em que aparecem: apesar de elas introduzirem as conclusões, elas não conectam partes; há outros elementos coesivos que têm essa função, como mostrado no quadro a seguir:

Quadro 13: Elementos coesivos que funcionam como conectores de orações nos períodos compostos formadores das sequências argumentativas analisadas

Período composto	Encadeamento entre as orações
Os escândalos, quando ocorrem, acabam por desgastar ainda mais a imagem de seus possíveis adversários nas próximas eleições.	Observa-se a oração subordinada adverbial temporal que se conecta com a principal por meio do conector “quando”. A construção analisada encontra-se na oração principal.
Não é por acaso que a disciplina escolar está só piorando, ao invés de encararmos os problemas de frente, acabamos por colocar 'panos quentes'.	Observa-se a oração subordinada adverbial concessiva que se conecta com a principal por meio do conector “ao invés de”. A construção analisada encontra-se na oração principal.
O contato do ácido com a pele humana decompõe materiais orgânicos presentes, o que acaba por escurecer a pele.	Observa-se a oração subordinada adjetiva explicativa que se conecta com a principal por meio do conector “o que”. A construção analisada encontra-se na oração subordinada.
Precisamos identificar o que é fake para não acabarmos influenciando outras pessoas.	Observa-se a oração subordinada adverbial final reduzida de infinitivo que se conecta com a principal por meio do conector “para”. A construção analisada encontra-se na oração subordinada.
A bebida, que é também uma espécie de viagem ao inconsciente, acaba sendo uma saída para os seres que querem deixar aflorar uma personalidade espontânea.	Observa-se a oração subordinada adjetiva explicativa que se conecta com a principal por meio do conector “que”. A construção analisada encontra-se na oração principal.

Quando se trabalha com financiamento, acaba-se tendo dinheiro mais barato e facilitando-se os negócios.	Observa-se a oração subordinada adverbial temporal que se conecta com a principal por meio do conector “quando”. A construção analisada encontra-se na oração principal.
--	--

Fonte: Autoria própria

Com a análise apresentada no Quadro 13, é possível verificar que as construções podem ocorrer tanto na oração principal quanto na subordinada, mas o contexto mais frequente é o da principal.

Exclui-se também a possibilidade de essas construções serem meramente expressões expletivas, uma vez que, apesar de poderem ser retiradas do contexto, elas têm influência na formação do nível argumentativo que o falante deseja elaborar: ou seja, se ele quer usar uma argumentação passível de contra-argumentação, a construção com V2 no gerúndio é a indicada; caso se opte por um argumento incontestável, o V2 ocorre no infinitivo antecedido pela preposição *por*. Logo, não se trata somente de uma partícula de realce; há uma finalidade argumentativa envolvida: fazer o interlocutor ater-se mais a uma das partes do discurso quer para ser imediatamente convencido, quer para participar de uma discussão de dados/argumentos até alcançar uma conclusão.

Por fim, quanto às ocorrências em que não foi possível encontrar uma sequência argumentativa, como sinalizado anteriormente, houve a análise a partir de outra perspectiva: a conformidade com sequências narrativas, ponto que será analisado a seguir.

5.3.1 A função das construções estudadas dentro de uma sequência narrativa

Como justificado anteriormente, pelo fato de a notícia também ser constituída de uma sequência narrativa, além da argumentativa, as construções objeto deste estudo foram identificadas também, em percentual bastante próximo, em sequências narrativas, conforme se passa a demonstrar.

- Das 120 ocorrências com a construção [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}], 50 (41,6%) se conformaram na estrutura da sequência narrativa.
- Das 200 ocorrências com a construção [V1_{acabar} V2_{gerúndio}], 87 (42%) se conformaram na estrutura da sequência narrativa.

Tomando por parâmetro as características de uma sequência narrativa, conforme proposta de Adam (2019), analisaram-se todas as ocorrências do *corpus*. O funcionamento dessas sequências no *corpus* será ilustrado a seguir, iniciando pela construção [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}]:

(49) “Na parte baixa da 7^a, Kumar Rocker deixou o jogo e deu lugar ao fechador Tyler Brown. Brown, que entrou em ação já tendo que lidar com Jack Blomgren em base, **acabaria por permitir** a rebatida válida de Ako Thomas, resultando na corrida de Blomgren (4 a 1)” (séc.XXI).

Em (49), narra-se um evento durante uma partida de baseball. Observa-se uma típica sequência narrativa:

- MPn1 (situação inicial): Kumar Rocker deixou o jogo e deu lugar ao fechador Tyler Brown.
- MPn2 (desencadeador): Kumar Rocker estava na parte baixa da 7^a.
- MPn3 (re-ação ou avaliação): Brown entra em ação com desafios para enfrentar.
- MPn4 (resolução): Brown permitiu a rebatida válida de Ako Thomas (introduzida por *acabaria por*)
- MPn5 (desfecho): atleta Blomgren correu (4 a 1).

Esse exemplo ilustra o que foi observado para as demais ocorrências com a construção [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] nas sequências narrativas: ela funciona como um elemento cuja função é dar ênfase à resolução do conflito.

O exemplo (50) ilustra o funcionamento da construção [V1_{acabar} V2_{gerúndio}]. Trata-se de um contexto de uma reunião política/ econômica em que se discute o Neoliberalismo.

(50) “O senador não poupou críticas ao Neoliberalismo e ainda afirmou em alto e bom tom que o Brasil continua sendo um país agrícola. E **acabou dando** uma aula sobre o mercado financeiro, quando explicou as falcatruas dos Precatórios” (séc.XX).

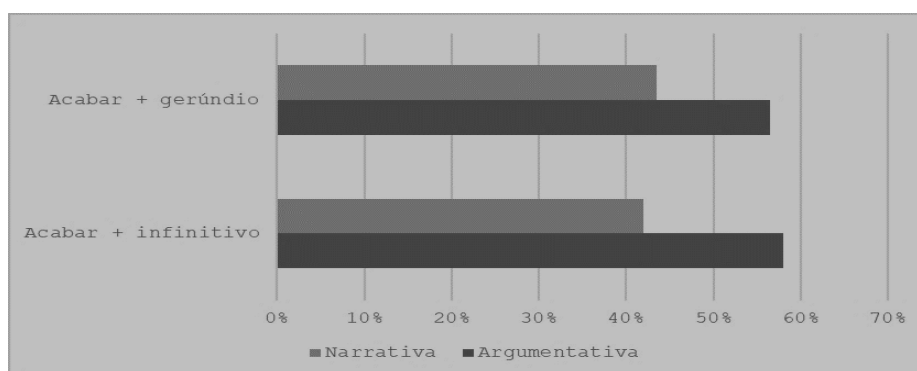
- MPn1 (situação inicial): Senador critica o Neoliberalismo.
- MPn2 (desencadeador): discussão sobre novas políticas econômicas.
- MPn3 (re-ação ou avaliação): Senador afirmou que o Brasil continua um país agrícola.
- MPn4 (resolução): Senador explicou as falcatruas dos Precatórios.
- MPn5 (desfecho): Senador deu uma aula sobre o mercado financeiro (introduzido por *acabou*).

A exemplo do que se observa na sentença (50), nas ocorrências com a construção [V1_{acabar} V2_{gerúndio}.], o V1 da construção introduz o desfecho da narrativa, dando realce ao acontecimento que se encaixa na MPn5. A partir dessa análise, surge um questionamento: será que esse comportamento distinto das duas construções na sequência narrativa configura um caso isolado ou, de fato, existe uma distinção funcional entre elas nesse tipo de sequência, assim como se identificou na sequência argumentativa? Esse questionamento pode ser respondido em estudos futuros.

5.3.2 Análise discursiva e cognitiva das construções nas sequências argumentativa e narrativa

A partir dessas análises, constata-se que as construções objeto deste estudo ocorrem tanto em sequências argumentativas, quanto em sequências narrativas. Para verificar e comparar a frequência nas duas sequências textuais a, elaborou-se o gráfico a seguir:

Gráfico 1: Síntese comparativa: frequência das construções estudadas nas sequências argumentativa e narrativa



Fonte: Autoria própria

Os dados do gráfico 1 demonstram que as construções aparecem nas sequências argumentativa e narrativa em proporção muito semelhante, ou seja, entre 56% a 58%, para a argumentativa, e entre 41% e 42%, para a narrativa. Pode-se concluir, portanto, que, estatisticamente, não há diferença significativa entre os grupos de construções; assim, não se pode dizer que uma ou outra sequência textual favorece o uso de uma determinada construções. O que é possível afirmar a partir do

gráfico é que as construções são usadas predominantemente nas sequências argumentativas.

Em relação à motivação de uso, percebe-se que, tanto nas sequências narrativas quanto nas argumentativas, existe uma razão pragmática para o uso das construções estudadas: na sequência argumentativa, deseja-se, com o uso de ambas as construções, estabelecer uma força significativa dada à conclusão obtida por meio da apresentação dos argumentos, além de se estabelecer níveis argumentativos diferentes a partir do uso de cada uma das construções. Já na narrativa, pode-se dizer que se trata de partículas que evidenciam o final dos acontecimentos narrados. Ao retomar o que Rafael (2023) aborda sobre a etimologia do verbo *acabar*, nota-se que pode haver, nessas construções, uma preservação da carga semântica de “fazer a ação até o fim”. Dessa maneira, o falante tende a realçar as ações expressas por V2, por serem as últimas - o “fim”. Tal entendimento encontra eco em Heine (1993), que afirma que, apesar de as informações do complexo TAM serem as principais de um verbo auxiliar, existe também a possibilidade de esses verbos exercerem a função de ênfase, como os casos aqui analisados, o que legitima a classificação de tais verbos como auxiliares.

Tendo em vista o aparecimento das construções em ambas as sequências textuais, determinou-se que as construções podem ser denominadas, também, como **marcadores discursivos**. Segundo Freitag (2007), no conjunto de marcadores discursivos - por não haver um consenso na literatura sobre as nomenclaturas - estão também os operadores argumentativos. Por isso, assume-se, neste estudo, a utilização desses termos como sinônimos. Endossando o raciocínio de Ducrot (1988), segundo o qual a língua é essencialmente argumentativa, justifica-se o aparecimento desses operadores também nas sequências narrativas. Sendo assim, classificam-se as construções como operadores argumentativos, na perspectiva de Ducrot (1988), e como marcadores discursivos⁹¹, na perspectiva de outros linguistas (Macedo, 1996; Silva, 1996; Travaglia, 1999; Valle, 2001; Gorski *et al*, 2003; Vincent, Votre e Laforest, 1993).

⁹¹ Apesar dessa assunção, levanta-se aqui a provocação de as construções funcionarem como operadores argumentativos na sequência argumentativa, e como marcadores discursivos nas sequências narrativas, o que poderia ser objeto de futuros estudos.

Dentre os tipos de marcadores discursivos, existem os chamados “requisitos de apoio discursivo”, que desempenham funções relacionadas à organização da fala, nos planos *interpessoal*, *interpessoal e textual* e *rítmico*. Os *interpessoais* dizem respeito aos marcadores que atuam como elemento de contato entre os interlocutores (Macedo; Silva, 1996); os *interpessoais e textuais* requisitam a atenção do ouvinte para certas partes do texto, dando relevo a essas informações (Travaglia, 1999; Valle, 2001; Gorski *et al*, 2003); por fim, os marcadores *rítmicos* operam na entonação dos enunciados (Vincent, Votre e Laforest, 1993).

Considerando o contexto em que as construções aqui analisadas ocorreram no *corpus*, entende-se, portanto, que elas se classificam como marcadores do tipo ‘requisitos de apoio discursivo’ que atuam no plano *interpessoal e textual*, já que são elementos focalizadores das informações de conclusão (nas sequências argumentativas) e de resolução ou desfecho (nas sequências narrativas) no gênero notícia. Travaglia (1999) afirma que a noção de *relevo* é utilizada pelo falante com duas finalidades: (1) destacar elementos específicos no texto em relação a outros (relevo positivo); (2) ocultar ou rebaixar elementos em relação a outros (relevo negativo). No caso do relevo positivo, há funções como

ênfase, intensificação, marcação de um valor especial, estabelecimento de contraste, reforço de um argumento, sinal de importância para a estrutura ideacional/informacional, marcação de foco informacional, etc., marcação de diferentes recursos lingüísticos, (aspectos fônicos, itens lexicais, elementos morfológicos, estruturação sintática, parênteses, recursos expletivos), dentre os quais se inserem os marcadores discursivos (Freitag, 2007, p. 25).

Logo, compreende-se que as construções estudadas se encaixam no reforço positivo, tendo em vista a intensificação que seu uso impõe ao evento expresso pelo V2. Por fim, menciona-se a justificativa da categorização como *interpessoal* e como *textual*. É *interpessoal*, uma vez que o falante, no caso das construções estudadas, opta por chamar a atenção para determinado trecho ou elemento textual - o evento expresso por V2 - com finalidades pragmáticas, como destacar uma informação em relação a outra com o fim de atingir o interlocutor. É *textual*, já que, ao dar relevância a uma informação em relação a outra, estabelece a organização do texto, ordenando segmentos textuais.

Cognitivamente, existem dois conceitos que atuam no processo que envolve o uso das construções estudadas: subjetivação e intersubjetivação. De acordo com Traugott (2003, p. 126), subjetivação é o mecanismo por meio do qual os falantes da língua desenvolvem significados novos, ao longo do tempo, para formas já existentes, passando a codificar atitudes ou pontos de vista do falante determinados pelo evento de fala. Já a intersubjetivação, conforme afirma Traugott (2003, p. 128), é a expressão explícita da atenção do falante para a imagem do destinatário, ou ainda, “o desenvolvimento da atenção do falante à autoimagem do destinatário” (Traugott, 2010, p. 50, tradução nossa). Isso quer dizer que os significados são centrados no ouvinte, ou seja, no modo como ele reagirá após a recepção da mensagem. Também se trata da utilização de recursos linguísticos para a atuação sobre o interlocutor, com a finalidade de obter sua adesão ao que é declarado.

A partir desses pontos, compreende-se que o processo de (inter)subjetivação atua sobre o verbo *acabar*, fazendo com que ele desempenhe o papel de marcador discursivo que põe em evidência a ação expressa pelo V2. Isso se deu em dois processos: (1^o) a subjetivação, uma vez que o falante considera a informação da conclusão (no caso de sequência argumentativa) e a do desfecho ou a da resolução da história (no caso da sequência narrativa) como as mais significativas do contexto, devendo ser, portanto, realçadas; (2^o) a intersubjetivação, já que as finalidades comunicativas em cada sequência textual são específicas: persuadir o interlocutor, no caso dos contextos argumentativos, e envolvê-lo no enredo, em se tratando das situações narrativas.

Traugott (2007) estabelece relação entre o estudo dos marcadores discursivos e a cognição:

O estudo dos marcadores discursivos claramente requer foco na comunicação bem como nos aspectos cognitivos do conhecimento linguístico, e em unidades que são, muitas vezes, de vários tamanhos, mas não exclusivamente maiores do que as sentenças que são tradicionalmente estudadas em teoria gramatical (Hansen 1988: 122 refere-se a “atos comunicativos” como a unidade funcional relevante dentro do seu escopo). Em outras palavras, eles [os marcadores discursivos] chamam a atenção para a importância, para a teoria linguística, não apenas da estrutura, mas também do uso, por exemplo, da dependência da situação de fala, bem como da expressão linguística (co-texto). Eles desafiam a noção da sentença como a unidade principal de análise linguística, e também chamam a atenção

para a importância de interfaces, seja entre semântica e pragmática, seja entre significado e som, especialmente entonação (Traugott, 2007, p. 141, tradução nossa).

Diante dessas evidências, retoma-se aqui o Princípio do Poder Expressivo Maximizado, proposto por Goldberg (1995), segundo o qual “o inventário de construções é maximizado para atender às finalidades comunicativas” (Goldberg, 1995, p. 67). Nessa perspectiva, a partir da necessidade determinada pelo evento de fala - a persuasão e/ou o envolvimento do interlocutor -, o falante atribui significados novos às construções - o de evidenciador de um V2, quando ele forma uma construção de verbo auxiliar -, aumentando, dessa maneira, o inventário dessas construções.

A seguir, discute-se a última hipótese, sobre a existência de padrões construcionais distintos.

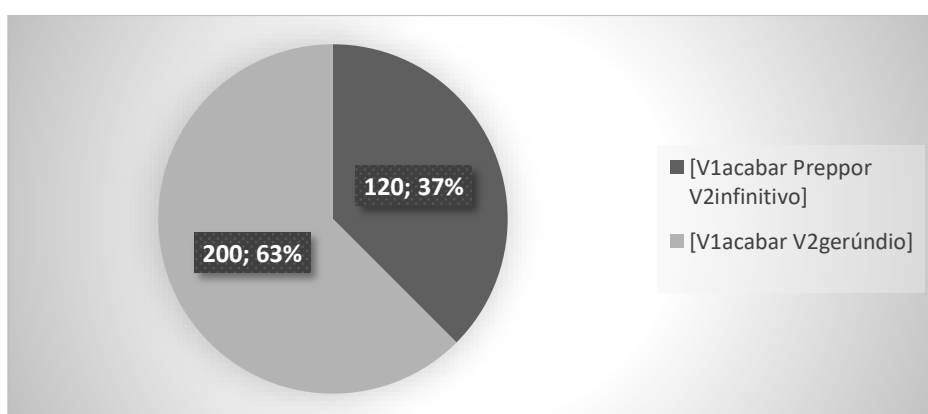
5.4 Da existência de padrões construcionais distintos

Para a investigação da última hipótese, resgata-se, primeiramente, o Princípio da Não Sinonímia proposto por Goldberg (1995), o qual afirma que, se existem diferenças sintáticas nas construções, deve haver também diferenças semânticas e/ou pragmático-discursivas. A partir disso, considerando-se a diferença sintática entre as duas orações estudadas nesta pesquisa, referente tanto à incidência de V1 sobre V2, quanto à forma nominal de V2, espera-se, portanto, que haja também diferenças ou semânticas, ou pragmático-discursivas.

No caso das sequências argumentativas - escopo deste estudo -, após as análises feitas, percebeu-se que as duas construções - [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] e [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] - têm a mesma função discursiva, qual seja, a de operador argumentativo que evidencia o final das sequências. Porém, elas possuem funções pragmáticas diferentes: cada uma delas elabora sequências argumentativas com níveis argumentativos distintos - um não suporta contestação ([V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}]), e outro suporta ([V1_{acabar} V2_{gerúndio}]). Logo, a construção com infinitivo é pragmaticamente [+argumentativa], enquanto a construção com gerúndio é [-argumentativa], o que atesta, portanto, a existência de duas construções distintas.

Embora essa diferença tenha sido constatada em termos descritivo-analíticos, não se acredita que o falante tenha consciência metacognitiva desses níveis argumentativos e que os acione para balizar a escolha de uma ou de outra construção ao formular seus textos dissertativo-argumentativos, o que, obviamente, precisa ser testado em trabalhos futuros por meio de testes psicolinguísticos adequados. Ao que tudo indica as duas construções têm o mesmo valor de verdade, já que tendem a ser aceitas/empregadas pelos falantes em um mesmo contexto. Essa intuição dialoga com o entendimento de Rosa e Oliveira (2020), por exemplo, que afirmam que a não sinonímia proposta por Goldberg (1995) deve ser relativizada, já que, não existindo sinônimos perfeitos, deve-se considerar a relação sinonímica a partir de uma gradiência. Nesse sentido, retoma-se o total de ocorrências em cada construção no Gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2: Total das ocorrências por construção



Fonte: Autoria própria

O Gráfico 2 retoma o total de ocorrências selecionadas, demonstrando que, no *corpus* analisado, houve maior ocorrência da construção [V1_{acabar} V2_{gerúndio}]. Diante disso, levanta-se a hipótese de que, por não ter conhecimento metacognitivo da diferença dos níveis distintos de argumentatividade instaurados pelas duas construções, o falante opta, ancorado no valor de verdade, pela construção com o gerúndio, já que é a forma nominal predominante nas construções de verbo auxiliar no Brasi, quando comparadas com aquelas do infinitivo. Isso se dá – porque, na gradiência da argumentatividade, o falante neutraliza alguns traços promovendo o intercâmbio entre as duas construções, que passam a funcionar, então, como variantes linguísticas. Ressalta-se, contudo, que essa é uma hipótese levantada a partir dos resultados obtidos e que trabalhos futuros devem testá-la a partir de testes

de intuição com falantes e com testes psicolinguísticos para verificar o nível de consciência dos usuários da língua acerca dos níveis argumentativos, o que foge ao escopo deste estudo

No que toca à alternância entre as duas construções, conforme Capelle (2006), é necessário levar em consideração contextos específicos para se categorizá-las ou não como aloconstruções. Por isso, estudos mais aprofundados dessas construções em sequências narrativas devem ser feitos. Isso porque, quando as construções aparecem nessas sequências - que não foram o escopo desse estudo - não foi constatada, a partir dos dados desta pesquisa, nenhuma diferença pragmático-discursiva entre elas. Nota-se que o valor semântico de *marcador discursivo de relevo positivo* também se faz presente, ora no desfecho, ora na resolução dos acontecimentos, porém ambas estão ao final da narrativa, dando evidência aos últimos acontecimentos. Logo, estudos mais aprofundados sobre a sequência narrativa e um *corpus* mais voltado para gêneros que priorizam essa sequência textual seriam necessários para se investigar a diferença pragmático-discursivo das construções dentro de um contexto narrativo. Levanta-se a hipótese de que a diferença possa estar no tipo de resolução ou desfecho, esperado ou não esperado pelo andamento da narrativa, mas, como mencionado, tal especulação precisa ser testada e aprofundada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa elegeu como objeto de estudo duas construções de verbo auxiliar: [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] e [V1_{acabar} V2_{gerúndio}]. Pretendeu-se, de maneira geral, analisá-las no gênero notícia, à luz da Linguística Cognitiva, a fim de verificar a função dessas construções na variedade de língua portuguesa falada no Brasil e a existência ou não de padrões construcionais distintos. A motivação desta pesquisa se deu devido ao fato de essas construções serem muito frequentes em produções textuais do tipo dissertativo-argumentativo de estudantes da terceira série do ensino médio, ano em que se realiza o Exame Nacional do Ensino Médio.

Após a análise das construções, as quatro hipóteses levantadas pelo estudo foram testadas, e três delas puderam ser total ou parcialmente confirmadas. Em primeiro lugar, a hipótese sobre uma frequência de uso maior da construção com V2 gerúndio se confirmou, mostrando que, de fato, o português brasileiro possui uma tendência significativamente maior a utilizar construções de verbo auxiliar com gerúndio comparativamente ao infinitivo. Embora a construção com o gerúndio seja menos argumentativa que aquela com o infinitivo, por não permitir refutação, a frequência de uso das construções com gerúndio é maior, o que sugere que a escolha do falante por uma das construções não é determinada por fatores de natureza metacognitiva. Tal hipótese, contudo, carece de investigação em trabalhos futuros, envolvendo testes específicos para aferir o nível de consciência do falante em relação aos graus distintos de argumentatividade das duas construções. Além disso, como foram analisadas apenas notícias, outro flanco que se abre para trabalhos futuros diz respeito a uma análise sobre a frequência e a função dessas construções em outros gêneros textuais, contemplando, inclusive, seu funcionamento em sequências narrativas, o que não foi aprofundado no âmbito deste estudo.

No que tange à hipótese relacionada ao pertencimento das construções estudadas à estrutura argumental resultativa, proposta, para o inglês, por Goldberg (1995) e cujos requisitos foram delimitados por Goldberg e Jackendoff (2004), além da resultativa do português, proposta por Palomanes (2007), não se confirmou. Verificou-se que as construções [V1_{acabar} Prep_{por} V2_{infinitivo}] e [V1_{acabar} V2_{gerúndio}] não instauram cenas semânticas, o que é preconizado por Goldberg (1995) para as Construções de Estrutura Argumental. Diante disso, não é possível assumir que essas

construções sejam categorizadas como construções resultativas, nem mesmo de outro tipo, como de mudança de estado, por exemplo. A análise dos dados revelou que a noção de “resultado” ou de “mudança de estado” advém do tipo de verbo que ocupa a posição de V2, e não das construções como um todo. A partir disso, passou-se a verificar a motivação pragmática para o uso dessas construções, julgando, portanto, a (in)adequação da terceira hipótese.

Esta pautou-se na expectativa de que essas construções assumem um valor discursivo - o de operador argumentativo - no contexto em que se encontram, hierarquizando argumentos. Essa hipótese foi parcialmente confirmada, uma vez que se identificou que funcionam sim como operadores argumentativos - ou marcadores discursivos, a depender da nomenclatura adotada -, porém não hierarquizam argumentos, já que não integram uma escala argumentativa. Essas construções imputam uma força maior à parte do enunciado - função de operadores argumentativos - referente à conclusão, indicando que é nela que os interlocutores devem prestar mais atenção. Esse resultado contraria autores (Almeida, 1980; Barroso, 1994; Coelho, 2021; Rafael, 2023) que afirmaram que o verbo *acabar*, quando nessas construções ou quando seguido da preposição *por*, é um marcador de aspecto.

A partir do exame dos dados para testar essa terceira hipótese, percebeu-se, também, que as construções analisadas aparecem em outros tipos de sequência textual, como a narrativa. Nesse caso, elas ocorrem na parte final do enredo, seja na resolução do conflito, seja no desfecho da narrativa, o que, de certo modo, pode ser interpretado como um resquício do valor lexical de V1. A partir da visão de Ducrot (1988), segundo a qual a argumentação é intrínseca à língua, entende-se que essas construções, quando nas sequências narrativas, também podem ter função de operadores argumentativos, dando maior força a enunciados específicos. Além disso, a partir de outras leituras feitas, notou-se que, por não haver um consenso na literatura acerca das nomenclaturas, esses operadores argumentativos também podem ser denominados de marcadores textuais, os quais podem ser do tipo *interpessoal e textual*. Estes servem para requisitar a atenção dos interlocutores para certas partes do texto; no caso das construções em análise, entendeu-se que o foco está para o verbo que ocupa a posição de V2 na construção.

Freitag (2007) salienta que os marcadores textuais são alvo de estigma social devido à sua não inclusão nos manuais prescritivos ou didáticos, sendo, por isso, às vezes considerados vícios de linguagem. Porém, a autora acredita que não se deve abster de usá-los devido à sua motivação funcional. Esse ponto fundamenta um dos interesses desta pesquisa: o de promover uma reflexão sobre a aceitação, em sala de aula do ensino básico, do uso dessa construção em contextos formais, como o da Redação do Enem. Tendo em vista a sua funcionalidade de dar relevo positivo a uma das informações da sequência textual, seu uso torna-se importante e, por vezes, necessário para se atingir determinado objetivo comunicativo, como, por exemplo, a persuasão em textos argumentativos, como o do Enem. A partir dessa reflexão, reforça-se a contribuição deste estudo à Linguística Aplicada e sugere-se que professores de produção de texto e de leitura trabalhem com alunos as diferenças pragmáticas entre as construções, a fim de que os estudantes não as utilizem intuitivamente, mas com a consciência metacognitiva de produzir um texto mais argumentativo.

Por fim, no que diz respeito à última hipótese, a de que são padrões construcionais distintos, esta foi confirmada. Entendeu-se, a partir das análises feitas, que, apesar de haver uma diferença pragmática no uso das duas construções – a formação de enunciados mais ou menos argumentativos –, o falante pode não ter consciência dessa distinção e, portanto, não reflete metacognitivamente sobre elas, usando as duas construções como variantes – hipótese encontrada para justificar a possível aceitação das duas em ambos os contextos. Nesse contexto, este estudo vai ao encontro do que afirma Rosa e Oliveira (2020) e Lopes (2022), de que o Princípio da Não Sinonímia deve ser relativizado, já que são formas linguísticas intercambiáveis, mesmo havendo diferenças entre elas. Para se verificar a diferença pragmático-discursiva das duas construções em outros contextos, como o narrativo, serão necessários estudos mais aprofundados nesse objetivo, o que fugiu ao escopo deste estudo. Hipotetiza-se, a partir dos dados observados, que a diferença esteja na natureza do desfecho da narrativa: esperado ou não esperado.

Diante de todas as evidências encontradas, assumiu-se que o verbo *acabar*, nessas construções, mantém carga semântica de sua etimologia - 'fazer algo até o fim'. Nessa perspectiva, pode-se pensar que é devido a essa manutenção da carga semântica da etimologia que Almeida (1980) e Travaglia (2004) referiram-se ao verbo

acabar nessas construções como instauradores da noção de resultado/consequência. Apesar dessa manutenção, este estudo os considerou como auxiliar dentro da construção, tendo em vista, entre outros, o esvaziamento parcial de sentido.

Finalmente, destaca-se o alcance dos últimos objetivos desta pesquisa: as contribuições à Linguística Cognitiva, além de que se encontrou um novo significado para essas construções em estudo; as contribuições aos estudos da Análise do Discurso, tendo em vista a evidenciação de uma construção com valor discursivo/argumentativo. Dessa maneira, os objetivos deste estudo foram alcançados, cabendo a estudos futuros aprofundar nas hipóteses aventadas acerca dessas construções e de seus usos, a partir dos resultados aqui obtidos

Referências

ADAM, J. M. Uma abordagem textual da argumentação: “esquema”, sequência e frase periódica. In: BEZERRA, B.G. (Org.); BIASI-Rodrigues, B. (Org.); Cavalcante, M. M. (Org). **Gêneros e sequências textuais**. Recife, EDUPE, 2009b.

ADAM, J. M. **A linguística textual**: introdução à análise textual dos discursos. Revisão técnica João Gomes da Silva Neto. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

ADAM, J. M. **Analyse textuelle des discours: niveaux ou plans d’analyse**. Filologia e Linguística Portuguesa, n. 14(2), 2012, p. 191-202.

ADAM, J. M. **Textos: tipos e protótipos**. Trad. Mônica Magalhães Cavalcante et al. São Paulo: Contexto, 2019.

ALMEIDA, J. de. **Introdução ao estudo das perífrases verbais de infinitivo**. Assis: ILHPA-HUCITEC, 1980.

ANDERSON, G. D. S.. **Auxiliary verb constructions**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2006.

ANSCOMBRE, J. C.; DUCROT, O. **La argumentación en la lengua**. Madrid: Editorial Gredos, 1994.

ANSCOMBRE, J. C. (Org). **Théorie des topoï**. Paris: Kimé, 1995a.

AUSTIN, J. L. **Quando dizer é fazer – palavras e ação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

BARBISAN, L. B. Semântica Argumentativa. In: FERRAREZI JR., Celso; BASSO, Renato. **Semântica, semânticas: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2013b, p. 19-30.

BARRETO, T. **Lexicalização e gramaticalização: processos independentes ou complementares?**. In LOBO, T., CARNEIRO, Z., SOLEDADE, J., ALMEIDA, A., and RIBEIRO, S., orgs. *Rosae: linguística histórica, história das línguas e outras histórias* [online]. Salvador: EDUFBA, 2012, pp. 407-416. ISBN 978-85-232-1230-8. Available from SciELO Books .

BARROSO, H. **O aspecto verbal perifrástico em português contemporâneo - visão funcionalista/sincrónica**. Porto: Porto Editora, 1994.

BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa**. 37^a ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009[1961].

BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1966. [Problemas de Linguística Geral I. 3.ed. Tradução de Maria da Glória Novak; Maria Luisa Neri. Campinas: Pontes, 1991 [1966].

BERGEN, B. K.; CHANG, N. Embodied Construction Grammar in simulation-based language understand. In: OSTMAN, J.-O.; FRIED, M. (Eds.). **Construction Grammars: Cognitive grounding and theoretical extensions**. Amsterdam: John Benjamins, p. 147–90, 2005.

BERTUCCI, R. A. **Verbos aspectuais e seus complementos: dados de aquisição do PB**. Universidade de São Paulo. Manuscrito, 2010.

BERTUCCI, R. A. **Uma análise semântica para verbos aspectuais em português brasileiro**. Tese de doutorado apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

BOAS, H. C.; SAG, I. **Sign-Based Construction Grammar**. Stanford: CSLI Publications, 2012.

BUTLER, C. S. **Structure and function: A guide to three major structural-functional theories – Part 1: Approches to the simplex clause**. Amsterdam: John Benjamins, 2003.

BYBEE, J. **Phonology and language use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

CAPPELLE, B. Particle placement and the case for “allostructions”. In: DORIS SCHÖNEFELD (ed.) **Constructions all over: case studies and theoretical implications, Constructions**, special volume 1, 2006. Disponível em: <<http://www.constructions-online.de/articles/specvol1>>. Acesso em 04 de março de 2019.

CAREL, M. **L’argumentation dans le discours; argumenter n’est pas justifier**. Letras de Hoje, v. 32, n.1, 1997.

CAREL, M.; DUCROT, O. **La semántica argumentativa: una introducción a la teoría de los bloques semánticos**. Buenos Aires: Colihue, 2005.

CERQUEIRA, P. G.; ALMEIDA, M. L. L. de. **As interjeições plusquam e as construções de desejo com o mais-que-perfeito**. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2016.

CHARAUDEAU, P. **Le discours politique**. Les masques du pouvoir. Paris: Vuibert, 2005a. [Discurso político. Tradução de Fabiana Komesu; Dilson Ferreira da Cruz. São Paulo: Contexto, 2006].

COELHO, S. M. **Estudo diacrônico do processo de expansão gramatical e lexical dos itens *ter, haver, ser, estar e ir* na língua portuguesa**. 2006. 321 f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2006. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/ALDR-6PGGWS/1/tese__estudo_diacr_nico_do_p_ rocesso_de_expans_o_gramatical..pdf. Acesso em: 02 mar. 2024.

COELHO, S. M. **Um estudo das preposições em contexto de construções de verbo auxiliar**. Alfa, São Paulo, v.65, e12953, 2021.

CROFT, W. **Radical Construction Grammar**. New York: Oxford University Press, 2001.

CUNHA, M. A. F. da C.. **Construções de estrutura argumental no português do Brasil**. XVII CONGRESO INTERNACIONAL ASOCIACIÓN DE LINGÜÍSTICA Y FILOLOGÍA DE AMÉRICA LATINA (ALFAL 2014), João Pessoa, 2004. Disponível em: <https://www.mundoalfal.org/CDAnaisXVII/trabalhos/R0380-1.pdf>, acesso em 12 de dez. 2023.

CUNHA LACERDA, P. F. A. da; FURTADO DA CUNHA, M. A. Gramática de construções: princípios básicos e contribuições. In: OLIVEIRA, Mariangela Rios; CEZÁRIO, Maria Maura Cezário. (Org.). **Funcionalismo linguístico: diálogos e vertentes**. 1. ed. Niterói: Eduff, 2017. p. 17-46.

DUCROT, O. **Polifonía y argumentación**. Cali: Universidad del Valle, 1988. (Tradução de Ana Beatriz Campo e Emma Rodríguez).

DUCROT, O. Argumentação e 'topoi' argumentativos. In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). **História e Sentido na linguagem**. Campinas: Pontes, 1989. (Tradução de Eduardo Guimarães)

DUCROT, O; SCHAEFFER, J.M. S. **Nouveau Dictionnaire Encyclopédique des Sciences du Langage**, Éd. du Seuil, 1995.

DUCROT, O. **Os topoi na teoria da argumentação na língua**. In: Revista Brasileira de Letras, São Carlos, UFSCar, v. 1, n. 1, p. 1-11, 1999. (Tradução de Rosa Attié Figueira)

DUCROT, O. **Argumentação retórica e argumentação linguística**. Letras de Hoje, Porto Alegre, v. 44, n. 1, p. 20-25, jan./mar. 2009.

DUCROT, O. Prefácio. In VOGT. Carlos. **O intervalo semântico**. Campinas: Editora UNICAMP, 2009b.

ESPÍNDOLA, L. **A entrevista: um olhar argumentativo**. João Pessoa: EDUFPB, 2004.

FERREIRA, A. B. de H. **Novo Dicionário Eletrônico Aurélio** versão 5.0. 3ª edição. Paraná: Editora Positivo, 2010.

FERRARI, L. V. **Análise Cognitiva de construções epistêmicas no Português do Brasil**. Actas do XX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, Lisboa, APL., 2004.

FERRARI, L. **Introdução à Linguística Cognitiva**. São Paulo: Contexto, 2011.

FILLMORE, C. J. Syntactic intrusions and the notion of grammatical construction. **Proceedings of the 11th annual meeting of the Berkeley Linguistics Society**, p. 73-86, 1985.

FILLMORE, C. J. The mechanisms of "Construction Grammar". **Proceedings of the 14th annual meeting of the Berkeley Linguistics Society**, p. 35-55, 1988.

FILLMORE, C.J.; KAY, P.; O'CONNOR, M. C. **Regularity and idiomaticity in grammatical constructions**: the case of *let alone*. *Language*, 64, 3, p. 501-538, 1988.

FONTANALS, J. M., 2001 Unselected objects. In Nicole Dehe & Anja Wanner (eds.). **Structural Aspects of Semantically Complex Verbs**. Frankfurt am Mein: Peter Lang GmbH. 83-104.

FREITAG, R. M. K. **Marcadores Discursivos não são vícios de Linguagem**. Revista Interdisciplinar. v. 4, n. 4 - p. 22-43 - Jul/Dez de 2007

GOLDBERG, A. E. **Constructions: a construction grammar approach to argument structure**. Chicago: University Press, 1995.

GOLDBERG & R. JACKENDOFF. 2004. **The English Resultative as a Family of Constructions, unpublished ms. University of Illinois at Urbana-Champaign**. (artigo online)

GOLDBERG, A. E.. **Constructions at work**: the nature of generalization in language. Oxford: University Press, 2006.

GORSKI, Edair; et al. **Fenômenos discursivos: resultados de análises variacionistas como indícios de gramaticalização**. In: C. Roncarati; J. Abraçado (orgs.). 2003. p. 106-122.

HAUY, A. B. **Gramática da língua portuguesa padrão**: com comentários e exemplários, redigida conforme o Novo Acordo Ortográfico. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015, 1344 pp.

HEINE, B.. **Auxiliaries: cognitive forces and grammaticalization**. Nova Iorque: Oxford University Press, 1993.

HOFFMANN, T. Construction grammars. In: DANCYGIER, B. (Ed.). **The Cambridge Handbook of Cognitive Linguistics**. Cambridge: University Press, 2017.

KAY, P. The kind of / sort of construction. **Proceedings of the 10th annual meeting of the Berkeley Linguistics Society**, p. 157-171, 1984.

KENEDY, E; MARTELOTTA, M. E. T. . A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: Maria Angélica Furtado da Cunha; Mariangela Rios de Oliveira; Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). **Linguística Funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2003, v. , p. 17-28.

KOCH, I. V. **A Inter-ação pela linguagem**. São Paulo: Cortez, 2012.

LAKOFF, G.. Syntactic amalgams. **Papers from the 10th annual meeting of the Chicago Linguistics Society**, p. 321-344, 1974.

LANGACKER, R. W. Semantic representations and the linguistic relativity hypothesis. **Foundations of language**, 14, 3, p. 307-357, 1976.

LANGACKER, R. W.. **Foundations of Cognitive Grammar**: Theoretical prerequisites. Stanford: University Press, 1987.

LANGACKER, R. W. **Foundations of Cognitive Grammar**: Descriptive application. Stanford: University Press, 1991.

LEITÃO DE ALMEIDA, M. L.; et al. Breve introdução à Linguística Cognitiva. In: LEITÃO DE ALMEIDA, M. L.; FERREIRA, R. G.; PINHEIRO, D.; LEMOS DE SOUZA, J.; BERNARDO, S. P. (Orgs.). **Linguística Cognitiva: morfologia e semântica**. Rio de Janeiro: Publit, 2010.

LOPES, M. G. **Variação construcional e/ou competição pelo uso**. Odisseia, Natal, RN, v. 7, n. esp., p. 24-42, jan.-jun. 2022.

MACEDO, A. T.; SILVA, G. M. de O. Análise sociolingüística de alguns marcadores conversacionais In: A.T. Macedo; C. Roncarati; M. C. Mollica. (orgs.). **Variação e discurso**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996. p. 11-50.

MARTELOTTA, M. E. **Manual de Linguística**. 1ªed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2009.

MEDEIROS, A. B. de. Eu acabei escrevendo o artigo – um estudo sobre a forma acabar + gerúndio no português brasileiro. **Caderno de Estudos Linguísticos**. Campinas, v. 60, n.1, p. 7-29 – jan/abr., 2018.

MEDEIROS, A. B. de. **EU ACABEI DE ESCREVER O ARTIGO – um estudo sobre ambiguidade em construções com o verbo acabar**. Alfa, São Paulo, v.64, e11868, 2020.

MORAIS, M. E.G.; FRANÇA, M. G. S. de; NASCIMENTO, E. P. do. **Semântica argumentativa e enunciativa: uma análise dos operadores argumentativos**. Revista do GELNE, v. 21, número 1, 2019.

OLIVEIRA, C. S. F. de. **A construção resultativa e sua representação por bilíngues do par linguístico português do Brasil e inglês**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos na Faculdade de Letras da UFMG. Defendida em fevereiro de 2013.

OLIVEIRA, C. S. F. de; MARCELINO, M. A construção resultativa verdadeira em português brasileiro. Confluência: **Revista do Instituto de Língua Portuguesa**, ISSN-e 2317-4153, Nº. 47, 2015, págs. 120-138.

OLIVEIRA, Diego de Leite. **O tratamento da variação em gramática de construções baseada no uso: a propósito das construções clivadas em português brasileiro**. Diadorim, Rio de Janeiro, vol. 21, n. 2 , p. 62-82, 2019.

PALOMANES, Roza Maria Ribeiro. **Construções Gramaticais: uma análise das resultativas do português com o verbo ficar**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

PALOMANES, R. M.; OLIVEIRA, P. F. **Construções resultativas: a semântica de resultado no verbo “virar”**. Alumni, v. 1, n. 1, 2013. Disponível em <https://revista.uniabeu.edu.br/index.php/alu/article/view/1022>. Acesso em 5 mar. 2022.

PATTON, Michael Q. Part 2: Qualitative designs and data collection. 4. ed. In: PATTON, Michael Q. **Qualitative research and evaluation methods: integrating theory and practice**. London: SAGE Publications, 2014. p. 371-756.

PEIRCE, C. S. 1865. Harvard Lecture VIII: Forms of induction and hypotheses. In: **Writings of Charles S. Peirce: A Chronological Edition**. Volume I: 1857-1866. The Peirce Edition Project (ed.) Bloomington, IN; Indianapolis, IN: Indiana University Press, 1982, pp. 256-271. Citado como W, seguido pelos números de volume e página.

PEREIRA, K. A. de P. L. **A sequência argumentativa na estrutura interna da redação do Enem**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, 2021.

PEREK, F.; GOLDBERG, A. Generalizing beyond the input: the functions of the constructions matter. **Journal of Memory and Language**, 84, p. 108-127, 2015.

PEREK, F. **Argument Structure in Usage-Based Construction Grammar**. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2015.

PINHEIRO, D.; ALONSO, K. **30 anos (ou mais) de Gramática de Construções: primeiros apontamentos para uma história do movimento construcionista (ou: 1988: o ano que não terminou)**. Rio de Janeiro: Revista Linguística. v. 14. n. 1. p. 6-29. jan-abr., 2018.

PINHEIRO, D.; FERRARI, L.. **Linguística Funcional, Linguística Cognitiva e Gramática de Construções: mapeando o campo das abordagens cognitivo-funcionais**. Rio de Janeiro | Volume 16 | Número Especial Comemorativo | p. 595-621 | nov. 2020.

PINHEIRO, D. O. R.; SILVA, A. S. da; JUNIOR, R. de F. **Gramática de Construções Baseada no Uso**. SOLETRAS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística – PPLIN - Faculdade de Formação de Professores da UERJ. Número 45, 2023.

PONTES, E. **Verbos auxiliares em português**. Petrópolis: Vozes, 1973.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas, SP: Mercado das Letras: Associação de Leitura no Brasil, 1996.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Rio Grande do Sul: Universidade Feevale, 2013.

RAFAEL, G. C. R. A.. **Da relação de herança entre construções inacusativas e construções aspectuais inceptivas e terminativas no português: uma análise construcional-cognitivista**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2023.

RIBEIRO, R. M. P. **As construções resultativas nas línguas românicas: um estudo com base na Gramática Cognitiva de Construções**. Caligrama. Belo Horizonte, v. 20, n.2, p. 95-113, 2015.

RIBEIRO, F. da S.; FERRARI, L. **A interface sintaxe-semântica na construção de movimento causado do português do Brasil com base na Gramática de Construções baseada no uso**. Cadernos do CNLF, vol. XXI, n. 3. Rio de Janeiro: CiFEFiL, 2017.

ROCHA LIMA, C. H. da. **Gramática Normativa da Língua Portuguesa**. 49ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011 [1972].

RODERO, A. G. **Construções com o verbo acabar em português brasileiro**. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-graduação em Semiótica e Linguística Geral da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2010.

ROSA, F. S. da L.; OLIVEIRA, M. R. de. **Competição interna na hierarquia construcional: um estudo do princípio da não sinonímia**. Revista Linguística. Rio de Janeiro | Volume 16 | número 2 | p. 22 - 49 | mai. - ago. 2020.

SAUSSURE, F. de. **Curso de Lingüística Geral**. Tradução Antônio Chelini, José Paulo Paes, Isidoro Blikstein. 25.ed. São Paulo: Cultrix, 1999.

STEELS, L. **Design patterns in Fluid Construction Grammar**. Amsterdam: John Benjamins, 2011.

TRAUGOTT, E. C. **Constructions in grammaticalization**. In: BRIAN, J.; JANDA, R. D. (Ed.). The handbook of Historical Linguistics. Oxford: Blackwell, 2003. p.624-647.

TRAUGOTT, E. C.; DASHER, R. **Regularity in semantic change**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.

TRAUGOTT, E. C., 2007. **Discourse markers, modal particles, and contrastive analysis, synchronic and diachronic**. Catalan Journal of Linguistics 6 (Contrastive perspectives on Discourse Markers), pp. 139-157.

TRAUGOTT, E. C. **(Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment**. In: DAVIDSE, K. et al. Subjectification, intersubjectification and grammaticalization. Berlin: Walter de Gruyter, 2010. p.29-71.

TRAUGOTT, E. C; TROUSDALE, G.. **Constructionalization and constructional changes**. Oxford linguistics, 2013.

TRAVAGLIA, L. C. **O relevo no Português falado: tipos e estratégias, processos e recursos**. In: Maria Helena de M. Neves. (org.). 1999. p. 77-130.

TRAVAGLIA, L. C. **Verbos gramaticais - verbos em processo de gramaticalização**. In: **Lingua(gem): reflexões e perspectivas**. Org. FIGUEIREDO, C.A.; MARTINS, E. S.; TRAVAGLIA, L. C.; MORAES FILHO, W. B. Uberlândia: Edufu, 2003. 138-225.

TRAVAGLIA, L. C. **A (poli)gramaticalização do verbo acabar.** *Letras & Letras.* Uberlândia, 20 (2) pp. 21-56, jul./dez. 2004.

TRAVAGLIA, L. C. **O aspecto verbal no Português: a categoria e sua expressão.** - 5.ed. - Uberlândia : EDUFU, 2016.

VALLE, Carla Regina Martins. **(SABE? ~ NÃO TEM? ~ ENTENDE?): itens de origem verbal em variação como requisitos de apoio discursivos.** 2001. Dissertação (Mestrado em Lingüística). Curso de Pós-graduação em Lingüística. Universidade Federal de Santa Catarina.

VINCENT, D.; VOTRE, S.; LAFOREST, M.. **Grammaticalisation et post-grammaticalisation.** In: *Langues et Linguistique*, n. 19, 1993. p. 71-103.